

BrasilInteligente

ISSN 2238-6017

Publicação da CNTU – 2013 – Nº 2

www.cntu.org.br

Mais
ciência, tecnologia
e inovação na Amazônia

INTERNET PÚBLICA Redução da desigualdade

SUS

EDUCAÇÃO
CONTINUADA DOS
PROFISSIONAIS
UNIVERSITÁRIOS

Alimentação
saudável-
Contra o uso
abusivo de
agrotóxicos

**USO RACIONAL
DE MEDICAMENTOS**

**MOBILIDADE
URBANA**

SAÚDE
BUCAL
PARA
INCLUSÃO
SOCIAL

2022:
A NAÇÃO QUE
QUEREMOS
NO BICENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA

QUALIDADE
NA
SAÚDE
PÚBLICA

Um projeto da CNTU
pelas transformações
essenciais a serem feitas
até a próxima década



CAMPANHA



CAMPANHA

BRASIL INTELIGENTE PARA UNIR E FAZER A DIFERENÇA



Campanhas são instrumentos de conscientização e mobilização decisivos para mudar um país. Com "O petróleo é nosso", viabilizamos uma nação industrializada; nas "Diretas já", reconquistamos a democracia; a partir da "Ação da cidadania, contra a fome e a miséria e pela vida", começamos a fazer justiça social.

A campanha Brasil Inteligente, alicerçada nestes oito temas estratégicos da CNTU, das federações, dos seus sindicatos e parceiros, continua a luta rumo a uma nação mais próspera, democrática e avançada tecnológica e culturalmente.

São conquistas que os 12 milhões de profissionais de nível universitário e o conjunto da sociedade brasileira precisam alcançar para acelerar e dar um salto rumo ao nosso desenvolvimento pleno.


Você é parte imprescindível dessa construção.

- Instituir um sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários
- Internet pública de qualidade para todos
- Pelo uso racional de medicamentos
- Qualidade na saúde pública
- Com mobilidade urbana todos ganham
- Por uma alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxicos
- Reabilitação bucal para inclusão social
- Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia



www.cntu.org.br

 [CNTU.ProfissionaisLiberais](https://www.facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais)

 [cntu_sindical](https://twitter.com/cntu_sindical)

 [CNTUSindical](https://www.youtube.com/CNTUSindical)

Mobilizar e agir para engendrar o futuro

O desafio colocado é projetar um Brasil que em 2022 possa oferecer condições dignas de vida à sua população

A CNTU, JUNTAMENTE COM suas federações e sindicatos filiados, decidiu lançar um desafio ousado, porém factível, aos profissionais liberais universitários e ao conjunto da sociedade brasileira. Assim, agrega à campanha Brasil Inteligente e aos debates que vem promovendo desde 2011 um projeto que tem como horizonte o ano de 2022. A ideia é, nesta década que antecede a comemoração do Bicentenário da Independência, trabalhar para superar uma série de insuficiências e problemas que atingem o País e a sua população, tendo como meta colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento. Os desafios não são poucos e distribuem-se pelos mais diversos setores.

Em primeiro lugar, é preciso uma grande mobilização em torno da atenção integral à saúde, que inclui acesso a medicamentos e atendimento odontológico, e de forma pública e universal, conforme preconiza o SUS (Sistema Único de Saúde) e a Constituição Federal. É urgente resolver os problemas de financiamento e gestão que impedem o serviço digno que é direito do povo e dever do Estado. Prioritário também é assegurar educação pública de qualidade que prepare as nossas crianças não só para o trabalho, mas para a vida e o exercício pleno da cidadania. É urgente elevar o nível dos ensinamentos fundamental e médio para que esses jovens cheguem à universidade com condições de desenvolver o seu potencial plenamente. Além disso, é preciso estabelecer um sistema de educação continuada que permita a permanente qualificação.

Nessa perspectiva da busca de melhores condições de vida, cabe encarar de frente e de uma vez por todas a crise de mobilidade que experimentam as médias e grandes cidades, situação que já se configura verdadeiro caos em metrópoles como a capital paulista. O quadro atual gera óbvios prejuízos econômicos e à

saúde. Soluções para tornar o transporte coletivo mais eficiente e também de uso e ocupação do solo mais racionais são urgentes e devem ser buscadas com a participação de todos e o firme compromisso do poder público. Se assegurar o ir e vir físico é um imperativo, na era da informação, é também mister que se tenha acesso às infovias. Portanto, é imprescindível que seja viabilizada a implantação da internet pública e a necessária infraestrutura para tanto.

A ideia é, nesta década que antecede a comemoração do Bicentenário da Independência, trabalhar para superar uma série de insuficiências e problemas que atingem o País e a sua população



Fundamental também oferecer à população segurança alimentar, o que implica combater o uso abusivo de agrotóxicos, que vem comprometendo fortemente o padrão de nutrição do brasileiro. Não se pode subestimar a relevância do agronegócio para a economia nacional. No entanto, já é tempo de incluir na agenda do setor o compromisso com produtos saudáveis que não causem malefícios ou doenças. Por fim, também nessa ampla frente de debates, está a proposta de desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia. O plano aqui é preservar a floresta e gerar riqueza a partir dela com a economia do século XXI, tendo em vista o potencial oferecido pela biodiversidade presente na região. A tarefa de dar concretude a essas ideias, obviamente, é extremamente complexa. Porém, devemos ousar vislumbrar um futuro não tão distante em que o Brasil se torne a nação justa e democrática que deve ser. Caminhemos rumo a 2022, trabalhando desde já pela transformação. ●

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

Diretoria CNTU

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor Administrativo

José Erivalder Guimarães de Oliveira

Diretor de Finanças

Wellington Moreira Mello

Diretora de Finanças adjunta

Maria Maruza Carlesso

Diretor de Relações Sindicais

Cláudio da Costa Manso

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Marcos Cintra, José Carrijo Brom, Clóvis Abrahim Cavalcanti, Fernando Palmezan Neto, Waltoviano Cordeiro de Vasconcelos, Cláudia Beatriz Câmara de Andrade, José Carlos Ferreira Rauem

Conselho Fiscal

Titulares

Wilson Roberto Villas Boas Antunes "Betinho", Carlos Alberto Grandini Izzo, José Ailton Ferreira Pacheco

Suplentes

José Campos Sobrinho, Maria Rita de Assis Brasil, Edson Kiyoshi Shimabukuro



Expediente

Diretor responsável

Allen Habert

Projeto e pesquisa

Marta Rezende

Coordenação editorial

Rita Casaro

Revisão

Soraya Misleh

Projeto gráfico e ilustrações

Gilberto Maringoni

Diagramação

Eliel Almeida

Fotos

Beatriz Arruda e Xico Carvalho

Apoio

Lourdes Silva, Fábio Souza, Rosângela Ribeiro Gil, Priscila Dezidério, Luís Henrique Costa

Coordenação gráfica

Antonio Hernandes

Impressão

Neoband Soluções Gráficas

Tiragem

5.000 exemplares

Maio/2013

SDS Edifício Eldorado, sala 108
CEP: 70392-901 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3225-2288
cntu@cntu.org.br – www.cntu.org.br
facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais
twitter.com/cntu_sindical
youtube.com/CNTUSindical



Leia na íntegra em:
cntu.org.br/cntu/_files/pdf/BrasilInteligente.pdf



Editorial

Mobilizar e agir para engendrar o futuro 3

Brasil 2022 – Soberania e desenvolvimento

Brasil 2022: realização da Constituinte do Saber rumo a novas conquistas..... 8
Allen Habert

Duzentos anos de história e a nação por construir até 2022 14
Entrevista com Samuel Pinheiro Guimarães

Projeto de desenvolvimento deve incluir educação para a vida toda 18
Entrevista com Marcio Pochmann

Desenvolvimento e integração só são possíveis com ação do Estado 20
Gilberto Maringoni

Profissões – passado, presente e futuro

Profissionais liberais, uma história de transformação 24
Economia como ciência 25

Engenharia: a construção do País 26

Da botica à farmácia 26

Nasce o tratamento especializado 27

Saúde pela nutrição 27

A origem da saúde bucal 28

País precisa de reformas para consolidar sua emancipação 29
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

Os engenheiros e a retomada do crescimento 30
Murilo Celso de Campos Pinheiro

A nossa mobilização rumo à meta de um Brasil inteligente 31
Ernane Silveira Rosas

Desenvolver o Brasil passa pela garantia do direito à saúde 32
Ronald Ferreira dos Santos

Do vexame ao sonho 33
Geraldo Ferreira Filho

Participação pela democracia e bem-estar 34
Wellington Moreira Mello

CNTU Brasil 2022 – Um projeto para o Bicentenário da Independência 35

Agenda da transformação

Oito campanhas para mudar o País 38
Instituir um sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários 40

Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia 42

Internet pública de qualidade para todos..... 44

Pelo uso racional de medicamentos 46

Qualidade na saúde pública 48

Com mobilidade urbana todos ganham 50

Alimentação saudável, sem uso abusivo de agrotóxicos 52

Reabilitação bucal para inclusão social 54

Homenagem à competência

CNTU premia profissionais de destaque 58
Personalidades 2012 59

Mobilização de notáveis

Conselho Consultivo da CNTU já tem 500 membros 64
Depoimentos 66
Membros do Conselho Consultivo 74

Arte e sustentabilidade 81

CNTU debate condição feminina na comemoração do 8 de março 82





Brasil 2022

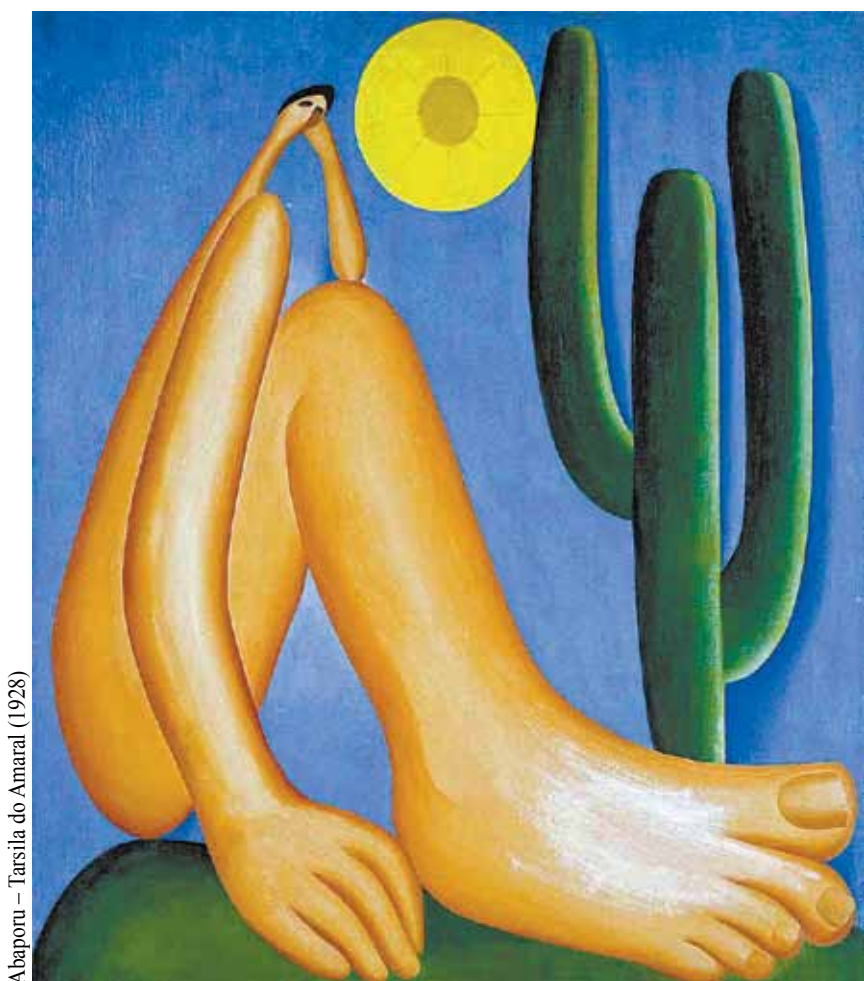
O QUE FAZER para que, ao se chegar ao Bicentenário da Independência, tenham sido superados os entraves ao desenvolvimento e ao bem-estar de toda a população brasileira. Esse é o debate proposto pelo projeto CNTU Brasil 2022. Ambiciosa, a iniciativa é, antes de tudo, necessária, tendo em vista a dívida social que ainda precisa se resgatar no País. Com engajamento das categorias ligadas à CNTU e do conjunto dos profissionais universitários, e em diálogo permanente com a sociedade, avançaremos em um projeto de país próspero, justo e democrático a ser colocado em prática.

SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO

Brasil 2022: realização da Constituinte do Saber rumo a novas conquistas

A CNTU propõe à sociedade um movimento de renovação e transformação rumo ao Bicentenário da Independência em 2022, que traga desenvolvimento, qualidade de vida e acesso universal aos serviços essenciais e ao conhecimento.

Allen Habert



Abaporu – Tarsila do Amaral (1928)

O PROJETO CNTU BRASIL 2022 é uma aposta de que nos próximos dez anos, período que nos separa da comemoração do Bicentenário da Independência, o País possa dar um salto na velocidade e qualidade do seu desenvolvimento. É uma década para se cumprirem tarefas, ao mesmo tempo básicas e ousadas, para fazer jus à condição de sexta economia do mundo. Há fortes perspectivas de que o Brasil terá expansão de sua base produtiva para atender o crescimento do mercado interno, principal motor da economia nacional, e a ampliação da exportação de produtos com maior valor agregado.

O desafio atual do fortalecimento da soberania brasileira é o desenvolvimento com distribuição mais acelerada. Distribuição essa de renda e riqueza, mas também de educação, saúde, cultura, conhecimento e demais direitos essenciais. O Brasil é uma das maiores e mais complexas economias do mundo e, portanto, deve ter um povo com padrões desenvolvidos de vida, garantindo-se condições básicas pelo sistema público e oportunidades de mobilidade social pelo emprego. Soa muito estranho ser uma das maiores economias do mundo e registrar índices de escolaridade insuficientes. Isso não pode nos levar muito longe. Também não combina com o século XXI, numa sociedade do conhecimento, industrializada, inserida na globalização, a dificuldade de acesso ao sistema público de saúde. Não se admite a palavra desenvolvido para um país que não tem habitação adequada, universalização da distribuição de água e da coleta e tratamento de esgotos, bem como de resíduos sólidos. Na atual configuração de comunicações globais em sistemas *online*, necessita-se de uma infraestrutura de telecomunicações que garanta a universalização dos seus serviços. Desenvolvimento rima com universidades com pesquisa e empresas com inovação. Pedra angular do projeto é perseverar e alcançar um Estado mais ágil, qualificado e horizontalizado para atender as demandas civilizatórias de nossa época. Tudo isso é a batalha diária e continuada contra o subdesenvolvimento. Na década passada, o Brasil recuperou a iniciativa para questões da sua infraestrutura: estradas, aeroportos, portos, energia, cidades, atendidas parcialmente pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Esse ainda em implantação e com metas que

necessitam ser perseguidas, revistas e ampliadas. Isso foi e continua sendo o objetivo do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros, que vem mostrando vitoriosamente desde 2006 a importância do planejamento de nosso desenvolvimento nacional com inclusão social.



O CNTU Brasil 2022 inspira e induz que nesses próximos dez anos aconteça uma mobilização crescente, criativa e empreendedora dos 12 milhões de profissionais universitários e da sociedade brasileira para a infraestrutura social, ou seja, o social como um dos motores principais de nosso desenvolvimento. Os grandes temas do Brasil hoje são e serão ainda por algum tempo a educação, a saúde, a habitação, o transporte, o emprego, o salário, a comunicação, a cultura, o conhecimento. É essa a visão do projeto CNTU Brasil 2022: que mais uma vez o 22 seja um marco de mu-



Desenvolvimento rima com universidades com pesquisa e empresas com inovação. Pedra angular do projeto é perseverar e alcançar um Estado mais ágil, qualificado e horizontalizado para atender as demandas civilizatórias de nossa época. Tudo isso é a batalha diária e continuada contra o subdesenvolvimento

danças e inspire novos futuros. O marco de um Brasil sem pobreza e de uma sociedade democrática e mais justa.

Num contexto inédito de protagonismo dos povos da América do Sul, tem-se uma oportunidade histórica de fomentar uma unidade superior em todos os campos, superando a Cordilheira dos Andes dos preconceitos, exclusões e divisões. Desenvolver uma nova civilização próspera e pacífica na América do Sul contribui para impulsionar um mundo mais solidário.

É isso o CNTU Brasil 2022. Um ecoar do grito de 1822. Um turbinar da mensagem de 1922. Um movimento de renovação e transformação. O anúncio e a busca de novas conquistas para 2022. De novas responsabilidades com o desenvolvimento, a qualidade de vida e a defesa dos direitos humanos. Fazer chegar mais perto os índices econômicos dos sociais.

A Constituinte das Artes, Cultura, Ciência, Tecnologia, Inovação, Saúde e Educação ou seja, a Constituinte do Saber, será a meta e o método, nos próximos dez anos, para planejar e impulsionar as iniciativas múltiplas políticas e culturais para a criação de consensos e novos laços sociais, capazes de fazer avançar as conquistas necessárias para o país moderno e mais justo que se almeja no Bicentário da Independência em 2022.

“Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil”

Em 1822, com a emancipação política do território brasileiro, deu-se o desfecho de um processo, mas também o início de outro. D. Pedro I anunciou uma independência sem povo, pois esse não tinha voz política. O que vemos é que a independência era um clamor da parte mais organizada dos brasileiros, daqueles segmentos da sociedade a que chamamos opinião pública, expresso nos jornais e nos burburinhos da vida urbana. Para esses, estavam colocadas as seguintes opções: ou D. João VI ficava e o Rio de Janeiro continuava sendo a capital do Reino e Ultramar ou a independência.

O movimento pela independência vinha de longe, tal espírito e vontade estavam presentes nas Inconfidências Mineira (1789) e Baiana (1798) e em outros movimentos de rebeldia à Coroa que aconteceram pelo Brasil no século XVIII e início do XIX. Muito importante também para formar as bases da emancipação foi a vinda da família real, transformando a principal colônia do vasto império português em sede do Reino Unido que, em seguida, passaria a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

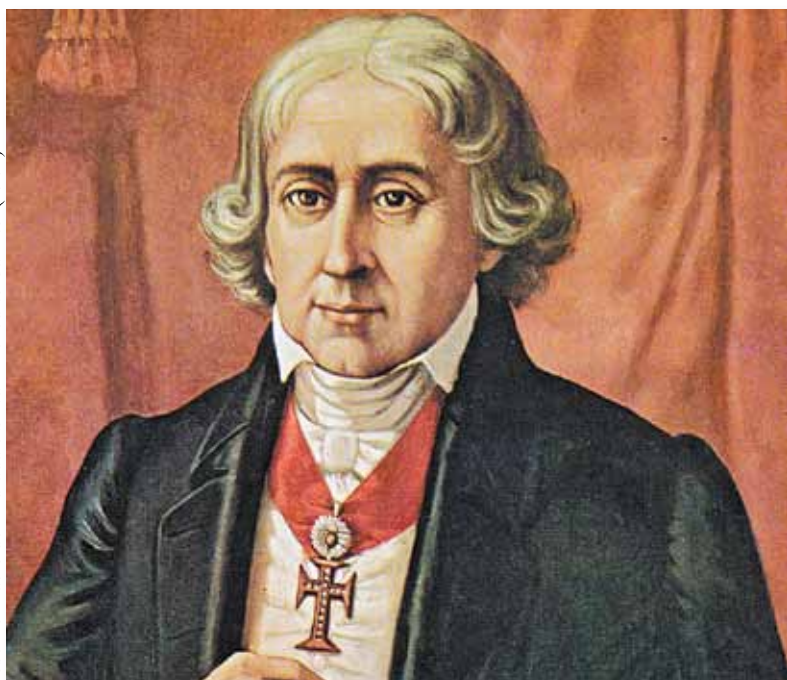
Com a volta de D. João VI a Portugal, quis-se restaurar a antiga condição de subordinação. E o pior: dividindo o País em vários países. Isso era inadmissível. Por que não se tornar livre? Afinal o Brasil não só era a principal e mais rica entre as colônias lusitanas, mas também aquela que deu seguro e honroso asilo por 13 anos à dinastia Bragança, deposta por Napoleão. Quem pôde fazer isso seria capaz de se governar, assumir responsabilidades pelo seu destino.

E assim foi feito, embora não sem tortuosidades. Houve tentativas de recolonização, lutas internas no I Reinado e graves dificuldades financeiras. Muito importante o papel desempenhado nesse processo por José Bonifácio, nosso Patriarca da Independência, cujas ações foram decisivas para evitar a divisão do País. Infelizmente nem todas as suas ideias, como a que defendia o fim da escravidão, foram colocadas em prática. Acabou traído e exilado e somente o futuro lhe faria plena justiça. O Império só se firmará com o café. Considerada até o século XVIII uma especiaria, até mesmo um produto proibido, como vemos na bela “Cantata do Café”, de 1732, de Johan Sebastian Bach, na civilização industrial, o café torna-se bebida de irrisório consumo popular. Foi a grande oportunidade para o Brasil, que vinha

cultivando a planta para consumo interno e, de repente, descobriu que tinha ali o retorno do ouro, agora ouro verde, da agricultura. Assim, produzia-se com trabalho escravo o café que acordava a classe operária europeia, e fortaleceu-se o estatuto da escravidão, que se sustentou até quase o final do século (1888), um ano antes da Proclamação da República. Se, por um lado, a monocultura cafeeira favoreceu as condições para se prolongar o passado, ou seja, de uma economia escravista, de concentração fundiária e voltada ao mercado externo, por outro, significou a acumulação de uma espécie de capital primitivo para a industrialização, na medida em que criou riquezas internas, expressas na rede de cidades, principalmente no Sudeste, e na instalação das ferrovias. Tal integração, incompleta e mal distribuída, foi, porém, muito importante para vencer grandes distâncias internas num cenário de quase inexistência de infraestrutura. A dinâmica integracionista se acelerou substancialmente com a abolição da escravatura e a Proclamação da República.

Autonomia para inventar

O café ainda era o fiel da balança em 1922, por ocasião da Semana de Arte Moderna, mas num clima diferen-



José Bonifácio de Andrada e Silva – Benedito Calixto (1902)



ciado. Agora, havia uma economia baseada no trabalho duro, porém livre, do imigrante europeu, opção de mão de obra feita pelas elites imperiais e da primeira República, em detrimento do ex-escravo ou do povo nordestino à procura de destino naquele momento. O mesmo se deu na indústria nascente na economia cafeeira, voltada ao mercado interno, formado pelas fazendas de café e pelas cidades. Não se tratava ainda de industrialização, pois não havia no País a indústria de base, mas a crescente presença de indústrias de transformação diferenciava o ambiente urbano.

A Semana de Arte Moderna é também, para além de um movimento artístico e literário, a expressão da nova configuração política e socioeconômica: governo republicano, crescente urbanização, lutas por direitos sociais e trabalhistas. Dava-se ali o anúncio de uma segunda independência. A teoria antropofágica de Oswald de Andrade é muito sugestiva para entendermos a natureza das relações entre centro e periferia. O Brasil continuava a ser um país dependente das grandes nações, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, mas com autonomia para inventar. Não se tratava de mera adesão a regras estabelecidas pelas nações do Velho Mundo, e sim de encarar o desafio de não se subordinar a um quadro de referências ditadas do exterior, que só se tornaria universal se assim desejássemos. Se inevitável o contato entre o Velho e o Novo

Mundo, todavia, ele poderia ser de um tipo “antropofágico”, em que o influenciado, o dependente, não seria só passivo diante das influências recebidas, pelo contrário, seria extremamente ativo. Mesmo diante de uma situação de dependência econômica e cultural, havia a possibilidade de “dobrar”, conforme expressão de Leibniz, que via na modernidade, através da avaliação do barroco, a chance tanto para o condenado

Se 1822 já fora um passo importante na constituição do Estado-Nação brasileiro, apesar de conservados aspectos do passado colonial, a Revolução de 1930 ampliou a independência, encetando a industrialização e aproximando a sociedade do Estado

à servidão quanto para os bem-aventurados de produzirem liberdade. Continuará condenado à servidão aquele que fosse estreito no espírito e sem amplitude, confiando seu destino à improdutiva vingança e ressentimento, como se os sofrimentos do passado não pudessem acabar no presente. Oswald de Andrade entendeu que não se tratava apenas de engolir regras, imitando os padrões do Velho Mundo, e sim de digerir-las com “estômago” próprio, associando o universal e o local, produzindo-se novidade.

Uma segunda independência

Se o marco de 1822 já fora um passo importante na constituição do Estado-Nação brasileiro, apesar de conservados importantes aspectos do passado colonial, a Revolução de 1930 ampliou consideravelmente a independência nacional, produzindo uma grande “dobra” sobre o passado, ao encetar a industrialização e aproximar a sociedade do Estado. Concebeu uma economia sistemicamente articulada à política e à organização social, dotando os trabalhadores de cidadania, inicialmente submetida aos fins do Estado Novo, mas, a partir de 1946, uma cidadania afirmativa, de forte conotação republicana, que ganhava impulso à medida que se ampliavam as liberdades e que os sindicatos passavam a abrigar processos por uma efetiva autonomia do mundo do trabalho.

O Brasil que emergiu da Revolução de 1930 caminhou no sentido do estabelecimento de uma sociedade salarial por meio do processo de industrialização nacional. Encerrou-se a política de importação de trabalhadores, focando-se na formação de mão de obra local. O trabalho até então subordinado aos particularismos da hegemonia agrária passou por importantes modificações, através da difusão do emprego assalariado com carteira assinada e pelos diversos mecanismos urbanos de proteção e segurança social.

A produção nacional foi multiplicada por 18,2, ou seja, em média de 6% ao ano, entre as décadas de 1930 e 1980, fazendo avançar a centralidade do emprego assalariado no funcionamento do mercado de trabalho. De cada quatro postos gerados entre 1940 e 1980, três eram assalariados, sendo 70% do total compostos pelo emprego formal, isto é, com carteira de trabalho assinada. Com isso, o emprego assalariado, que respondia por 42% do total da

ocupação em 1940, passou a 63% em 1980. Os postos de trabalho formal passaram de 12,1%, em 1940, para 49,2%, em 1980. Nessas contas estão incluídos os índices obtidos nas duas décadas de regime militar, que representou, apesar do progresso econômico nos anos 1970, fortes retrocessos políticos e sociais, retomando o anacronismo conservador e a aversão pelas mudanças democráticas e civilizatórias que vinham ocorrendo desde 1946, infelizmente interrompidas pelo golpe de 1964.

Conquistas restritas pelo liberalismo conservador

Com o fim da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988, cuja elaboração contou com forte participação popular, a sociedade brasileira pensava-se livre de qualquer ranço antidemocrático. No entanto, a implementação de uma série de políticas econômicas e sociais a partir do início dos anos 1980, comprometidas com a administração da crise econômica e da dívida externa, levou ao processo de financeirização da riqueza com enfraquecimento do setor produtivo, sobredesvalorização do trabalho e, na década de 1990, fortalecimento da ordem liberal conservadora.

Os resultados dessas medidas foram o rebaixamento do Brasil de 8ª a 13ª economia mundial e a elevação do desemprego de 13ª a 3ª nesse *ranking*. Houve significativa ampliação da carga tributária sobre a base da pirâmide social e privatização do patrimônio público, com a transferência de 15% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro para grupos privados internacionais e destruição de mais de 500 mil postos de trabalho. Medidas neoliberais passaram a reter recursos do gasto social para pagamento de juros, inviabilizando a efetiva implementação das conquistas sociais trazidas pela Constituição. A dívida pública subiu de menos de um terço para mais de 50% do PIB. Por mais de duas décadas, portanto, com uma sociedade esgarçada e empobrecida, a conexão do País com o futuro ficou bastante comprometida.

Não estamos livres da cantilena neoliberal, sempre à espreita pela intensificação da especulação financeira através da elevação das taxas de juros e do apequenamento do Estado através da opressão do gasto público

Desenvolvimento com democracia faz bem

No início deste século, recomeçamos uma reinversão política e socioeconômica com perspectiva de construção de uma agenda civilizatória para o País, colocando-se no centro do debate nacional o tema do desenvolvimento baseado em produção, pleno emprego e distribuição de renda, significando mudança do modelo econômico. Isso está sendo realizado através de democracia, do voto universal a cada dois anos na eleição dos representantes populares no Executivo e Legislativo, bem como de participação crescente do povo no debate político. Representa uma radical e feliz novidade para o Brasil que, em mais de 190 anos de independência, teve menos de 50 anos de vida democrática, com governantes eleitos diretamente pelo povo.

Não se está livre da cantilena e da pressão neoliberal, sempre à espreita pela intensificação da especulação financeira, do rentismo através da elevação das taxas de juros e do apequenamento do Estado através, por exemplo, da opressão do gasto público. Mas não resta dúvida que vivemos no Brasil um momento importante, com a reto-

mada pelo Estado do planejamento e coordenação econômica, recuperação e ampliação da infraestrutura e energia, geração de empregos formais, elevação real do salário mínimo, retomada do respeito à legislação trabalhista – a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que em 2013 completa 70 anos – e investimento em políticas sociais visando transferência de renda. Um dos resultados tem sido a queda na taxa de pobreza, ascensão dos segmentos sociais na base da pirâmide e ampliação do mercado interno, que tem sido o grande fator de proteção contra os efeitos da crise internacional. Assim como em 1929, o Brasil surfa na crise atual, afirmando caminhos heterodoxos pelo desenvolvimento sustentado.

Entreato da grande dobra

Nas próximas duas décadas, quando o Brasil atingirá o auge demográfico, a ser seguido pela redução absoluta de sua população, deveremos dar continuidade ao projeto nacional de desenvolvimento e enfrentar novos desafios. Um deles, certamente o mais importante, é ter uma economia com maior valor agregado através do conhecimento e a conformação de uma sociedade de classe média. Para a construção dessa sociedade em patamar superior, há que se elevar substancialmente o nível de escolaridade e a qualidade da formação para o trabalho da sociedade brasileira como um todo.

O ano de 2022 estará no meio dessa decisiva “dobra”. Até lá, deveremos cumprir uma agenda que nos garanta uma comemoração ativa do Bicentário da Independência, ou seja, contando com uma sociedade em que a grande maioria dos brasileiros esteja plenamente incluída, uma sociedade sem miséria e pobreza extremas.

As oito campanhas do projeto Brasil Inteligente de 2012 lançadas pela CNTU, as federações e os seus 98 sindicatos filiados, agora associadas ao projeto CNTU Brasil 2022, apontam metas ousadas nesse sentido, buscando garantir conquistas importantes nas áreas da educação continuada, saúde, comuni-

cação, C&T e meio ambiente. O CNTU Brasil 2022 aprofundará esse trabalho, debatendo e agindo sobre esses e outros temas, de modo a desenhar o País que queremos ter e podemos construir nos próximos dez anos. A Constituinte das Artes, Cultura, Ciência, Tecnologia, Inovação, Saúde e Educação, a Constituinte do Saber, poderá ser o pivô de um conjunto de eventos e iniciativas rumo a 2022 (*leia no quadro*).

Da independência que construímos há quase 200 anos ao desenvolvimento e soberania que queremos atingir, há um caminho de unidade e consensos a serem trabalhados com altivez e determinação pelas camadas médias universitárias e por todos os brasileiros. As águas do processo continuado pela soberania nacional ganharão densidade e velocidade, desta vez com o povo brasileiro protagonista e no centro das decisões. Em 2022, poderemos comemorar decisivas conquistas e transformações.

José Bonifácio, Celso Furtado, Josué de Castro, Paulo Freire, Oswaldo Cruz, Capistrano de Abreu, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Graciliano Ramos, Tobias Barreto de Meneses, Ramos de Azevedo, Saturnino de Brito, Euclides da Cunha, Francisco de Paula Souza, Câmara Cascudo, Machado de Assis, Lima Barreto, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Berta Lutz, Jorge Amado, Candido Portinari, Astrogildo Pereira, Anita Malfatti, Carlos Chagas, Mario Schenberg, Cesar Lattes, Crodowaldo Pavan, Nise da Silveira, Francisco Romeu Landi, Falcão Bauer, Figueiredo Ferraz, Paulo Vanzolini, Lúcio Costa, Casimiro Montenegro, Guimarães Rosa, Glauber Rocha, Herbert de Souza, Heitor Villa Lobos, Pixinguinha, Noel Rosa, Roberto Simonsen, Milton Santos, Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Hollanda, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Barbosa Lima Sobrinho, Nísia Floresta, Clarice Lispector, Raymundo Faoro, entre tantos outros e outras, estarão nos inspirando a atravessar as lombadas, evitar as armadilhas e pensar grande.

Constituinte do Saber: meta e método do CNTU Brasil 2022

O CNTU BRASIL 2022 vai debater, entre outras ações que pretende realizar junto às forças desenvolvimentistas do País nos próximos dez anos, a meta e o método que garanta a democracia, a participação e o protagonismo: a realização da Constituinte das Artes, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, Saúde e Educação, ou seja, a Constituinte do Saber, que visa chacoalhar e renovar formulações e criar laços sociais em torno da ideia de 2022, não apenas como a afirmação de uma importante data histórica, mas, principalmente, como processo de formatação de uma ativa cidadania para este século, rumo a novas conquistas. Entre as iniciativas, estão:

- Criar uma Conferência Nacional do Brasil 2022 apoiando-se no processo consagrado das conferências já realizadas no País. São mais de 100 nos últimos dez anos, com a participação de 5 milhões de lideranças brasileiras.
- As conferências municipais, estaduais e nacional do Brasil 2022 são parte do processo. Dele, participarão cerca de 200 cidades com uma média de 100 lideranças por conferência municipal, resultando em cerca de 20 mil participantes. Serão utilizadas tecnologias de informação para horizontalizar a participação de outros milhares de brasileiros em todo o País.
- Todo o processo das conferências contará com 20% de pessoas indicadas pelas entidades, personalidades da sociedade civil (escritores, cientistas, artistas, sábios populares) que não precisarão ser eleitas como delegados. Terão a função de pensadores-consultores.
- A Conferência Nacional Brasil 2022 poderá utilizar-se das conclusões das 100 conferências realizadas desde 2003. Produzirá e aprovará os rumos para a institucionalização de políticas públicas voltadas à construção de um país participativo.
- A II Conferência do Saber poderá realizar-se em 2019 para balancear, ampliar e avançar as iniciativas rumo a 2022.
- Na sequência das cinco campanhas eleitorais (2014, 2016, 2018, 2020 e 2022) e dos esforços múltiplos urbanos, sociais e econômicos da Copa do Mundo, Olimpíadas e da eventual Exposição Mundial 2020 em São Paulo, a Constituinte do Saber é um movimento de convergência e unidade que auxilia a impulsionar os laços sociais, adensando, fortalecendo e distribuindo corresponsabilidades ao Estado e à sociedade civil.
- A Constituinte do Saber terá no seu centro a Conferência Nacional do Brasil 2022 como pivô dos rumos e um conjunto múltiplo, plural e diversificado de eventos e iniciativas políticas e culturais para estimular e empurrar rumo à conquista do Brasil que queremos.



Allen Habert é engenheiro de produção e mestre pela EPUSP. Diretor de Articulação Nacional da CNTU, foi presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, diretor da Federação Nacional dos Engenheiros e membro do Conselho Universitário da Unicamp ●

Duzentos anos de história e a nação por construir até 2022

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fala das principais conquistas alcançadas nos dois séculos de independência e aponta os desafios a serem superados para que o Brasil dê tratamento justo e igualitário a todos os seus cidadãos

Kleber Gutierrez

DETENTOR DE UM VASTO currículo de serviços prestados à Nação, que inclui a Secretaria-Geral do Itamaraty, entre 2003 e 2009, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães assumiu em 2010 a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos). Lá, criou o Plano Brasil 2022, articulando os diversos segmentos sociais, acadêmicos e todos os ministérios para traçar os passos a serem trilhados na busca de um país desenvolvido no marco do Bicentenário da Independência.

Em entrevista à **Brasil Inteligente**, ele defendeu um Estado forte, que promova investimentos em infraestrutura e mantenha políticas de inclusão social e distribuição de renda. Na América do Sul, definida como um “arquipélago de sociedades separadas pelos obstáculos geo-

gráficos e pela herança de políticas coloniais que as isolaram umas das outras”, Guimarães vê a consolidação da liderança brasileira no suporte às economias menores e com um Mercosul (Mercado Comum do Sul) plenamente estabelecido. O que daria ao Brasil e aos países da região

– com seus mais de 400 milhões de habitantes – o poder de agir efetivamente como bloco.

Quais as nossas principais conquistas desde 1822?

Houve progressos extraordinários em 200 anos. O principal foi a integração do território, ainda que não totalmente, a partir da construção de Brasília. De 1822 para cá, a população se tornou de rural, com todas as consequências que isso implica, a primordialmente urbana. Hoje, de 80% a 85% dos brasileiros estão nas cidades. É uma situação que traz desafios, mas a urbanização da sociedade moderna permite a industrialização e o progresso cultural. Também conseguimos

Desafios a serem vencidos em dez anos, segundo plano

Crescer 7% ao ano

- Aumentar a taxa de investimento para 25% do PIB
- Tornar a tributação menos regressiva
- Reduzir a inflação e o spread para o nível médio dos países emergentes

Reduzir a dívida pública a 25% do PIB

- Alcançar a inclusão financeira de 100% da população adulta
- Duplicar a produção agropecuária
- Reduzir à metade a concentração fundiária

- Quintuplicar as exportações
- Elevar o dispêndio privado em pesquisa e desenvolvimento para 1% do PIB

Alcançar 5% da produção científica mundial

- Dominar as tecnologias de microeletrônica e de fármacos
- Decuplicar o número de empresas inovadoras
- Reduzir à metade a informalidade no trabalho

- Elevar a escolaridade média do trabalhador para 12 anos
- Desonerar a folha de salários sem perda de direitos do trabalhador
- Triplicar a oferta da aviação civil para o mercado interno

Erradicar a extrema pobreza

- Acelerar a redução da desigualdade na distribuição de renda
- Garantir segurança alimentar e o acesso à água a todos os brasileiros

Hoje, de 80% a 85% dos brasileiros estão nas cidades. É uma situação que traz desafios, mas a urbanização da sociedade moderna permite a industrialização e o progresso cultural

ampliar o acesso à eletricidade, à água e ao saneamento básico. Isso significa mais saúde para todos e um cidadão mais bem preparado, até fisicamente, para o mercado de trabalho.

Politicamente, quais foram os momentos relevantes?

Em 1932, teve início o processo de democratização. Getúlio Vargas trouxe uma transformação política, com o estabelecimento do voto secreto e a legalização do voto feminino. Getúlio atuou ainda na criação dos gigantes brasileiros de energia e infraestrutura: siderúrgica de Volta Redonda (CSN – Companhia Siderúrgica Nacional), Petrobras, Eletrobras, Fábrica Nacional de Motores. Ele regulou temas intangíveis até então, como a legislação da água, da energia elétrica. E não podemos nos esquecer da estruturação dos serviços públicos. Nada disso havia na República Velha. E, claro, a redemocratização após o período



Samuel Pinheiro Guimarães: planos por um país desenvolvido em dez anos.

da ditadura militar e a universalização dos direitos civis com a promulgação da Carta Magna, em 1988. Hoje, o País é a terceira maior democracia do mundo.

Qual foi o pior legado deixado pelos portugueses após os períodos de Colônia e Império?

A herança do analfabetismo. A cultura escravocrata, cujo desmonte começou tardia-

mente em 1888, ainda causa prejuízos. Não podemos esquecer que o Brasil está na América do Sul: um continente rico em recursos de toda espécie, em que se encontram sociedades com níveis extraordinários de pobreza e de exclusão ao lado de riqueza excessiva e ostentatória. Esse paradoxo é um grande desafio. Suas causas históricas se encontram na natureza das relações entre as colônias e as metrópoles subdesenvolvidas, Portugal

elaborado em 2010 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos

• *Garantir proteção social a todas as famílias em situação de vulnerabilidade*

Erradicar o analfabetismo

- *Interiorizar a rede federal de educação para todas as microrregiões*
- *Atingir a marca de 12 milhões de universitários*
- *Universalizar o acesso aos bens e conteúdos culturais*
- *Promover o Brasil à condição de quinto maior produtor de animação*
- *Incluir o Brasil entre as dez maiores potências olímpicas*

• *Garantir assistência médica e farmacêutica a todos*

Reduzir à metade a mortalidade infantil e materna

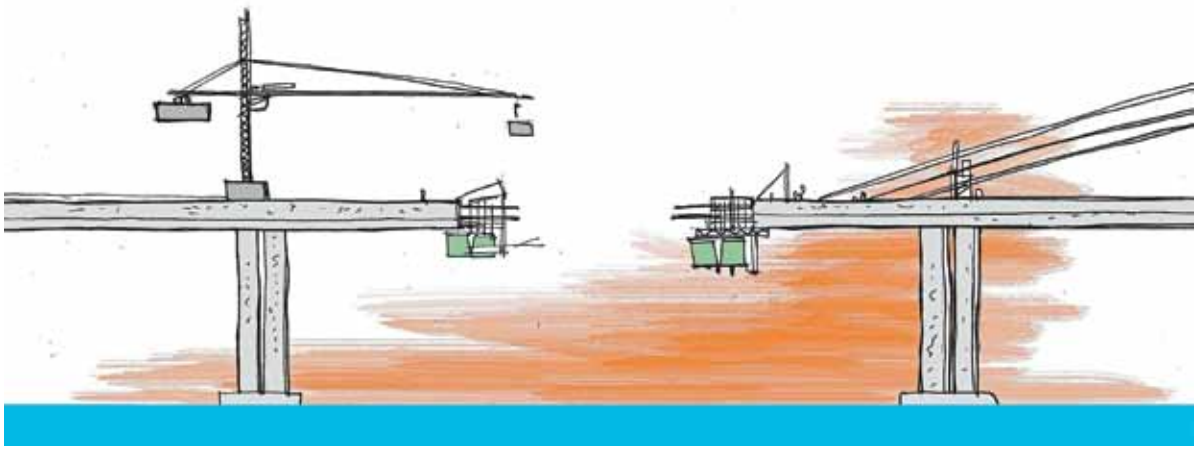
- *Assegurar o exercício de todos os direitos às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida*
- *Prevenir agravos contra idosos*
- *Promover a saúde integral das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos*
- *Eliminar o diferencial de mortalidade entre negros e brancos e promover sua igualdade salarial*

• *Dobrar a capacidade de transporte de carga*

Zerar o déficit habitacional

- *Assegurar 100% de acesso a saneamento ambiental*
- *Implantar as recomendações internacionais anticorrupção*
- *Reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas*
- *Aprofundar e expandir o Mercosul*
- *Elaborar indicadores de participação social nas políticas públicas*

Fonte: Plano Brasil 2022



e Espanha, que ficaram à margem do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Industrial. Essas metrópoles proibiram os esforços de industrialização das colônias e organizaram seus sistemas econômicos com base no trabalho escravo, servil, na mineração, no latifúndio e dificultaram, com a Inquisição, o progresso cultural e científico. Os efeitos dessas relações se fazem sentir até hoje.

Como o Brasil enfrenta esse legado?

Desde 2003 há um grande esforço para incorporar 50 milhões de pessoas ou 13 milhões de famílias na sociedade brasileira, tirando-as da pobreza, às vezes extrema. São projetos extraordinários em ações afirmativas, como as cotas raciais, iniciativas em educação, como o Prouni (*Programa Universidade para Todos*), e sociais, como o Bolsa Família, para formar uma moderna sociedade que agregue valor ao cidadão e seu trabalho. O Governo Lula trabalhou pela recuperação do poder do Estado e sua capacidade de investimento em infraestrutura. Investiu na diversificação da pauta de exportações, na abertura de novos mercados e conquista de outros parceiros fora do eixo EUA-Europa. A política industrial de conteúdo nacional, que reforça a capacidade produtiva local, foi outro mérito. O fortalecimento da Petrobras permitiu a descoberta do pré-sal, que já produz 300 mil barris de petróleo ao dia. É preciso ver que até recentemente os meios de produção brasileiros eram arcaicos. O País só começou a se industrializar há 50 anos, a partir da era Vargas, e a avançar com Juscelino

Kubitschek. Foram 150 anos de puro atraso. E sem nunca haver preocupação estatal no que se refere à educação. Hoje, a estruturação econômica permitiu reduzir a vulnerabilidade externa.

Em que patamar o País se encontra?

O poder constituído e a sociedade precisam entender que não basta apenas manter o combate à inflação, tanto que alguns países em crise tentam criar alguma inflação. O governo tem feito um empenho enorme com as desonerações, porque a almejada

Desde 2003 há um grande esforço para incorporar 50 milhões de pessoas ou 13 milhões de famílias na sociedade brasileira, tirando-as da pobreza

reforma tributária requer um esforço político gigantesco. E há muita desinformação a serviço da concentração do capital. O impostômetro da Associação Comercial de São Paulo é um exemplo desse equívoco. Tributos são necessários para manter a máquina do governo viva, com capacidade de investimento em questões fundamentais que ajudem a reduzir a concentração

absurda de riqueza que existe no Brasil. É preciso também abordar a questão dos elevados juros, que tiram boa parte da receita tributária, que é queimada para pagar os rendimentos dos títulos do Tesouro, os públicos. E há pouca clareza a respeito dos empréstimos subsidiados para conglomerados multimilionários. Investimento bom é aquele que gera emprego.

Quais as diretrizes para que o Brasil se mantenha em uma rota de crescimento sustentável?

A manutenção dos investimentos do PAC (*Programa de Aceleração do Crescimento*), o desenvolvimento científico, a intensificação dos programas de distribuição de renda associados à educação, como o Bolsa Família. Ainda há muitos desafios a vencer: energia e água potável para todos, transportes públicos de qualidade, universalização do saneamento básico e livre acesso à educação garantido a todos os cidadãos. Essas são questões prioritárias. Não há possibilidade de reduzir desigualdades sociais sem um nível de crescimento adequado, e programas de grande impacto só podem ser feitos pela ação direta do Estado. O País crescendo menos gera menos empregos de qualidade. Também é preciso que a força de trabalho receba uma remuneração digna; hoje, a média salarial é de R\$ 1,6 mil. É preciso considerar que metade da força de trabalho ainda não tem registro em carteira, não é formalizada, e não entra nas estatísticas. Isso em justaposição a salários e bônus gigantescos pagos a muitos executivos. Ainda somos uma sociedade muito desigual. ●



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS

*Na luta em defesa
dos profissionais,
do desenvolvimento
socioeconômico
brasileiro e
da democracia*



Federação
Nacional dos
Farmacêuticos



www.cntu.org.br

 [CNTU.ProfissionaisLiberais](https://www.facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais)

 [cntu_sindical](https://twitter.com/cntu_sindical)

 [CNTUSindical](https://www.youtube.com/CNTUSindical)

Projeto de desenvolvimento deve incluir educação para a vida toda

Na sociedade da informação, perdeu sentido a formação meramente voltada ao trabalho e que se encerra na graduação, alerta o economista Marcio Pochmann

Artur Araújo

Se olharmos para os últimos dez anos, o Brasil ficou melhor ou pior?

Vamos falar assim: a década de 2000 apresenta uma combinação que nós nunca tivemos nos últimos 50 anos, a combinação de democracia com expansão econômica e redução das desigualdades. Nós já tivemos um período de crescimento econômico muito maior, entre as décadas de 1960 e 1970. No entanto, a ausência de democracia fez com que essa situação não resultasse numa elevação generalizada no padrão do bem-estar social. Criamos uma sociedade mais desigual do que já era. Nas décadas de 1980 e 1990, conquistamos a democracia. Mas o Brasil não cresceu, viveu uma estagnação da renda *per capita*, congelamos a desigualdade, a pobreza. Não obstante o êxito de ter combatido a inflação, a ausência do crescimento econômico fez com que não tivéssemos distribuição. Democracia com crescimento econômico gera a oportunidade de o Brasil reverter uma trajetória de longo prazo, uma trajetória forçada em cima da exclusão social. Mais do que isso. É importante chamar a atenção que essa proposição – a de combinar crescimento econômico, democracia e distribuição de renda – nos tornou um país mais forte do ponto de vista internacional.

Quais são os indicadores dessa mudança de modelo?

O Brasil, por duas décadas, 1980 e 1990, regrediu do ponto de vista

NOMOMENTOEM que o Brasil precisa optar por um padrão de crescimento baseado em valor agregado e conhecimento, em oposição àquele ancorado meramente em *commodities*, a educação ganha papel central no projeto de nação. Para Marcio Pochmann, atualmente à frente da Fundação Perseu Abramo e professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), já se vive hoje no País a virtuosa combinação de democracia, expansão econômica e redução das desigualdades. Porém, alerta nesta entrevista, é necessário avançar em ciência, tecnologia e inovação e oferecer à população padrão elevado de qualificação para que haja inclusão real.



Marcio Pochmann: democracia com crescimento econômico gera oportunidade de reverter exclusão social.

econômico – nós estávamos em 8º lugar em 1980 e passamos a 13º em 2000. E convivemos com a ampliação do excedente de mão de obra. Nós tínhamos menos de 3% da população desempregada em 1980 e fomos para quase 11% em 2000. Reduzimos a participação do salário na renda nacional, era de 50% em 1980 e passou para 39%. Já nestes últimos anos, o Brasil passa a ser uma economia muito mais forte em termos internacionais, estamos entre as sete maiores do mundo. Tendo em vista a crise mundial, é muito provável que o Brasil possa encerrar a segunda década do século XXI entre as quatro maiores economias do mundo, o quinto maior produtor de manufatura, o maior de produtos agropecuários. O Brasil se recoloca de maneira sem paralelo em termos históricos, uma economia mais pujante, encontrando no seu mercado interno as melhores condições para a expansão.

Esse cenário positivo não tem nenhum problema, nenhum gargalo?

O resultado dessa expansão ainda é uma dúvida, do ponto de vista do perfil do crescimento que o Brasil terá. Será que vai crescer ancorado no que a gente chama de Fama (*fazenda, mineradora, maquiladoras*)? O Brasil crescendo pela ideia da fazenda, das maquiladoras, da dificuldade de produzir industrialmente aqui, o setor agropecuário cada vez mais forte, isso pode resultar num crescimento que não seja capaz de absorver a todos. E os que serão absorvidos não o farão, necessariamente, pela qualificação, porque os empregos gerados são de menor qualidade.

Os chamados “empregos commodities”?

Exatamente. Hoje há um debate sobre para onde vamos, que tipo de crescimento nós vamos ter. Pode ser um crescimento que chamamos de Vaco – a gente fala do Brasil do valor agregado e do conhecimento. Seria a oportunidade de ampliarmos o valor agregado das nossas cadeias produtivas, com muito investimento em tecnologia embarcada, incorporada na nossa produção. Isso nos daria condições melhores de geração de empregos com maior qualidade e com melhor remuneração.

É um projeto que está em disputa. Porque há segmentos muito beneficiados pela oportunidade de crescermos na produção de bens primários e há outros que querem avançar.

O Brasil precisa optar pelo crescimento ancorado no conhecimento, na economia de maior valor agregado

Em sua opinião, para onde tende essa disputa?

As dificuldades que estão colocadas são de ordem externa e interna. As externas: estamos assistindo o deslocamento do centro dinâmico do mundo, dos EUA para a Ásia. Não é a primeira vez que isso ocorre. Nas vezes anteriores, tivemos o deslocamento da Índia, da Ásia para a Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. E a mesma coisa na passagem do século XIX para o XX, da Europa para os EUA. E nós tivemos sempre a presença de guerras, conflitos. Estamos vendo hoje uma certa resposta da União Europeia e EUA ao avanço da China. Essa condição implicará espaços maiores ou menores para que o Brasil possa se posicionar melhor em termos internacionais.

Em termos internos, as dificuldades foram de retomada da expansão dos investimentos. Nós tivemos três décadas com taxas de investimento muito baixas, são insustentáveis do ponto de vista do crescimento que se espera. Estamos vivendo uma batalha em torno do crescimento econômico. Isso implica reconhecer que 2011 e 2012 foram anos em que, a despeito do resultado econômico pequeno, as mudanças macroeconômicas foram interessantes. Mudanças que vão dar resultados mais à frente, que dizem respeito ao modelo de financiamento da economia nacional, de enquadramento do setor financeiro. Taxas de juros, crédito de longo prazo, as decisões de política cambial. Isso vai dar bons resultados.

Nesse quadro, qual é o desafio para os profissionais de formação universitária?

A impressão que tenho é que a sociedade brasileira não se deu conta, e seus políticos também não, do momento singular que vivemos. Ele coloca sobre a educação um papel muito mais importante do

que se imaginava. A educação sempre foi vista como um passaporte para o trabalho, diretamente, ainda que tivesse o papel da cidadania, dos valores, da hierarquia, da disciplina, da assiduidade. Muito voltada para uma aprendizagem para o trabalho, trabalho desqualificado, de tal forma que quem estuda são crianças, adolescentes e alguns jovens. Só 5% da população chegava ao ensino superior. Estamos falando hoje de uma sociedade da informação e do conhecimento. É uma sociedade que pressupõe a educação ao longo da vida. Tanto é verdade que as corporações já têm as suas universidades voltadas à formação permanente de seus trabalhadores. É outra educação – educação para a vida toda, e não para chegar à condição de adulto. O ensino superior passa a ser piso da nossa sociedade, e não mais o teto.

Surgirão novos mecanismos de formação superior?

A ideia da universidade é formar 5% da população para áreas específicas, não para a universalidade. Uma universidade pautada pela especialização do conhecimento, que perdeu a ideia da universalidade. Acho que está por ser construído esse processo de formação. Compreenderemos que é fundamental estudar mais e a vida toda. Implicando, inclusive, a postergação do ingresso no mercado de trabalho. Estamos falando de uma sociedade em que as pessoas vão chegar ao mercado de trabalho depois da conclusão do ensino universitário e poderão combinar estudar e trabalhar por 100 anos, porque estamos vivendo mais tempo. Isso, aparentemente, é alguma coisa que já existiu na sociedade agrária, a combinação do trabalho, em casa e fora de casa, com aprendizagem. A etapa que estamos vendo hoje – separar o trabalho do não trabalho – está cada vez mais borrada, mais difícil de ser identificada.

Isso torna importante que os atores sociais se deem conta de que o processo de formação é continuado e dará novas oportunidades para que as instituições passem, também, a formar. Os partidos políticos deverão ter quadros, os sindicatos também poderão formar. Essa ideia de formação deixa de ser exclusiva da escola tradicional. Essa é outra etapa a ser construída, e nós estamos perdendo tempo nesse sentido. ●

Desenvolvimento e integração só são possíveis com ação do Estado

Qualquer projeto para o futuro do Brasil precisa levar em conta a integração regional e a defesa do Mercosul como mecanismo de inserção soberana na economia mundial. Para isso, é necessária a ação firme dos poderes públicos

Gilberto Maringoni

NÃO É POSSÍVEL traçar uma concepção de desenvolvimento para o Brasil sem que a América Latina seja parte estrutural desse projeto. O motivo não se deve à geografia, mas essencialmente à crescente ligação do País com a região. É algo recente na história. Salvo raras exceções, nossos países sempre tiveram maior afinidade com os mercados dos países ricos do que com seus vizinhos.



Historicamente, o que caracterizou o continente foi o lugar que nos coube na economia mundial. Fomos explorados pelos colonizadores e depois pelas potências hegemônicas nos séculos XIX e XX – Inglaterra e Estados Unidos. O papel que nos cabia era o de fornecedores de matérias-primas e importadores de manufaturas e de capital.

Nunca fomos um continente integrado. A desunião foi chave para a manutenção de nossa posição periférica no

mundo. Essa marca não impediu que houvesse uma sincronia surpreendente no desenvolvimento regional, desde pelo menos o ciclo das independências, no início do século XIX.

Sincronias da história

O cientista político José Luís Fiori vê os processos subsequentes na seguinte perspectiva:

“(A) América Latina (é) um continente que se move de forma sempre sincrônica, apesar de sua enorme heterogeneidade interna. Basta olhar para trás para perceber as notáveis convergências de sua história, durante suas “guerras de formação”, na primeira metade do século XIX; na hora de sua integração “primário-exportadora” à economia industrial europeia, depois de 1870; ou mesmo, no momento de sua reação defensiva e “desenvolvimentista”, frente à crise mundial, da década de 1930. Uma ‘convergência’ que aumentou ainda mais, depois da II Guerra Mundial.”

Adiante, ele continua:

“Na década de 1950, esta mesma ‘convergência latino-americana’ reapareceu na derrubada simultânea de vários governos eleitos democraticamente, como no caso da Guatemala, do Brasil, da Argentina e da Colômbia. (...) Logo em seguida, nas décadas de 1960 e 1970, esta velha sintonia continental aumentou ainda mais depois da frustrada invasão de Cuba, em 1961, seguida de uma série de golpes militares que instalaram regimes ditatoriais em quase toda a América Latina. (...) Na década de 1980, a redemocratização simultânea do continente ocorreu no mesmo momento em que a violência da ‘2ª. Guerra Fria’ (1982-1985) do presidente Ronald Reagan atingiu a América Central e o Caribe, como se fosse um tufão. (...) Como parte da renegociação de suas dívidas externas, quase todos os governos da região

• Fiori, J. L., in http://www.desempregozero.org.br/artigos/olhando_para_a_esquerda.php

adotaram um programa comum de políticas e reformas liberais que abriu, desregulou e privatizou suas economias nacionais. (...) Na virada do novo milênio, a frustração destas expectativas contribuiu, decisivamente, para a nova inflexão sincrônica do continente.”

É bom ressaltar que sincronia não é sinônimo de integração. Cada país especializou-se em fornecer um tipo de matéria-prima para os países centrais, com economias pouco complementares entre si.

Assim, ao longo da maior parte dos últimos dois séculos, o Peru exportava guano, o Chile, minérios e farinha de peixe, o México, prata e milho, a Argentina, lã, trigo e carne, o Brasil, café e cana, e a maior parte da América Central especializou-se em frutas tropicais. Cada país tinha relações diretas com o mundo rico. Culturas comuns, como era o caso do café para o Brasil e para a Colômbia, serviram para acirrar concorrências e exacerbar diferenças, ao invés de possibilitar aproximações.

Industrialização periférica

Quando os maiores países da região viveram surtos modernizantes, após a II Guerra Mundial, a instalação de indústrias de bens de consumo duráveis – automóveis e eletrodomésticos – seguiu a lógica de investimento das matrizes. As fábricas de automóveis, por exemplo, não se moldaram a nenhuma diretriz local, mas aproveitaram vantagens oferecidas por cada governo para instalar suas plantas.

O quadro se agravou com as irresponsáveis privatizações na área de infraestrutura nos anos 1990. Os países da América Latina tornaram-se verdadeiros laboratórios da ofensiva ultraliberal patrocinada pelos grandes conglomerados internacionais, em aliança com instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. Tudo foi posto à venda. Nem mesmo os setores de energia, transportes e abastecimento, anteriormente controlado pelos estados, passaram a seguir diretrizes pautadas no interesse público. Os resultados foram sucessivas quebras de países e empresas, queda no já precário padrão de vida da população e a desnacionalização da economia.

Novo papel do Estado

Houve uma reação. A América Latina – em especial a América do Sul – passa por um novo ciclo político desde 1998. Trata-se de mais uma situação sincrônica, inaugurada com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela.

Ao longo da primeira década do século XXI, mandatários com pouca ligação política ou ideológica entre si, mas identificados difusamente com a insatisfação das práticas anteriores e com a necessidade de reestruturar o papel de seus estados na economia, lograram obter vitórias eleitorais. São os casos das eleições de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2005), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009). Que identidades podem ser assinaladas em grupo aparentemente tão diverso?

Em primeiro lugar, a redefinição do Estado como agente especial na economia e garantidor da soberania nacional. Em segundo, a colocação da questão social no centro das agendas nacionais. E em terceiro, o desenvolvimento como meta.

Mercosul não é só uma união aduaneira, mas um organismo que pouco a pouco vai definindo suas instâncias políticas

Não são fenômenos uniformes. Há graus variados de intervenção estatal em cada país, mas em quase todos busca-se evidenciar que o polo dinâmico da economia não está nos mercados, mas no setor público. A questão do desenvolvimento aparece também em matizes variados.

O que é desenvolvimento?

Celso Furtado (1920-2004), o mais importante economista brasileiro, diferenciava desenvolvimento de crescimento, em artigo na *Revista de Economia Política*, escrito pouco antes de sua morte. Para ele,

“O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de

vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.”

Ou seja, trata-se de um processo de transformação social.

No livro “O mito do desenvolvimento econômico”, Furtado ressaltou que “em nenhuma parte essa passagem (*para o clube dos países desenvolvidos*) ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida para esse fim”.

O ente capaz de captar, sintetizar, materializar e universalizar tal política é o Estado.

O Mercosul

Em pouco tempo, os novos governos do continente começaram a transformar o que era sincronia em integração. Os países – a partir da ação de seus estados – formaram blocos de afinidades e interesses ao longo da última década e meia. Do ponto de vista brasileiro, o mais importante deles é o Mercosul (Mercado Comum do Sul).

Criado em 1991, o bloco tem um PIB (Produto Interno Bruto) de US\$ 1,62 trilhão (47% da América Latina) e uma população de 253 milhões de habitantes (41% do continente). Pertencem a ele Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru são estados associados. O Mercosul mantém tratados de livre-comércio com Israel e Índia e acordos com a União Europeia e Chile.

O Mercosul não é apenas uma união aduaneira, mas um organismo que pouco a pouco vai definindo suas instâncias políticas. O Parlasul e o Protocolo de Ushuaia visam garantir o funcionamento democrático do bloco. As turbulências e insuficiências enfrentadas são plenamente superáveis com o aprofundamento da integração. O Mercosul e as demais articulações internacionais só serão viáveis com a obtenção de uma qualidade nova no sincronismo histórico de nossos países. É preciso transformá-lo em integração, através da intervenção firme dos estados em direção ao desenvolvimento.

As empresas privadas, especialmente as transnacionais, operam em outro diapasão: a lógica dos mercados globalizados, pautada por diretrizes emanadas de suas matrizes.

Trata-se de um embate político de grande envergadura. De seu resultado depende um futuro integrado ou não. ●

Gilberto Maringoni é professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC



Profissões

NO CAMINHO para se construir um país desenvolvido e democrático, é preciso ter em mente atuação dos profissionais liberais de formação universitária. Esses ganharam relevância conforme o Brasil afirmava-se como nação. A seguir, uma reflexão sobre tal trajetória e o papel que essas categorias têm a desempenhar, na visão de dirigentes de federações e sindicatos filiados à CNTU.

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Profissionais liberais, uma história de transformação

A chegada ao Brasil da família real, em 1808, e a Independência, em 1822, impulsionaram a mão de obra qualificada no País

Kleber Gutierrez

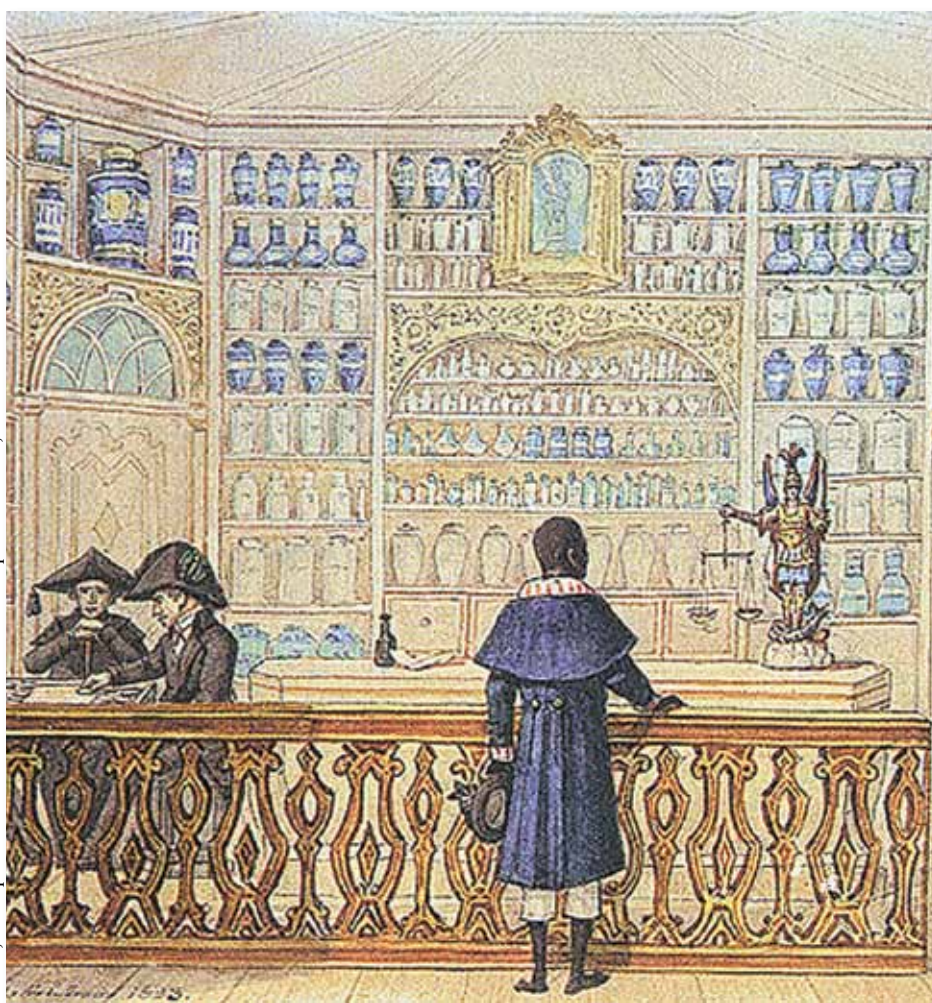
ESTIMA-SE QUE HAJA 12 milhões de profissionais liberais de formação universitária no Brasil. A constituição desse contingente, que muito tem a contribuir ao País com seu saber e força transformadora da sociedade, começou ainda nos períodos do Brasil-Colônia e do Império. Quem afirma é o professor titular da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) Shozo Motoyama, também membro do Conselho Consultivo da CNTU, do Conselho Curador do Museu de Ciências da USP e da Academia Paulista de História.

Entre os fatores determinantes, explica, está o advento do livre-comércio entre as nações, que obrigou ao surgimento de algumas profissões no País. Além disso, a presença da família real, que se estabelece na Colônia em 1808, fugindo das tropas de Napoleão, exige a consolidação de áreas até então relegadas, como engenharia e medicina. A primeira tornou-se necessária diante da carência de estruturas militar e social adequadas; a segunda visava garantir a saúde dos europeus recém-chegados aos trópicos.

Tal processo se intensificou após a independência de Portugal e o estabelecimento da burocracia administrativa nacional. O ano de 1827 marca o nascimento de duas importantes escolas de direito no Brasil, a de Olinda, logo transferida para Recife, e a de São Paulo. Da mesma época é a Escola Militar do Rio de Janeiro. É também no século XIX, lembra Motoyama, que surge a primeira escola de engenharia do País, que viria a ser a Politécnica do Rio de Janeiro.

O fim desse século, destaca o professor, marca o despertar da pujança paulista, graças à prosperidade do café. Tal arrojo impulsiona o nascimento da Escola Politécnica de São Paulo, já na República, em 1893, que produz novos engenheiros, incluindo agrônomos e arquitetos. Esses últimos só viriam a se separar dos engenheiros na segunda metade da década de 1940, com a criação da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) da USP. Também no século XIX, conforme Motoyama, houve a consolidação dos

Bófica, a antepassada de nossas farmácias. Jean Baptiste Debret, 1823.



Apenas 11,3% da população brasileira com 25 anos ou mais tem curso superior e 49% não possuem o ensino fundamental. O País precisa dar um salto significativo no âmbito educacional

primeiros institutos de pesquisa e saúde do País, como Manguinhos, criado por Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, e o vacinogênico Butantan, em São Paulo. “Foi quando o Brasil buscou maior inserção internacional e resolveu atacar doenças endêmicas e epidêmicas, ampliadas pela entrada livre em seus principais portos”, afirma. Nasceram ainda no período as primeiras faculdades particulares de farmácia e odontologia.

O salto necessário

Com apenas 11,3% de sua população com 25 anos ou mais tendo concluído um curso de nível superior e numerosos 49% sem o ensino fundamental, o Brasil ainda tem a dar um salto significativo. O professor lembra que, na trajetória do século XX, o País viu a universalização da educação, mas, ao mesmo tempo, a desvalorização do magistério.

“Os militares massificaram o ensino e tornaram o professor uma profissão de segunda categoria. O que foi uma temeridade, que expulsou da área os grandes talentos, antes socialmente muito valorizados”, lamenta Motoyama. Nessa primeira década do segundo milênio, aponta, mantém-se a “terrível defasagem educacional do País, com sérios problemas desde o ensino fundamental, tornando a qualificação dos jovens muito ruim”. Para ele, é urgente superar esse quadro para que o Brasil possa seguir o exemplo de outras nações emergentes, como China e Coreia, “que têm formado muitos engenheiros e pessoal técnico de altíssimo nível”. Outro problema, para o professor, é um grande



Shozo Motoyama: superar defasagem educacional é urgente.

atraso na qualificação e domínio de novas tecnologias, como de controle, automação e, principalmente, de informação, o que tem forçado o País a depender da importação de técnicas e talentos. “Isso pode ser uma medida paliativa, para aproveitar um *know-how*, mas nenhuma das nações que hoje despontam no mundo fez isso; todas construíram sua força motora a partir de esforços educacionais”, afirma.

Economia como ciência

Cursos ligados à área têm quase dois séculos, mas só no Governo Vargas surgiu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

O ENSINO DE ECONOMIA surgiu como uma implicação do trabalho profissional, conforme Nivalde José de Castro, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e autor de livros sobre o tema. Em 1827, foram criados dois cursos de ciências jurídicas e sociais, incluindo a cadeira de economia política, um em São Paulo, outro em Olinda. Mas é o Decreto-Lei 1.763, de 1856, que deve ser considerado como o da criação do ensino superior de comércio, culminando com os primeiros

diplomados em ciência econômica. Em 1905, o presidente Rodrigues Alves criou o curso superior de comércio, em que se ensinava ciência econômica. Em 1909, foi criada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, mas somente em 1926 foi homologado o ensino das ciências econômicas e comerciais. A valorização da profissão do economista ocorreu durante a era Vargas, quando a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro surgiu vinculada à Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Tiveram grande papel nesse processo as associações profissionais criadas nos anos 1930: Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que lutaram pela regulamentação da profissão. Destacou-se, também, o Conselho Federal de Economistas Profissionais. Em dezembro de 1938, foi criada uma instituição privada de ensino, a FCEARJ (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro). Em 1945, a Fundação

Mauá a assumiu, financiando parte de suas atividades. Em 1946, foi criado o curso de economia na Universidade do Brasil. De autoria do deputado gaúcho Fernando Ferrari, em 13 de agosto de 1951, a Lei 1.411 regulamentou a profissão e estabeleceu as normas de sua organização, por meio dos conselhos federais e regionais de economistas profissionais.

Raio X

Regulamentada em 1951 pela Lei 1.411, conforme dados do Cofecon (Conselho Federal de Economia), há no País cerca de 70 mil profissionais (registrados até abril de 2013). Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2011 (último censo disponível), 199 instituições ofereciam cursos na área. No mesmo ano, havia 33.247 alunos matriculados (em todas as fases do curso) e formaram-se 6.430.



Engenharia: a construção do País

Formação de profissionais não ligados ao Exército começou em 1874

A SAGA DA ENGENHARIA e da arquitetura no Brasil começa em 1549, com a fundação do Governo-Geral e da cidade de Salvador, por Tomé de Sousa. Conforme o historiador Pedro Carlos da Silva Telles, em seu livro “A história da engenharia no Brasil” (Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984), ele chegou acompanhado por um grupo de construtores, sob ordem do D. João III, para edificar uma “fortaleza de pedra e cal e uma cidade grande e forte”.

Raio X

Regulamentada em 1966 pela Lei 5.194, conforme dados do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), há no País 628.545 profissionais (registrados até abril de 2013). Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2011 (último censo disponível), 722 instituições ofereciam cursos na área. No mesmo ano, havia 570.812 alunos matriculados (em todas as fases do curso) e formaram-se 41.669.

Os mestres de risco, responsáveis pela maioria das construções até o século XIX, eram os artífices licenciados para projetar e construir.

O surgimento de uma escola de engenharia se deu com a chegada da família real ao Brasil e a fundação em 1811 da Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Em 1858, o ensino militar separou-se do ensino de engenharia através da criação da Escola Central, que passou a ser responsável também pelo ensino de engenharia civil, no entanto, subordinada ao Ministério da Guerra até 1874, quando se transformou em Escola Politécnica do Rio de Janeiro, subordinada a um ministério civil, iniciando a formação de engenheiros não ligados ao Exército. É quando surge a denominação profissional hoje utilizada: engenharia civil, aquela que não é militar. O nascimento da engenharia moderna coincidiu com dois grandes acontecimentos do século XVIII: a Revolução Industrial e o Ilu-

minismo. O aparecimento e desenvolvimento da indústria siderúrgica e o início da utilização do ferro como material de construção alteraram a arte de construir, até então inteiramente baseada na pedra. O Código Civil Brasileiro de 1900 refere-se apenas ao empreiteiro, ao construtor e ao arquiteto, quando trata dos direitos, obrigações e responsabilidades de quem faz uma obra; diante da lei, a figura do engenheiro ainda não existia. A profissão foi regulamentada pela Lei 5.194, de 1966. Em 1933, o País tinha 31 cursos regulares de engenharia; em 1996, 525. O Brasil possui aproximadamente 628 mil engenheiros. Conforme estudos da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), num cenário de desenvolvimento econômico, o País precisa colocar no mercado 60 mil formandos todos os anos, número ainda muito acima dos cerca de 41 mil registrados no Censo do Ensino Superior referente a 2010.

Da botica à farmácia

Migração aconteceu em 1857, quando foram criadas regras para o trabalho

O PRIMEIRO BOTICÁRIO no Brasil foi Diogo de Castro, trazido de Portugal por Tomé de Sousa (governador-geral nomeado pela Coroa portuguesa). Os jesuítas colonizadores também mantinham em seus colégios uma pessoa para cuidar dos doentes e outra para preparar os medicamentos. O principal deles era José de Anchieta. A partir de 1640, as boticas conseguem autorização para funcionar como comércio. Em dezembro de 1857, a migração desses estabelecimentos para a condição de farmácia se deu por meio do Decreto 2.055, que determinou as condições para o funcionamento dos novos negócios. No que se refere à terapêutica, o aparecimento da farmácia química, em oposição à tradicional

galênica, foi uma revolução. No Brasil, o primeiro fabricante industrial de extrato fluido foi o farmacêutico João Luiz Alves, no Rio de Janeiro. Em 1809 foi criada a primeira cadeira médica e de farmácia no País. Com a reforma do ensino médico, em 1832, funda-se o curso farmacêutico.



Raio X

Regulamentada em 1932 pelo Decreto 20.931, conforme dados do CFF (Conselho Federal de Farmácia), há no País 155.574 profissionais (registrados até dezembro de 2011). Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2011 (último censo disponível), 329 instituições ofereciam cursos na área. No mesmo ano, havia 103.311 alunos matriculados (em todas as fases do curso) e formaram-se 18.779.

Nasce o tratamento especializado

Os primeiros médicos brasileiros foram diplomados em 1834

ANTES DA CHEGADA da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, os recursos disponíveis para os tratamentos de saúde passavam pela pajelança e práticas nada ortodoxas, relata João Bosco Botelho, professor do curso de medicina da Universidade Estadual do Amazonas e pesquisador da história da profissão no País e no mundo. “Nas ruas do Rio de Janeiro e de Salvador, na segunda metade do século XVII, eram comuns os anúncios pregados nas portas para dar conhecimento dos tipos de instrumentos utilizados, como o tratamento por meio das chupadas das sanguessugas”, descreve.

Em 1768, o vice-rei Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, fundou, nas antigas dependências desativadas do Colégio dos Jesuítas, no Morro do Castelo, o Hospital Real Militar e de Ultramar, onde, inicialmente, foram dadas as primeiras aulas de medicina na

cidade do Rio de Janeiro. Em 18 de fevereiro de 1808, o príncipe regente, futuramente nomeado D. João VI, criou, por meio de Carta Régia, a Escola de Cirurgia da Bahia, que começou funcionando nas dependências do Hospital Militar. O Decreto Imperial de 9 de setembro de 1826 concretizou a reforma das Academias Médico-Cirúrgicas, transformando-as nas Faculdades de Medicina. O curso passou a ter seis anos, e os professores e alunos adotaram livros e procedimentos usados pela Universidade de Paris, considerada um centro cultural de excelência. O ensino particular só foi oficializado com o novo regulamento, de 1833, das Faculdades de Medicina, sancionado como lei pela Câmara dos Deputados. Em 1834, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro diplomava os sete primeiros médicos da sua história, seis séculos depois da Universidade de Paris.

Raio X

Conforme dados do CFM (Conselho Federal de Medicina), há no País 373.693 profissionais (registrados até abril de 2013). A medicina foi regulamentada em 1932 pelo Decreto 20.931. Contudo, tal norma, que abrangia várias outras profissões, não atende a demanda da categoria, que luta hoje por aprovação de lei adequada. Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2011 (último censo disponível), 171 instituições ofereciam cursos na área. No mesmo ano, havia 42.416 alunos matriculados (em todas as fases do curso) e formaram-se 14.634.

Saúde pela nutrição

Graduação na área começou na USP, em 1939. Atualmente, há 300 escolas no País

O PRIMEIRO CURSO DE NUTRIÇÃO do Brasil foi lançado no dia 24 de outubro de 1939 pela Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo), esclarece o CFN (Conselho Federal de Nutrição). Com duração de um ano, e aulas em tempo integral, era dividido em quatro períodos. Apenas em 1966 a formação atingiu três anos. No dia 24 de abril de 1967, a Lei nº 5.276 deu caráter

oficial à profissão. Em 1972, uma portaria do Ministério da Educação determinou a duração de quatro anos para a formação.

Em 20 de outubro de 1978 foi a vez de a Lei nº 6.583 criar os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. Mas foi o nascimento do primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1972, que incentivou a capilaridade dos cursos de nutrição e deu propulsão ao mercado de trabalho para os profissionais da área.

No dia 7 de novembro de 2001, o Conselho Nacional de Educação do MEC baixou a CNE/CES nº 5, que instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Nutrição e estabeleceu pelo menos 4 mil horas de carga para a formação dos profissionais, considerado o tempo mínimo necessário para a aquisição dos conhecimentos técnicos e científicos fundamentais para a adequada assistência nutricional da população.

Conforme o CFN, a expansão da base de trabalho na carreira é significativa nas últi-

mas décadas. Entre 1996 e 2000, a média de inscrições no sistema foi de 1.740 nutricionistas ao ano. O período de 2000 a 2007 apontou incremento superior a 400%. Hoje, a entidade registra taxas médias com avanço de 11,7% ao ano.

Raio X

Regulamentada em 1967 pela Lei 5.276 (substituída depois pela Lei 8.234/1991), conforme dados do CFN (Conselho Federal de Nutricionistas), há no País 87.501 profissionais (registrados até dezembro de 2012). Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2011 (último censo disponível), 300 instituições ofereciam cursos na área. No mesmo ano, havia 68.150 alunos matriculados (em todas as fases do curso) e formaram-se 10.848.



A origem da saúde bucal

Odontologia brasileira do século XIX era restrita às extrações

ACREDITA-SE QUE OS POVOS nativos já realizavam tratamentos dentários quando os portugueses chegaram ao Brasil. Segundo informação da ABO (Associação Brasileira

de Odontologia), a tribo Kuikuro, do norte de Mato Grosso, preenchia as cavidades dentárias com resina aquecida de jatobá, que funcionava como uma obturação.

Apesar dessa prática ancestral, a odontologia brasileira do século XVI era restrita às extrações dentárias. Somente em 9 de novembro de 1629, uma Carta Régia submeteu a exames os cirurgiões e barbeiros. Em 1728, na França, Pierre Fauchard (1678-1761), com seu livro “Le Chirurgien Dentiste au Traité des Dents”, revoluciona a odontologia, sendo chamado de “o pai da odontologia moderna”.

No final do século XVIII, mais precisamente em 23 de maio de 1800, cria-se o “plano de exames”. Nessa época, foi encontrado, em documentos portugueses, o termo “dentista”. Mas ele havia sido criado pelo cirurgião francês Guy Chauliac (1300-1368), aparecendo pela primeira vez em seu livro “Chirurgia Magna”, publicado em 1363.

Em 1820, o francês Eugênio Frederico Guertin consegue permissão para trabalhar no Rio de Janeiro. Era diplomado pela Faculdade de Odontologia de Paris e, por aqui, atendeu a nobreza, inclusive D. Pedro II e seus familiares. Em 1839, foi criada por Chaplin A. Harris, em Baltimore,

Raio X

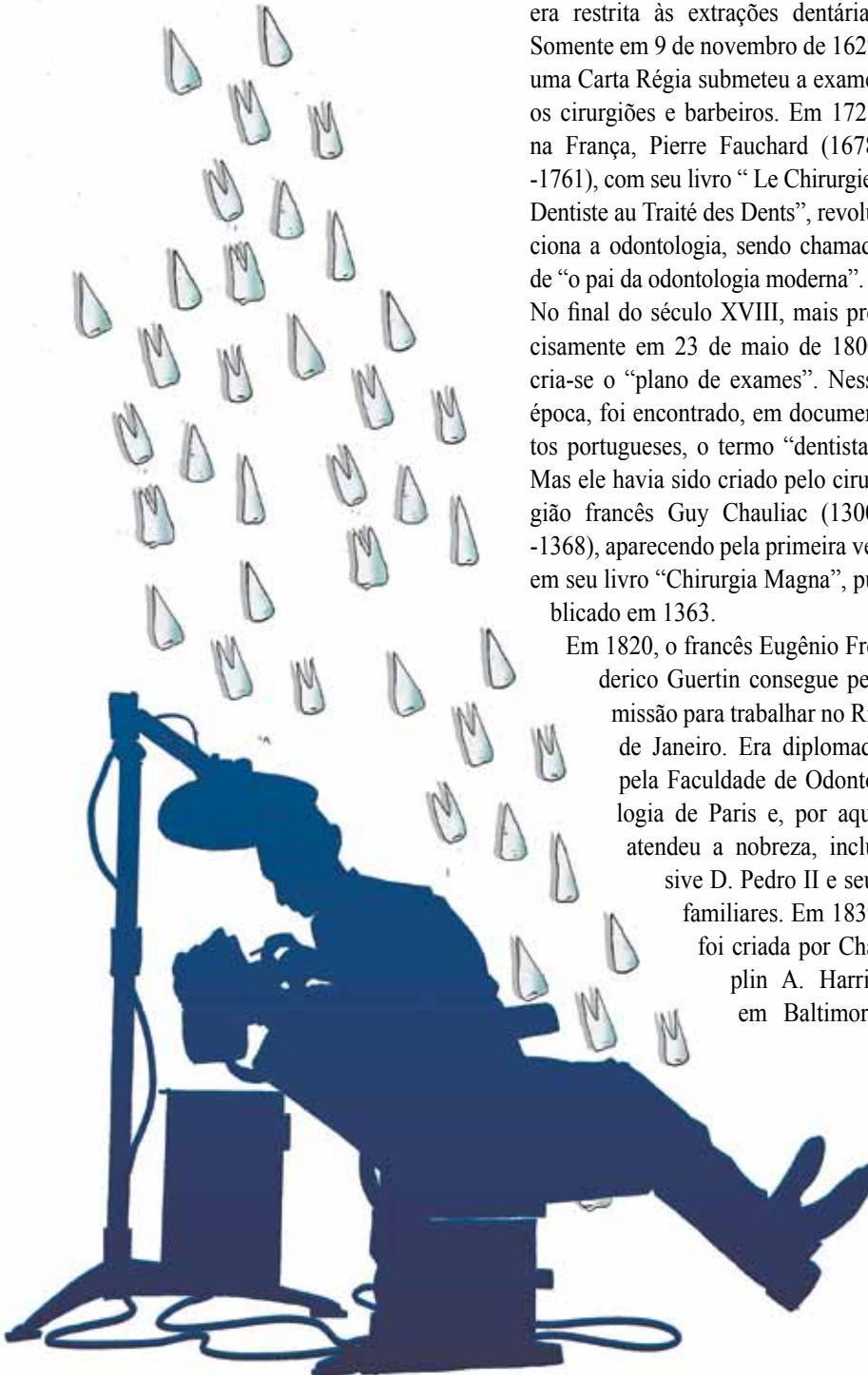
Regulamentada em 1966 pela Lei 5.081, conforme dados do CFO (Conselho Federal de Odontologia), há no País 256.398 profissionais (registrados até 2 de maio de 2013). Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2011 (último censo disponível), 185 instituições ofereciam cursos na área. No mesmo ano, havia 63.590 alunos matriculados (em todas as fases do curso) e formaram-se 9.637.

Estados Unidos, a primeira escola de odontologia do mundo: o Colégio de Cirurgia Dentária.

A partir de 1840, começaram a chegar dentistas dos Estados Unidos. Entre eles, Clinton Van Tuyl, o primeiro a utilizar clorofórmio para anestesiá-lo, conforme seu livro “Guia dos dentes sãos”, publicado em 1849. Mas a primeira escola de odontologia de São Paulo foi criada em dezembro de 1900, chamada Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia.

Augusto Coelho e Souza, chamado “pai da odontologia brasileira”, publicou naquele ano o “Manual odontológico”, que serviu de base para a formação de milhares de cirurgiões-dentistas. Cursos começam a surgir pelo País, como o da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Rio de Janeiro, em 1912, e o da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, em 1916. O exercício da odontologia em todo o território nacional foi regularizado em 1966 pela Lei 5.081, de 24 de agosto.

Passando pelas várias fases da história, a odontologia brasileira hoje possui cerca de 250 mil profissionais em atuação, que dispõem de tecnologia avançada e um grande desafio: elevar a saúde bucal do brasileiro. ●



País precisa de reformas para consolidar sua emancipação

Sistema tributário e organização político-partidária precisam ser revistos para fortalecer a democracia brasileira e melhorar a qualidade de vida da população

EM 1822, as elites agrárias e comerciais brasileiras desejavam a liberdade econômica para poder ampliar o comércio de seus produtos, que só seria obtida com a independência do País, como forma de acabar com o monopólio comercial imposto por Portugal.

Tal insatisfação existia desde a Inconfidência Mineira (1789), devido à cobrança de altas taxas e impostos exigidos pela metrópole. Havia também forte influência de outros movimentos externos, liberais, contrários ao colonialismo. Entre esses, a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789), que aumentaram as pressões políticas contra o domínio lusitano sobre o Brasil.

Passados quase dois séculos, o que mudou e quais são os desafios atuais? O principal, sem dúvida, é o da reforma política. É preciso rever urgentemente as regras eleitorais e partidárias, de modo a dar acesso a pessoas mais preparadas e qualificadas ao exercício das funções públicas. Isso não significa a exclusão daqueles com menor qualificação ou mais pobres, mas é preciso levar em conta a complexidade do mundo em que vivemos na atualidade. A gestão pública deve ser pautada pela razão técnica, profissional e social, podendo estar sujeita a devaneios,

bravatas, oportunismo e populismo. Necessário também reverter a opinião pública formada atualmente, segundo a qual político é sinônimo de aproveitador, corrupto, incompetente, que almeja o poder para se locupletar.

Difícilmente, os legisladores atuais reunirão as condições necessárias para fazer as reformas de que o Brasil precisa. Assim, cabe a pensadores, sociedade e universidade a discussão sobre a melhor maneira de programar essa mudança. Estudo recente efetuado pela Unidade de Inteligência da revista britânica *The Economist* avaliou o nível de consolidação democrática de 165 países. Obtendo o 44º lugar e nota 7,12, o Brasil foi classificado como uma “Democracia imperfeita” – as demais categorias eram democracias plenas, regimes híbridos e regimes autoritários. O trabalho leva em conta os critérios: processo eleitoral; pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política. Os piores resultados foram exatamente nesses dois últimos quesitos.

O que era considerado inaceitável em 1789, o famoso “quinto”, que equivalia a 1/5 do valor do produto a ser pago de imposto ao governo, hoje apenas se agravou, já que a tributação aproxima-se agora de 2/5. Em estudo concluído em março último, o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) indica que a carga tributária brasileira em 2012 chegou a 36,27% do PIB (Produto Interno Bruto).

Nesse contexto, é preciso levar em conta também a destinação dessa arrecadação e seu re-



flexo na qualidade de vida da população. Para isso, recorremos aos dados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), cujo relatório é reconhecido pelas Nações Unidas. Nesse *ranking*, o Brasil encontra-se na 84ª posição, com pontuação de 0,718.

Esse quadro demonstra a urgência em se ter um planejamento de médio e longo prazo, para inserir a Nação no contexto dos países desenvolvidos. Para tanto, faz-se necessário colocar em pauta reformas urgentes, como desoneração do trabalho, compensação de produtos e serviços realizados por economias não competitivas com regime de trabalho quase escravo, reciprocidade competitiva e na importação e exportação de mão de obra imigrante, estabelecimento de padrões ambientais sustentáveis.

Por fim, o Brasil deve melhorar extremamente a qualidade de sua educação, pois não superaremos o desafio se continuarmos em penúltimo lugar em um *ranking* global de educação, conforme demonstrou pesquisa que comparou 40 países, levando em conta notas de testes e qualidade de professores, dentre outros fatores. ●

Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo e membro do Conselho Regional de Economia – 2ª Região



Os engenheiros e a retomada do crescimento

A pauta essencial da categoria vem sendo o desenvolvimento nacional. O norte de 2022 proposto pela CNTU estimula ao engajamento nessa frente ampla formada pelos profissionais liberais

AGENTE DO DESENVOLVIMENTO por excelência, o engenheiro sofreu imediatamente as repercussões da estagnação econômica que assolou o País nas décadas de 1980 e 1990 e início dos anos 2000. O bloqueio ao crescimento restringiu seu papel, atrofiando sua inserção na sociedade e o impedindo de exercer sua vocação e aplicar sua capacidade técnica.

Diante desse cenário, ainda em 2006, a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) debruçou-se sobre o problema e elaborou o seu projeto de desenvolvimento nacional, que prevê crescimento econômico com distribuição de renda e preservação ambiental. Tal esforço está consolidado no projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento (www.crescebrasil.com.br). Em linhas gerais, aponta a necessidade, e possibilidade, de se manter a expansão econômica anual em 6%. Para tanto, propõe medidas concretas que favoreçam a atividade produtiva. Em primeiro lugar, é preciso se elevar significativamente os investimentos públicos e privados, que devem atingir 25% do PIB (Produto Interno Bruto). Para se alcançar essa meta, é necessário que se continue a baixar os juros, o que se choca com os interesses do poderoso mercado financeiro e com a mentalidade rentista que acabou por tomar conta do País. No entanto, é essencial para combater males extremamente corrosivos, como a pobreza, o desemprego, a informalidade e a falta de oportunidades e perspectivas para a juventude.

O Cresce Brasil, que desde o seu lançamento tornou-se instrumento de mobilização da categoria por uma nação próspera, justa e soberana, mereceu ao longo destes últimos sete anos novos debates e atualizações, cresceu

em abrangência e profundidade. Levando em conta a retomada efetiva da expansão econômica brasileira verificada a partir de 2007, depois abalada pela crise financeira internacional, e novos elementos do cenário econômico nacional, como as reservas de petróleo da camada do pré-sal, em 2009 o projeto foi atualizado e ampliado.

Atualmente, a iniciativa dos engenheiros segue em duas frentes fundamentais. A primeira delas teve início ainda em 2011, colocando foco na Copa 2014, seus desafios e a oportunidade que representa em termos de avanços na infraestrutura das cidades-sedes dos jogos no País. Assim, estão em debate os preparativos para esse grande evento esportivo e o que ele pode trazer de benefícios à população brasileira.

A segunda passa a ser tratada neste ano e fará a discussão fundamental sobre os entraves que ainda impedem o crescimento econômico. A FNE realizou em 16 de abril último uma primeira reunião com dirigentes, consultores e especialistas, tendo esse magnífico nó a desatar como tema. Se o País foi capaz de retomar a expansão econômica em 2007 e de atravessar o auge da crise financeira em 2008, o que freia o seu avanço rumo ao desenvolvimento pleno? A tarefa a que a federação ora se propõe é não só responder a essa pergunta, mas também sugerir



soluções para tais problemas. Isso será feito a partir de estudos setoriais, levados a debate com os engenheiros de todo o Brasil e depois apresentados ao País. O trabalho estará organizado em propostas a serem entregues aos candidatos a governadores e a presidente que disputarão as eleições em 2014.

Toda essa mobilização e trabalho da FNE ganham, a partir do engajamento à CNTU, também novo fôlego. A confederação propõe, no âmbito da campanha Brasil Inteligente, que o País enfrente desde já os seus desafios fundamentais para que, ao se chegar a 2022, o Bicentenário da Independência, esses tenham sido superados. Os engenheiros, que têm como bandeira histórica o desenvolvimento nacional, perfilam-se nessa frente formada pelos profissionais liberais. As pautas propostas, que dizem respeito à qualidade de vida, passando por atendimento amplo à saúde e alimentação saudável, mobilidade urbana e internet pública, são certamente essenciais. ●

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente da Federação
Nacional dos Engenheiros

A nossa mobilização rumo à meta de um Brasil inteligente

Da capacidade de pensar, agir e lutar da população, com ética e respeito ao ambiente, e com a participação dos nutricionistas, será construída a nação que se almeja

A CAMPANHA Brasil Inteligente da CNTU usa o mapa do País desenhado de uma forma diferente, na capa da primeira edição da revista **Brasil Inteligente**. Nesse mapa, ao invés dos estados que formam a nossa nação, temos as qualidades que compõem o povo brasileiro.

Somos um povo que luta (diariamente), que pesquisa (porque o mundo não para), que pensa (para planejarmos), que muda (toda vez que for necessário), que abre (portas e

janelas), que fala (para o mundo nos escutar), que desenvolve (o que for necessário), que move (para todas as direções), que educa (porque a educação nos faz crescer), que

toca (pessoas ou instrumentos), que vai (à luta, sempre que for necessário), que busca (o ideal), que conecta (com o mundo), que dialoga (com a direita e com a esquerda), que debate (em busca do entendimento), que inova (porque o progresso exige), que ousa (porque quem ousa, conquista), que liga (o botão da comunicação), que vibra (porque temos sangue em nossas veias), que age (para chegarmos na hora) e que ganha (porque ganhar faz parte da vida).



Com essa linda capa, percebemos que o Brasil é realmente inteligente. Que podemos tudo. E que não ficamos a dever nada a qualquer outra nação. Que a única coisa que ainda nos segura somos nós mesmos e, com a ajuda da CNTU, podemos crescer, deslanchar, tornar o nosso país o melhor do mundo. Mas, para isso acontecer, só com muito trabalho, muita luta e muita garra; com ética e respeito ao meio ambiente. Criando soluções que sejam adequadas à nossa realidade, sem seguir receitas prontas e importadas.

Nós, nutricionistas, temos orgulho de ser brasileiros, pertencer à CNTU e fazer parte da solução dos problemas do nosso país. ●

*Ernane Silveira Rosas
Presidente do Sindicato dos Nutricionistas
do Estado de São Paulo*



Desenvolver o Brasil passa pela garantia do direito à saúde

Num mundo em que a ordem econômica prevalecente é a da coisificação da sociedade, discutir o tema é tarefa de primeira ordem

OS DESAFIOS DE PROMOVER políticas de saúde para a população acompanham a sociedade desde os seus primórdios e permanecem uma tarefa inconclusa. Nesta trajetória, a ciência farmacêutica e os profissionais da categoria têm feito parte do processo de evolução das políticas de saúde no Brasil, desde o Império até os dias de hoje.

A nossa responsabilidade como profissionais de saúde tem crescido e também os nossos desafios.

Desde o surgimento das primeiras boticas e cursos de farmácia, os farmacêuticos têm contribuído para o avanço da ciência, da produção de medicamentos e para o desenvolvimento de políticas públicas. Em 1875, o farmacêutico Manoel Hilário Pires Ferrão já chamava a atenção para a distinção que deveria ser feita entre boticário e farmacêutico. O primeiro poderia ser qualquer um que resolvesse comercializar a retalho vários remédios sem ter direito para isso. E assinalava a importância da farmácia como estabelecimento que lidava com a saúde.

Era o embrião do conceito que passa parte importante da luta pelo avanço da compreensão do papel da farmácia e do farmacêutico hoje: a de que a farmácia é um estabelecimento de saúde, o farmacêutico, um profissional de saúde e o medicamento, um insumo de saúde, portanto, não um produto a ser vendido em estabelecimentos meramente comerciais.

Na sua origem, as boticas e primeiras farmácias ainda eram o *locus* da fabricação do medicamento, e a população recorria a esses estabelecimentos à procura também de orientação para o seu uso. Com o passar dos anos, a aceleração no processo de industrialização da sociedade e o desenvolvimento

da indústria farmacêutica, as farmácias passaram a vender medicamentos industrializados e foram se transformando aos poucos em estabelecimentos com características comerciais.

A fundação da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos) e o surgimento de outras organizações – conselhos profissionais, entidades acadêmicas etc. – se dá já no esteio do desafio de como construir uma política de assistência farmacêutica que seja integrante da política nacional de saúde de uma maneira mais ampla.

O processo que se iniciou na década de 1990 e continua até os dias de hoje para aprovar uma legislação que eleve a farmácia a estabelecimento de saúde é uma marca dessa luta. Também a luta pela redução da jornada para 30 horas e todas as que envolvem a busca da valorização do profissional farmacêutico.

Num mundo em que a ordem econômica prevalecente é a da coisificação da sociedade (pessoas, produtos e serviços são reduzidos a mercadorias), discutir o acesso à saúde (aqui englobando o acesso aos profissionais de saúde, aos tratamentos e aos medicamentos) como um direito é uma tarefa de primeira ordem e um desafio central dos setores que querem transformar o Brasil numa nação desenvolvida, soberana e mais democrática.

Esse, a nosso ver, é um dos objetivos que devemos colocar para o País

daqui a dez anos. Muito logramos avançar na última década, desde que passamos a contar com um governo comprometido com as políticas sociais a partir da ótica do direito. Mas há muito ainda a percorrer.

Desenvolver uma indústria nacional de medicamentos e insumos que nos liberte do império das multinacionais, promover garantias de acesso e interiorização das políticas de saúde, fortalecer o Sistema Único de Saúde, ampliando seu financiamento e aprimorando sua gestão, conquistar uma



valorização dos profissionais e, no caso particular da farmácia, avançar na incorporação das diretrizes definidas nas Conferências Nacionais de Assistência Farmacêutica são tarefas que precisam avançar.

Nessa caminhada, envolver os trabalhadores organizados, ampliar a participação e o protagonismo dos movimentos sociais nas lutas políticas para o avanço do País é indispensável. A Fenafar reitera o seu compromisso com essas tarefas. ●

*Ronald Ferreira dos Santos
Presidente da Federação
Nacional dos Farmacêuticos*

Do vexame ao sonho

Garantir o padrão de saúde previsto na Constituição à população passa por aumentar o investimento público, hoje inferior ao mínimo necessário de US\$ 1 mil per capita ao ano

EM AUDIÊNCIA DAS entidades do setor com a presidenta Dilma Rousseff, a Fenam (Federação Nacional dos Médicos) tratou de questões pontuais, como os hospitais do Rio de Janeiro, os médicos federais e a importação de mão de obra – fala-se em até 60 mil!

Apresentou suas bandeiras de luta, nas quais quase todos os outros subitens estão englobados: desprecarização do trabalho médico, carreira, piso salarial, condições de trabalho e direitos humanos na saúde. Todas as questões em busca de melhor atendimento para a população, abordando as variáveis da necessidade de recursos humanos, unidades reformadas, ampliadas e aparelhadas, e acessibilidade a atendimentos, consultas, exames e procedimentos.

Na conversa, a presidenta solicitou que fizéssemos uma avaliação de como antevíamos a saúde brasileira em 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil. O exercício de previsão do futuro não é meramente especulativo, necessariamente deve ser calcado na situação vexaminosa em que nos encontramos. Estamos incapazes de uma assistência pública digna com as condições existentes que compõem o quadro de subfinanciamento crônico, o qual destroçou a máquina da saúde.

Nesse contexto, salta aos olhos a obsessão do governo com a questão do número de médicos no País, que hoje é de 1,9 para mil habitantes e pretende ser elevado a 2,5 já em 2020. Nesse quadro, é colocada a questão de ampliar faculdades e vagas nos cursos de medicina, enviar bolsistas ao exterior e até importar profissionais. A argumentação das entidades de que o problema está relacionado à má distribuição pela falta de uma carreira e de um piso salarial não parece sensibilizar. Qual a saúde que teremos em 2022? Certa-

mente a que pudermos pagar! Há quase um consenso de que valores de financiamento da saúde inferiores a US\$ 1 mil *per capita* ao ano não conseguem sustentar o sistema. Atualmente, o setor recebe pouco mais de US\$ 800, enquanto em países da Europa ou da América do Norte essa cifra atinge de US\$ 3 mil a US\$ 7 mil. O Brasil ainda investe pouco, seja qual for o referencial, PIB (Produto Interno Bruto), orçamento da seguridade social, receita bruta ou líquida.

O sistema nacional, apesar de preconizar atendimento universal, público e gratuito, mesmo que complementado pela filantropia e pelo setor privado, vê ano a ano cair a participação do financiamento público. Ao longo dos últimos 20 anos, o valor desceu de 60% para pouco mais de 40%. O setor privado responde hoje por 56% da saúde brasileira. A equação conduz a essa realidade de oferecimento de serviços públicos de saúde de extrema precariedade. Então a conclusão óbvia leva à necessidade de garantir orçamento para darmos dignidade ao atendimento.

As entidades médicas e particularmente a Fenam estão prontas para discutir

pontos para a melhoria da assistência ao povo brasileiro. Na linha de frente, os quase 400 mil médicos brasileiros se desdobram em consultórios, ambulatórios, salas de exames e cirúrgicas, enfermarias e UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo) para garantir atendimento. Trabalham muito! Em condições precárias, via de regra explorados e mal remunerados. Mas cumprem sua missão de minorar a



dor, aliviar o sofrimento, cuidar, tratar as pessoas e, se possível, curá-las, ou evitar que adoçam. É uma missão nobre! A saúde que defendemos e sonhamos para o povo brasileiro é a prevista constitucionalmente, integral, gratuita, pública, mesmo com complementação privada para os que assim o desejarem, mas fundamentalmente garantida pelo Estado brasileiro, como um direito de cidadania, duramente conquistado. Para conseguirmos esse intento, há que se ter da parte do governo determinação e priorização do setor. A Fenam e os médicos brasileiros trabalham e lutam diariamente para que esses objetivos sejam alcançados. O horizonte de 2022, por enquanto, é só uma data, mas está logo ali. Será de nossos estudos e de nossas ações que nascerá o país e a saúde que vamos ter quando chegarmos lá. ●



*Geraldo Ferreira Filho
Presidente da Federação
Nacional dos Médicos*

Participação pela democracia e bem-estar

Ao propor a reabilitação bucal de 7 milhões de brasileiros, os odontologistas buscam dar sentido concreto à sua ação política

AS LUTAS PELA democracia no País, bem como aquelas pelos direitos sociais historicamente caminharam juntas. Muitos foram os protagonistas que estiveram na linha de frente desses movimentos, inclusive tendo vidas ceifadas. O coroamento de todos esses processos de lutas democratizantes se deu em 1988.

Após exaustivos debates, elaborou-se uma Carta Magna cujo arcabouço de dispositivos consolidou-a como a “Constituição Cidadã”.

Nas últimas três décadas, a odontologia brasileira evoluiu de modo substancial no aspecto técnico-científico, passando a contar com um complexo produtivo considerável para a economia nacional que, segundo alguns estudos, movimentamais de U\$S 2 bilhões por ano. O contingente de cirurgiões-dentistas no País – atualmente cerca de 250 mil profissionais – tem uma imensa responsabilidade com a saúde bucal do povo brasileiro.

Sem dúvida, as entidades odontológicas nacionais tiveram um papel importante para que fosse implantada a política nacional de saúde bucal intitulada Brasil Sorridente, no ano de 2003. Essa tem resgatado uma imensa dívida social, visto que ampliou o acesso negado pelo Estado brasileiro ao longo de décadas.

É importante ressaltar que o ideário de construção de uma política nacional em saúde bucal vinha sendo gestado há muito tempo, e se fortaleceu com o processo de reforma sanitária que desaguou em 1988 na Constituição promulgada com uma nova con-

cepção de sistema de saúde. Apesar desse avanço, somente após 15 anos de existência do SUS (Sistema Único de Saúde) é que se conseguiu efetivar na prática essa política. O Brasil Sorridente tem possibilitado não só o aumento do acesso aos serviços e às ações de saúde bucal, mas também a criação de postos de trabalho.

A FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas), baseando-se nos dados apresentados no último levantamento epidemiológico, identificou a urgência de uma intervenção mais eficaz por parte do Estado brasileiro a fim de atender à necessidade dos cerca de 7 milhões de cidadãos



e cidadãs com mais de 60 anos que não possuem dentes ou os possuem parcialmente. Mudar esse quadro significa devolver-lhes a autoestima e a dignidade perdidas ao longo de todos esses anos. Alguns procedimentos já vêm sendo oferecidos a essas pessoas por meio de ações do Brasil Sorridente, mas é preciso dotar esse esforço de agilidade e qualidade.

Por essa razão, e procurando contribuir efetivamente no processo de resgate da cidadania plena dessa par-

te da população, a FIO estabeleceu parceria com o Ministério da Saúde com o intuito de elaborar uma proposta de intervenção mais arrojada e dinâmica, visando superar tal situação no menor tempo possível. Esse trabalho está sendo desenvolvido com a participação de colaboradores, com o objetivo de qualificar todo o processo a ser executado, e as entidades odontológicas têm dado apoio a essa iniciativa.

Portanto, promover lutas políticas e sociais em prol do desenvolvimento de uma nação é papel fundamental de uma entidade representativa de um segmento social. Por conseguinte, exercer o poder delegado para uma representação, e a partir dele efetivar a participação em espaços sociais, tem que ser um meio, e não um fim. Principalmente quando se trata do caso especial de entidades representativas da classe trabalhadora.

Não há que se ter dúvidas em assegurar que representar a classe trabalhadora é uma função de extrema responsabilidade, uma vez que significa cuidar dos interesses da mola propulsora do desenvolvimento do País, que faz gerar riquezas e constrói o presente e o futuro de uma sociedade. Porém, o verdadeiro sentido de lutar e participar dos desígnios sociais de um povo só passa a ter significado, ou se consolida, quando as ações de quem está no exercício do poder ou em outros espaços de participação têm como norte a busca do direito à vida com qualidade, dignidade, justiça e respeito ao meio ambiente. ●

*Wellington Moreira Mello
Presidente da Federação
Interestadual dos Odontologistas*

CNTU Brasil 2022 - Um projeto para o Bicentenário da Independência

Programação do dia 24 de maio de 2013

Abertura

LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO **Brasil Inteligente** – nº 2 e do *kit* das campanhas do Brasil Inteligente: Por uma alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxicos, Com mobilidade urbana todos ganham, C,T&I na Amazônia, Sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários, Implantação da internet pública, Qualidade na saúde pública, Reabilitação bucal para inclusão social, Uso racional de medicamentos.

Palestras



“A Independência já conquistada e a nação por construir”

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)



“As profissões e as perspectivas do trabalho”

Marcio Pochmann, professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e presidente da Fundação Perseu Abramo

Com essas duas palestras, pretendemos introduzir o debate sobre o projeto CNTU Brasil 2022. Não por acaso os conferencistas têm fortes experiências com o trabalho e emprego e são capazes de fazer o recorte desses temas sem perder o “todo”, ou seja, a referência de contextos históricos, territoriais, políticos e sociais. A expectativa é que os conferencistas e o debate contribuam para entender os desafios e oportunidades para o trabalho em geral e, particularmente, dos profissionais com formação superior, um contingente estimado em 12 milhões de brasileiros que só tende a crescer, apesar de manter-se pequena a proporção de brasileiros que portam um diploma superior. Quais as transformações impactantes que ocorrerão no exercício profissional nos próximos dez anos é uma das perguntas a responder. Qual a importância da inserção do trabalho dos profissionais universitários nas dinâmicas de produção atual e por virem? Quais as transformações culturais e educacionais que estão se operando no mundo do trabalho? Essas e outras questões devem ser debatidas.

Conselho Consultivo

Mil cabeças para mudar o País



Há um ano e meio, a CNTU vem implementando o Conselho Consultivo como meio de incrementar suas relações construtivas com a sociedade. Na 4ª. Jornada do Brasil Inteligente, acontece a segunda plenária desse colegiado. Estão sendo nela empossada uma nova equipe de lideranças, rumo aos 1.000 que é a nossa meta de construção dessa rede de parceiros, amigos, colaboradores, constituindo-se uma rica inteligência coletiva para pensar e transformar o Brasil. Na 4ª. Jornada do Brasil Inteligente será iniciado um debate aberto à participação de todos os conselheiros consultivos para formatação e implementação do projeto CNTU Brasil 2022.

Posse dos novos membros do Conselho Consultivo da CNTU

2ª Plenária do Conselho Consultivo

“Gandhi, um líder servidor”

Monólogo teatral com João Signorelli

“As palavras, ideias e valores de Gandhi são fortes e hoje em dia está ressoando nas pessoas a busca de princípios e ética. Mesmo no mundo corporativo, há

necessidade de um novo paradigma. Gandhi entra com a simplicidade e verdade. Por isso atinge as pessoas de forma impactante.” João Signorelli





Agenda da

AS OITO CAMPANHAS do Brasil Inteligente propõem avanços específicos que, conjuntamente, significam saltos fundamentais para a inclusão social. Na pauta, mobilidade urbana, internet pública, qualidade da saúde, reabilitação bucal, alimentação saudável, uso racional de medicamentos, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia e educação continuada para os profissionais universitários.

TRANSFORMAÇÃO

Oito campanhas para mudar o País

Os desafios a serem superados para que o Brasil alcance um patamar elevado de justiça social, qualidade de vida e desenvolvimento

EDUCAÇÃO CONTINUADA, mobilidade urbana, internet pública, qualidade na saúde pública, medicamentos, atendimento odontológico, Amazônia e alimentação saudável entram na pauta dos profissionais liberais.

A CNTU e as categorias ligadas a ela elegeram áreas consideradas essenciais nas quais seria feito diagnóstico da situação atual e propostas as ações necessárias aos profissionais liberais universitários e à sociedade em geral. Assim, foram apontados oito desafios que, superados, podem colocar o País em patamar elevado de justiça social,

qualidade de vida e desenvolvimento. São eles: instituir um sistema nacional de educação continuada, internet pública, mobilidade urbana, uso racional de medicamentos, qualidade na saúde pública, alimentação saudável e o fim do uso abusivo de agrotóxicos, reabilitação bucal para inclusão social e preservação da Amazônia com avanço

científico e tecnológico na região. Essa última foi sugerida pelo professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP (Universidade de São Paulo) Wagner Ribeiro e abraçada pela confederação.

O lançamento da iniciativa aconteceu durante a 3ª Jornada da Campanha Brasil Inteligente, em 5 de dezembro de 2012, em São Paulo, quando foram apresentadas as ideias básicas a serem aprimoradas ao longo de 2013. Confira nas páginas a seguir cada uma das campanhas.



Internet pública

Na apresentação da campanha pela implantação da internet pública no País, proposta pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), o professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador do Citi (Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas) dessa instituição, Marcelo Zuffo, apontou: “Infelizmente, a internet está apenas nos grandes centros, não no Brasil todo. Somos o 164º no *ranking* mundial de velocidade, que é 20 vezes menor que o da Coreia do Sul.”

O lançamento da iniciativa aconteceu durante a 3ª Jornada da campanha Brasil Inteligente, realizada em 5 de dezembro de 2012



Educação continuada

A campanha “Sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários”, iniciada pela CNTU em 2012, visa a conquista de 12 dias por ano no mínimo para requalificação de 12 milhões de trabalhadores por ano – universo contemplado pela confederação. Foi apresentada pelo seu diretor de Articulação Nacional, Allen Habert, que destacou a necessidade de transformar o tema em “causa nacional”.

Integram a agenda definida pela CNTU um sistema nacional de educação continuada e o desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia



Uso racional de medicamentos

Proposta pela Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos), a campanha “Uso racional de medicamentos” tem como ponto de partida garantir o conceito consagrado pela Constituição de 1988 da saúde como um direito de todos os brasileiros, conforme apontado pelo presidente da entidade, Ronald Ferreira dos Santos.



Qualidade na saúde pública

José Erivalder Guimarães de Oliveira, da Fenam (Federação Nacional dos Médicos), iniciou sua apresentação sobre a campanha “Qualidade na saúde pública” resgatando o preceito constitucional do SUS (Sistema Único de Saúde), cujos princípios básicos são universalidade, equidade, bem como integralidade no atendimento.

Também em debate, uso racional de medicamentos, combate à utilização abusiva de agrotóxicos, qualidade na saúde pública, reabilitação bucal, internet pública e mobilidade urbana



Mobilidade urbana

Sugerida pelo Sindecon-SP (Sindicato dos Economistas de São Paulo), a campanha pela mobilidade urbana tem como objetivo geral contribuir para situar o tema no centro do debate sobre desenvolvimento brasileiro e prioridades das políticas públicas. “Tudo se volta para a circulação do carro, e aí a cidade se torna inviável”, observou o economista Cláudio da Costa Manso na apresentação da campanha.



Alimentação saudável, sem uso abusivo de agrotóxicos

Advertindo que desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o presidente do Sinesp (Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo), Ernane Silveira Rosas, falou sobre a campanha contra seu uso abusivo e por uma alimentação saudável. Segundo ele, em 2010, 1 bilhão de litros de agrotóxicos foram lançados sobre as plantações, o que equivale a cerca de 5,2 litros do produto por habitante/ano.



Reabilitação bucal

O vice-presidente da FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas), Luciano Eloi Santos, criticou o que chamou de “herança sanitária”, que mutilou várias gerações de brasileiros, principalmente os mais pobres, que tiveram seus dentes extraídos para a colocação de próteses.

Instituir um sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários

Ideia é assegurar a esses trabalhadores direito a 12 dias por ano para aprimorarem sua formação, sem prejuízo da remuneração

TAL BANDEIRA vem sendo levantada pela CNTU, em conjunto com as entidades a ela filiadas, desde 2012, mediante proposição de projeto de lei que concretize o direito à educação continuada a todos os profissionais universitários brasileiros. Como garante o artigo 218 da Constituição Federal de 1988, “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”. Em seu parágrafo terceiro, determina: “O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.” Além disso, tal direito está assegurado com a promulgação pelo País das convenções 140 e 142 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), através dos Decretos 298/94 e 98.656/89, e outros antecedentes institucionais.

Além disso, a Lei paulista nº 8.029/92, que institui o programa de desenvolvimento e reciclagem para profissionais da área tecnológica dos quadros da administração do Estado garante-lhes o mínimo de seis dias úteis por ano para atualização, sem prejuízo de suas remunerações. E ainda, a cláusula 14 do Acordo Judicial de 2012 firmado entre o Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) assegura aos engenheiros licença no trabalho de 12

dias por ano, além dos sábados nas empresas que mantêm expedientes nesse dia da semana, sem prejuízo dos seus salários, para participação em cursos, seminários e congressos técnicos de interesse da categoria.

A campanha “Sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários” visa informar, debater, sensibilizar e mobilizar a opinião pública em prol dessa proposta. Insere-se em luta mais ampla: o direito de todos os brasileiros à educação, como estipula a Carta Magna, em seu artigo 205.

Missão é formar o homem, o profissional, o cidadão, integrando pesquisa e capacitação permanente

A formação continuada desempenha papel importante para os cidadãos, a sociedade e a economia, sobretudo face à dinâmica atual no processo produtivo e a demanda por melhoria nos serviços públicos. Tal realidade exige inversões permanentes em cérebros. Significa investir na inovação, motor do desenvolvimento sustentável de um país.

Cenário atual

Hoje, há mais de 12 milhões de profissionais liberais universitários no Brasil, o que redundará em mais de 10% da população economicamente ativa. Esses profissionais encontram dificuldades para atualizarem seus conhecimentos ou para adquirir novas competências, seja por falta de tempo ou recursos financeiros. Os sistemas públicos e privados de pós-graduação *latu sensu* brasileiros não conseguem atender a todos. Os programas *stricto sensu* costumam ser caros e inacessíveis à maioria. O setor produtivo quase sempre relega a educação de seus quadros aos esforços individuais, apesar de iniciativas empresariais notáveis nesse sentido.

A solução é criar um sistema público que assegure tempo e investimentos compartilhados mediante instituição de um fundo de financiamento do programa, com recursos públicos e privados. A busca da consolidação e avanço do desenvolvimento sustentável e inclusivo, que assegure competitividade diante dos desafios inovacionais, é o caminho rumo à maior qualidade de vida para todos.

Metas da campanha

Até 2014

– Ter Projeto de lei de educação continuada dos profissionais universitários, em acordo com a proposta da CNTU, apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Até 2018

– Ter regulamentada a Lei Federal de educação continuada dos profissionais universitários.

Até 2022

– Ter implantado completamente o Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários.

A ser concluída em 2022, ação deve ser implementada em etapas. Até 2014, objetivo é que projeto de lei seja apresentado ao Congresso Nacional

Projeto de lei

Cria o Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários

Com base no artigo 218 da Constituição Brasileira e da aprovação pelo Congresso Nacional das convenções 140 e 142 da OIT, é instituído o Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários – SNECPU.

Artigo 1º. O Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários – SNECPU é criado com a missão de contribuir com os esforços do País no avanço do projeto de desenvolvimento sustentável e inclusivo que assegure competitividade com qualidade de vida para todos.

Artigo 2º. Fica instituído o direito a um mínimo de 12 (doze) dias úteis por ano a serem utilizados em atividades de requalificação profissional no quadro da filosofia da educação continuada.

Artigo 3º. O sistema a que se refere o artigo primeiro terá por objetivo a formação continuada dos profissionais, de modo sistemático

Recomendações aos governos e sociedade

- Criar sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários, definindo tempo e recursos partilhados entre as partes (Estado, empresas e profissionais);
- regulamentar as Convenções 140 e 142 da OIT, promulgadas pelo Brasil;
- ter políticas nacionais, regionais e setoriais de educação continuada em acordo com os planos de desenvolvimento econômico e social, com as prioridades do desenvolvimento industrial e com as políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional;

- defender o direito dos brasileiros à educação permanente, nos diversos estágios de formação;
- defender o direito de educação continuada dos profissionais universitários como meio de valorizar a pessoa, o trabalho, o conhecimento e a economia nacional;
- estudar e debater a demanda e a oferta de educação continuada no País, no sentido de subsidiar a formação do sistema voltado aos profissionais universitários;
- conhecer e avaliar experiências internacionais de sistemas de educação continuada dos profissionais universitários.



e permanente, assegurando o desenvolvimento pleno das personalidades e competências com vistas a melhorar o desempenho profissional e cidadão de suas atividades.

Artigo 4º. O SNECPU será desenvolvido em ação conjunta entre o poder público, setor produtivo e entidades representativas, em interação com universidades e instituições de educação e pesquisa nacionais e internacionais, apoiado por um fundo para investimento na educação continuada dos profissionais universitários com participação tripartite do poder público, empresas e profissionais.

Artigo 5º. O Poder Executivo expedirá instruções para concretizar as providências administrativas e operacionais necessárias à efetivação das medidas de que trata esta lei.

Artigo 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias.

Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Entre as metas, a duplicação do número de doutores formados na região, criação ao menos de duas universidades e dois institutos de pesquisa e desenvolvimento de alto padrão focados na produção de conhecimentos e produtos da biodiversidade

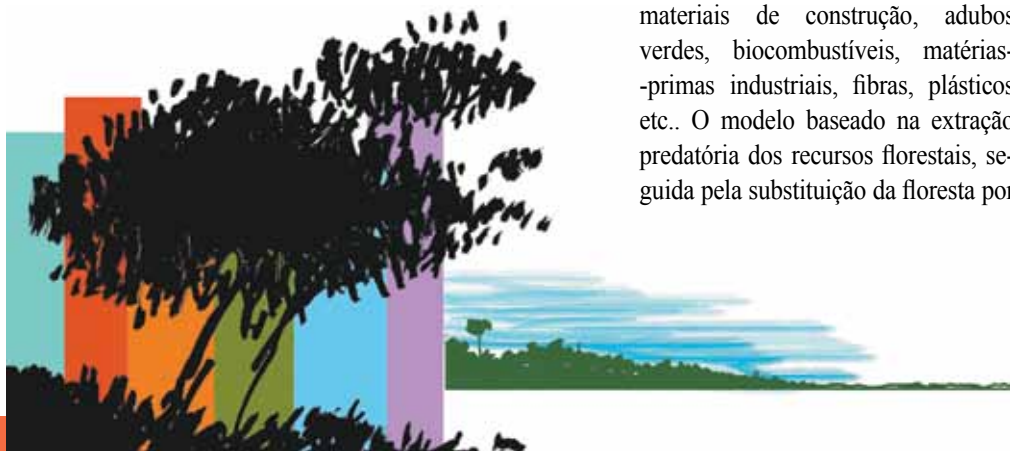
SOB A ÓTICA DE AGREGAR tais conhecimentos aos saberes tradicionais da região, a CNTU desenvolve a partir deste ano a campanha “Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia”. O objetivo é colaborar para uma nova economia local, de alta capacidade criativa, utilizando-se da sociobiodiversidade, com ênfase em novos materiais e recursos energéticos. Essa deverá ser capaz de gerar progressivamente empreendimentos, trabalho de qualidade e produtos com alto valor agregado, voltados aos mercados interno e externo.

Sem considerar a região, não há projeto de desenvolvimento brasileiro. Instituída em 1953, a Amazônia Legal corresponde a 61% do território nacional, compreendendo 5,2 milhões de km², com 23 milhões de habitantes, abrangendo os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e oeste do Maranhão. O bioma amazônico em si alcança 4,1 milhões de km² e abrange uma população de 13 milhões de

pessoas. A região tem a maior bacia de água doce e a maior biodiversidade do planeta, contando com áreas de florestas tropicais equivalentes a 1/3 do total do globo, mais de 200 espécies distintas de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e mais de 300 mamíferos diferentes. A floresta é a maior fonte natural no mundo para produtos farmacêuticos e bioquímicos, e certamente para muitos outros, como alimentos para o homem, forragem para os animais, materiais de construção, adubos verdes, biocombustíveis, matérias-primas industriais, fibras, plásticos etc.. O modelo baseado na extração predatória dos recursos florestais, seguida pela substituição da floresta por

extensas áreas de pastagem ou agricultura, mostrou-se inapropriado para a região. A ocupação da Amazônia se fez em surtos devastadores ligados à valorização momentânea de produtos nos mercados nacional e internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. Os custos ambientais desse processo, com seus quase 600 mil km² de ecossistemas naturais modificados, superam em muito os limitados benefícios sociais gerados por tais atividades. A perda de biodiversidade é a principal consequência do desflorestamento em grande escala na Amazônia, ameaçando milhares de espécies da sua fauna e flora.

Um novo modelo econômico passa por maior atenção do governo federal à região, refletida na aplicação de recursos e em novas formulações que, progressivamente, rompam com o conservadorismo em relação à Amazônia. Além da União, outros entes federativos também têm contribuição a dar. Quase todos os estados locais contam com fundações de amparo à pesquisa. Precisa haver crescente comprometimento de seus governos com as atividades de ciência, tecnologia e inovação. Tais iniciativas devem ser reforçadas e animadas, e os recursos e projetos não devem se ater à pesquisa e desenvolvimento em atividades tradicionais. É mister uma ampliação da consciência e ação corajosa dos poderes públicos e sociedades em prol do desenvolvimento dessa nova economia amazônica ca-



paz de introduzir paradigmas diferenciados de produção para o mundo.

A mudança não é simples, mas é fundamental refletir, por exemplo, sobre a transformação progressiva da Zona Franca de Manaus, conjugando projetos de desenvolvimento de eletroeletrônicos com mais valor agregado, em que recursos e conhecimentos locais sejam os principais insumos. Esse é o futuro da Amazônia a ser construído desde já.

Mais doutores

De acordo com dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), os nove estados que compõem a região possuem 140 cursos de mestrado acadêmico, 39 de doutorado e seis de mestrado profissionalizante. Significa que 61% do território brasileiro, que contam com 10% da população e respondem por 8% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional,

reúnem menos de 5% dos cursos de pós-graduação existentes no País. Do total, 50% dos de doutorado concentram-se na UFPA (Universidade Federal do Pará). Apesar de insuficientes e aquém das metas traçadas pelas políticas públicas, vale ressaltar que esses números expressam significativas melhorias realizadas nos últimos anos.

É urgente, todavia, dobrar o número de doutores na Amazônia na próxima década. Em 2007, encontravam-se 2.800, e as estimativas apontam para algo em torno de 3.200 atualmente. É preciso atrair e fixar especialistas na região, mas sobretudo garantir tal formação a quem vive e está comprometido com ela. Como as instituições locais não possuem condições de implementar as vagas necessárias para atingir essa meta, um dos instrumentos importantes é a cooperação com as melhores universidades brasileiras, sendo fundamental o aumento de bolsas de pós-graduação em geral e, em particular, para programas de doutorado interinstitucionais, como o mantido pela Capes. Quanto à criação de universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, tarefa que exige mobilizar esforços dos governos federal e estaduais, o foco em novos materiais e energia é estratégico. Ambas as áreas são de grande potencial para atender as necessidades da civilização da biomassa. A Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia pensada, por sua vez, deve ser conectada por eficientes infraestruturas de informação e comunicação. Há projetos do gênero na região em diversas fases de maturidade e grau de funcionamento. Todos devem receber aportes e reforços para sua consolidação e se conectar entre si, ser abertos à interação com a comunidade e os setores produtivos da nova economia amazônica. Há, além disso, muito o que fazer para formar profissionais nos ensinos superior e técnico, criar forte cultura empreendedora e implantar novos negócios, bem como valorizar a cultura local, em várias áreas.

Objetivos e metas da campanha

Geral

– Nos próximos dez anos, construir as bases para implantar nova economia amazônica, intensiva em conhecimento científico e saberes populares com ênfase em recursos florestais e da biodiversidade (pesquisa e desenvolvimento de novos materiais); recursos energéticos (energia solar, agroenergia e energia de terceira geração).

Parciais

– Dobrar o número de doutores na região, na próxima década;

– nos próximos dez anos, criação ao menos de duas universidades e dois institutos de pesquisa e desenvolvimento de padrão internacional, focados em recursos florestais e biodiversidade (novos materiais) e recursos energéticos;

– criar a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia, conectada por eficiente infraestrutura de internet, reunindo as redes já existentes e outras a serem instituídas, conectando universidades, institutos de pesquisa e empresas.

Recomendações aos governos e sociedade

- Criar e acreditar em novo paradigma para a economia amazônica, assentada no desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional aplicado à sociobiodiversidade;
- ter políticas continuadas, articuladas, atualizadas e concertadas entre os diferentes ministérios, governos estaduais, universidades, empresas e sociedade civil;
- ampliar e fortalecer o sistema de C,T&I da Amazônia para o desenvolvimento de tecnologias e inovações voltadas à melhoria das condições socioambientais e econômicas da região;
- criar ao menos duas universidades de padrão internacional e dois institutos de pesquisa focados em recursos da floresta e biodiversidade e recursos energéticos;
- criar novas universidades na Amazônia tendo em conta o desenvolvimento equivalente das diversas partes do território;
- expandir a pós-graduação na Amazônia como um dos eixos centrais da política de ciência, tecnologia e inovação da região;
- dobrar em curto prazo o número de bolsas de pós-graduação na região;
- fortalecer os programas de doutorado, como o mantido pela Capes, mobilizando as melhores universidades do País nesse esforço de dobrar o número de doutores na Amazônia;
- dedicar para a comunicação acadêmica e tecnológica um canal no satélite de telecomunicações para a Amazônia;
- interligar à internet em rede de alta velocidade as instituições de educação, ciência, tecnologia e inovação da Amazônia.

É mister uma ampliação da consciência e ação corajosa dos poderes públicos e sociedade em prol do desenvolvimento dessa nova economia amazônica

Internet pública de qualidade para todos

No Brasil, expansão de banda larga está atrasada. Serviços são caros e velocidade é baixa

COM O OBJETIVO DE contribuir para garantir o acesso, a expansão e o domínio em todo o território nacional, bem como a participação da inteligência, da engenharia e do trabalho brasileiro no desenvolvimento e inovação das redes nacionais conectadas às existentes mundialmente, a CNTU realiza a campanha “Pela implantação da internet pública”. Significa construir, com recursos públicos ou privados, infraestrutura de telecomunicações para atender o interesse público.

A operação ou exploração do serviço pode até estar a cargo de empresas particulares, mas sob gestão e fiscalização do Estado brasileiro.

A infraestrutura de telecomunicações suporta todos os setores da economia, sendo fundamental para o desenvolvimento de novos bens e serviços. As transformações por que passam alguns países, a partir da adequada regulação dessas redes e de seus serviços, combinadas com a convergência decorrente da inovação tecnológica, permitem também solucionar preocupações sociais em áreas como saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras.

No Brasil, em que há 15 anos houve a privatização das telecomunicações, os preços desses serviços continuam muito elevados. Segundo a UIT (União Internacional de Telecomunicações), relativamente, chegam a ser cinco a dez vezes superiores aos de economias avançadas, estando entre os mais altos do mundo. Esses custos constituem grande obstáculo à universalização do acesso à internet banda larga e aos consequentes benefícios das inovações tecnológicas a toda a sociedade.

Atualmente, os grandes desafios das políticas públicas de comunicação no País são universalizar a banda larga e realizar a inclusão digital, de modo que todos os brasileiros estejam conectados à rede mundial de computadores em condições adequadas com o atual paradigma tecnológico. A disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações é fator-chave para tanto. Outro aspecto decisivo é transformar a expansão da internet em meio de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Banda larga e inclusão digital

No Brasil, a expansão da banda larga está atrasada, inclusive em relação aos seus vizinhos latino-americanos. Além do alto custo, as velocidades são bastante inferiores às de países desenvolvidos e a concentração da oferta do serviço em grandes centros urbanos reproduz a má distribuição de renda e infraestrutura nacional. Se não houver mudanças nesse panorama, o Brasil tende a permanecer cada vez mais distante dessas nações nos indicadores relacionados ao desenvolvimento das TICs (tecnologias de informação e comunicação), face aos

grandes investimentos para o setor anunciados por tais países.

Entre as principais razões, destacam-se a falta de inversões públicas e a ausência de políticas para a coordenação do setor, desde a privatização. Diante da lacuna deixada pelo Estado, o setor privado organizou-se de forma a atender seletivamente os clientes, privilegiando em geral famílias de alta renda residentes em grandes centros urbanos. Além disso, buscou explorar a complementaridade entre telefonia fixa e acesso à internet banda larga, de modo a reduzir a erosão das receitas dos serviços de voz tradicionais, decorrente do processo de substituição iniciado pela telefonia móvel e acelerado pela oferta de serviços de comunicação de voz sobre internet. A competição, portanto, ficou limitada a poucas cidades brasileiras e à oferta de pacotes combinados de dois ou três serviços, o que não atende a demanda da maioria da população. Mesmo nas cidades grandes e nos segmentos sociais contemplados, há problemas graves, pois as prestadoras de serviços expandem lentamente suas redes de alta velocidade, privilegiando a expatriação dos lucros obtidos no Brasil e relegando para segundo plano os investimentos necessários à inclusão digital. Promovê-la significa ao menos assegurar disponibilidade de acesso, conteúdo adequado e capacitação dos usuários. O PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) promete diminuir a exclusão, especialmente no quesito acesso, oferecendo banda larga por valor mensal que varia entre R\$ 29,00, nos

estados que aprovarem a isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), e R\$ 35,00, nos demais. Não se pode, no entanto, desconsiderar o enorme desafio técnico, econômico e político que é viabilizar a oferta com nível satisfatório de qualidade a esse preço. Ademais, as soluções dadas para levar a internet até a zona rural e aos pequenos municípios distantes dos grandes centros são insatisfatórias. E há enorme

Metas principais

Até 2014

- *Implantar a infraestrutura necessária para a realização dos grandes eventos esportivos em 2014 e 2016;*
- *conectar todas as escolas e demais serviços públicos nas cidades-sede da Copa.*

Até 2018

- *Ter todas as escolas dos Países conectadas à rede de computadores, com banda larga, excelente infraestrutura, bem como capacitação de professores e tutores;*
- *ter todos os serviços públicos conectados à rede de alta velocidade.*

Até 2022

- *Universalizar a banda larga no País;*
- *ter ao menos 100 empresas brasileiras de alta capacidade inovacional e produtiva em microeletrônica e produção de componentes;*
- *ter o Brasil entre os maiores produtores mundiais de conteúdos e cultura digital.*

fração da sociedade brasileira sem condições de renda e cultura de interação com tecnologias, portanto, excluída do PNBL.

O papel do Estado

Apesar da adesão e do entusiasmo da sociedade brasileira com a internet, o País possui uma das piores infraestruturas existentes. Exceção é a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), pública, bastante avançada e em permanente expansão. Financiada pelos ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, é a maior do Brasil, conectando as principais universidades e institutos de pesquisa. A despeito de garantir alta velocidade em vários pontos, o mapa do seu *backbone* demonstra a dificuldade de interiorização. Universidades e institutos situados no Centro-Oeste e Norte, bem como em grande parte do interior e em todas as regiões de fronteira encontram-se em situação bastante desfavorável.

Investimentos pesados devem ser feitos em infraestrutura e expansão da banda larga, ao que o papel do Estado é fundamental. Devemos também ter efetiva legislação que defenda o consumidor do serviço. Fundamental ainda é reverter a política estreita de internet, que combina altos lucros com elevados tributos, bem como buscar implementar medidas que restrinjam a remessa de lucros no setor. Devemos perseguir, ao mesmo tempo, a valorização do produto nacional. Com a privatização, a indústria brasileira de fabricantes de equipamentos de telecomunicações foi extinta.

Não obstante, os pesquisadores nacionais têm estabelecido parcerias com instituições

localizadas em centros importantes. Ainda assim, salto significativo seria necessário. Apesar disso, cabe destacar, além dessa interlocução, outros fatos positivos: a crescente produtividade da base científica já instalada no País e sua distribuição por diferentes regiões, inclusive aquelas menos tradicionais em pesquisa e desenvolvimento. Com parcerias estratégicas e investimentos bem canalizados, o Brasil poderá, em cerca de duas ou três décadas, transformar o quadro atual.

Recomendações aos governos e sociedade

- *Colocar a implantação da internet pública como uma das prioridades do desenvolvimento brasileiro;*
- *garantir investimento de parte dos lucros das operadoras na expansão da rede e melhoria dos serviços;*
- *fortalecer as políticas de inclusão e de cidades digitais;*
- *reduzir as altas alíquotas tributárias sobre os serviços de internet;*
- *ter forte política tecnológica e industrial para o setor de componentes eletrônicos, diminuindo a importação e incentivando a exportação;*
- *investir maciçamente na formação de conhecimento e de recursos humanos na área de telecomunicações;*
- *ter políticas públicas vigorosas que ampliem os incentivos às indústrias criativas e de produção de conteúdos digitais.*



Pelo uso racional de medicamentos

Entre as principais causas de morte previsíveis relacionadas aos fármacos, estão prescrição inadequada, super ou subdosagem, reações adversas e acidentes individuais

A CAMPANHA pelo “Uso racional de medicamentos” visa a promoção da educação e conscientização junto à população brasileira sobre o consumo de medicamentos. Além disso, o objetivo é contribuir para a implantação de política pública de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Medicamentos, em consonância com a Constituição Federal, que garante a saúde como direito social, evidenciando os medicamentos como componentes essenciais e estratégicos dessa política.

A meta é fazer com que a campanha ganhe amplitude para que o uso racional de medicamentos seja uma luta compartilhada por todas as categorias profissionais representadas pela confederação. A iniciativa soma-se às estratégias da OMS (Organização Mundial da Saúde) nesse âmbito e é premente. Segundo divulgado pelo Ministério da Saúde, pesquisa do Sinitox (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas), ligado à Fundação Oswaldo Cruz, apontou que foram 26.756 casos registrados de intoxicação por medicamentos, no ano de 2009. Entre as principais causas de morte previsíveis relacionadas ao seu uso encontram-se prescrição inadequada, super ou subdosagem, reações adversas e acidentes individuais, dentre outros.

A automedicação – a que fatores econômicos, culturais e políticos têm contribuído ao crescimento não só em território nacional, mas no mundo – é um dos desafios a serem enfrentados. No Brasil, pelo menos 35% dos medicamentos são adquiridos dessa forma. Também merece atenção especial a automedicação ou prescrição inadequada no caso de crianças, inclusive pela ausência de pesquisas sobre dosagem ideal e potencial de reações adversas. Conforme publicado pelo Instituto

Objetivos da campanha

Geral

– Contribuir com a difusão do URM (Uso Racional de Medicamentos) junto às lideranças sindicais da CNTU, aos profissionais universitários que compõem a base da entidade, às organizações da sociedade civil, à população em geral e aos governantes.

Específicos

- Contribuir para que a sociedade compreenda que medicamentos não são produtos quaisquer, exigem cuidados especiais;
- apoiar as políticas públicas pelo uso racional de medicamentos e afirmar a importância de levar adiante e aprofundar sua aplicação;
- afirmar o papel da farmácia como estabelecimento de saúde, e não supermercado;
- afirmar o papel decisivo do profissional farmacêutico para o uso racional dos medicamentos;
- contribuir para fortalecer as práticas preventivas de saúde e hábitos de vida saudáveis.

Salus, em seu *site*, a OMS indica que somente no ano de 2008 aproximadamente 8,8 milhões de menores de cinco anos de idade morreram em decorrência de doenças que poderiam ser evitadas com “o uso de medicamentos essenciais seguros formulados adequadamente” a esse público. Ainda de acordo com o texto, essas “incluem diarreia e pneumonia, além de infecções bacterianas graves em recém-nascidos”. Casos de intoxicação por utilização de fármacos por crianças também são comuns. Os dados do Sinitox revelam que 27% do total ocorreram na faixa etária entre um e quatro anos, em 2009. Isso pressupõe que as crianças sofrem intoxicação acidental, muito provavelmente pela facilidade de acesso aos medicamentos em casa. Pesquisas constataam que no Brasil a grande maioria das residências possui estoques de medicamentos, grande parte adquirida sem prescrição, muitas vezes consumidos com validade vencida, além de uma série de maus hábitos (como, por exemplo, troca entre um medicamento e outro, estocagem incorreta etc.). A educação em saúde da população é instrumento para a promoção do uso racional dos medicamentos, contribuindo para a diminuição dos números de intoxicação e internações hospitalares, fortalecendo as práticas de prevenção e promoção da saúde. A saúde e o acesso aos medicamentos pelos brasileiros padecem de fortes injustiças, cuja reversão é fator decisivo para a inclusão social, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento socioeconômico nacional. A ciência em diversas disciplinas vem inovando o conceito saúde-doença, exigindo novas abordagens na atenção à saúde, para além dos paradigmas biomédicos.

No escopo da campanha, portanto, está elencada, além desses pontos, a importância dos medicamentos no sistema de saúde, como insumo estratégico. Não é a possibilidade de acesso aos medicamentos e à assistência médica que implicará, necessariamente, melhores condições de saúde ou qualidade de vida. As pressões sociais a que estão submetidos a estrutura do sistema de saúde, bem como o *marketing* da indústria farmacêutica, são apontadas como fatores mais comuns dos quais decorre o uso incorreto dos medicamentos. A atenção à saúde vem sendo crescentemente guiada pelos interesses econômicos de corporações, exigindo da sociedade a retomada do entendimento do interesse público da saúde.

Saúde não é mercadoria

A campanha fundamenta-se na garantia da saúde como direito de todos os cidadãos, e não como produto.



Com essa visão, a iniciativa leva em conta que farmácia é estabelecimento de saúde, ou seja, prestadora de serviços técnico-gerenciais (programação, processo de solicitação e armazenamento de medicamentos e atividades relacionadas com seu descarte) e técnico-assistenciais (dispensa, orientação farmacêutica, seguimento farmacoterapêutico, ações de educação em saúde e suporte técnico para a equipe dessa área). O farmacêutico, desse modo, é profissional de saúde e integra uma equipe multidisciplinar. A campanha deve ainda questionar a propaganda midiática de um conceito de saúde anacrônico, como contrário da doença, abrindo-se para outros mais atuais, como o da OMS. Segundo essa organização, saúde abrange aspectos físicos, mentais e sociais. Relaciona-se primariamente com um estado de bem-estar.

Recomendações aos governos e sociedade

Abraçamos as recomendações do IV Congresso sobre Uso Racional de Medicamentos, realizado em setembro de 2012, notadamente:

- *Que a promoção do uso racional de medicamentos continue como parte integrante e estratégica das políticas públicas nacionais, enquanto política de Estado, observada a sua característica multiprofissional e intersetorial;*
- *que o acesso aos medicamentos, como parte da garantia do direito de cidadania, incorpore, nos seus diferentes níveis e condicionantes, a promoção do uso racional como prática permanente e multiprofissional no contexto da atenção à saúde, tanto no setor público quanto no privado;*
- *priorizar a política do uso racional de medicamentos nas ações desenvolvidas na APS (Atenção Primária à Saúde), entendendo-a como porta de entrada do sistema de saúde e a Estratégia de Saúde da Família como o eixo estruturante desse sistema, considerando a estratégia renovada de APS da Opas/OMS (Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde), que coloca o paciente no centro;*
- *ampliação do debate sobre o uso racional de medicamentos junto às instâncias de controle social em saúde e outros espaços de interlocução com a sociedade;*
- *promoção do uso racional de medicamentos como tema transversal na formação dos profissionais na área da saúde, utilizando estratégias mais efetivas;*
- *incentivo às pesquisas de saúde que abordem o tema com propostas interdisciplinares, envolvendo profissionais de saúde, educadores e estudantes da graduação e pós-graduação, aliadas a práticas cotidianas de ensino;*
- *necessidade de geração e difusão de informações isentas, confiáveis, atualizadas e corretas sobre medicamentos para os profissionais e gestores da saúde e para a população, bem como a adoção de dispositivos legais restritivos, incluindo a possibilidade de proibição da propaganda de medicamentos indutora do consumo irracional, na perspectiva de impactos positivos para a promoção do uso racional de medicamentos;*
- *buscar mecanismos legais e éticos que impeçam a influência da propaganda de medicamentos nos cenários e estratégias de aprendizagem profissional;*
- *que hospitais, principalmente públicos e que recebem incentivos governamentais, impeçam a propaganda da indústria farmacêutica aos estudantes e ao corpo clínico, bem como a doação de medicamentos, muitas vezes em quantidade insuficiente, para cursos de terapia no hospital;*
- *apoio às políticas direcionadas à internalização, no Brasil, da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação em saúde, bem como da produção de medicamentos considerados estratégicos para o País, com fortalecimento da produção pública e dos laboratórios nacionais, do uso do poder de compra do Estado, das parcerias para o desenvolvimento produtivo, a exemplo da com o Laboratório Bahiafarma, com transferência de tecnologia, conforme as ações previstas no Plano Brasil Maior;*
- *utilização das salvaguardas existentes para garantir que o “direito de patente” não seja impedimento ao acesso da população a medicamentos e tecnologias consideradas necessárias e estratégicas, com reforço do instrumento da anuência prévia à concessão de patentes para medicamentos e processos farmacêuticos;*
- *produção e divulgação de informações a partir dos dados de eventos adversos a medicamentos.*

Qualidade na saúde pública

O baixo financiamento, política de recursos humanos e modelo gerencial inadequados são algumas das causas da diminuição da qualidade no atendimento

EMPUNHANDO ESSA BANDEIRA, a CNTU promove a partir deste ano a campanha “Qualidade na saúde pública”. A iniciativa soma-se assim a outras afins, como o Movimento Saúde+10, na defesa do sistema público de saúde. Como explicitado, defende mais recursos para assegurar qualidade à saúde pública e vai além. Busca a universalização e humanização no atendimento, importante conduta para o diagnóstico e o tratamento da doença.

Para tanto, propugna por contratação suficiente de profissionais, melhoria das suas condições de trabalho e capacitação permanente para dar conta da demanda da população; aquisição de novos equipamentos médico-hospitalares; recuperação e adequação da estrutura física; escolha do modelo assistencial que trabalhe com a perspectiva da saúde coletiva; ampliação do número de leitos; e aprimoramento da imagem do serviço público.

O SUS (Sistema Único de Saúde) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, como resultado de ampla luta da sociedade e dos profissionais do setor em particular. Regulado pela Lei nº 8.080/1990, em seu artigo 196, é descrito como “um direito de todos” e “dever do Estado”. Abrange três princípios básicos: universalidade, equidade e integralidade, que pressupõem garantia de atenção à saúde a qualquer cidadão, em iguais condições e em todas as suas dimensões (promoção, prevenção e reabilitação).

Os princípios organizacionais, também fundamentais na construção e consolidação do SUS, são: descentralização, regionalização e hierarquização. Um dos maiores avanços com sua insti-

Objetivos da campanha

Geral

– *Aumentar a qualidade na atenção à saúde através de dotação dos recursos necessários ao SUS, da universalização do acesso ao sistema público e da humanização das relações.*

Específicos

- *Contratação suficiente de profissionais para atender a demanda da população;*
- *aquisição de novos equipamentos médico-hospitalares;*
- *recuperação e adequação da estrutura física dos equipamentos existentes;*
- *capacitação permanente dos profissionais;*
- *melhoria das condições de trabalho;*
- *escolha do modelo assistencial que trabalhe com a perspectiva da saúde coletiva;*
- *ampliação do número de leitos hospitalares;*
- *melhoria da imagem do serviço público de saúde.*

tuição é o controle social. A sociedade brasileira organizada participa da elaboração da política de saúde e da fiscalização dos entes federativos executores dessa. No entanto, há problemas sérios de acesso ao sistema. Baixo financiamento, política de recursos humanos e modelo gerencial inadequados são algumas das causas da diminuição da qualidade no atendimento. Baixa remuneração, ausência de PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), como determina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, falta de política específica para fixação de profissionais da saúde em áreas de difícil provimento e precárias condições de trabalho são fatores que contribuem para a evasão dos empregados do setor público para o privado. Hoje, o grande gargalo do SUS. Para a humanização do sistema de saúde, é preciso ainda repensar a formação dos profissionais da área e as relações desses com os pacientes. Deve-se rever o crescente número de escolas com baixa qualidade de ensino, inclusive sem hospitais universitários que garantam a prática e residência médica, além do tecnicismo que impera na grade curricular. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), há no Brasil 17,6 desses profissionais para cada 10 mil habitantes, acima da média mundial de 14. Ainda assim, metade do número que se registra na Europa.

Mais recursos

Para dar conta da demanda, há necessidade de alterar a Lei 141/2012, que regulamenta a Emenda Constitucional 29. A proposta é que a União aplique por ano montante igual ou supe-

rior a 10% de suas receitas correntes brutas em ações e serviços públicos de saúde.

A OMS tem apresentado estimativas de gasto nacional para quase todos os países. Os cálculos para o Brasil apontam um dispêndio total (público e privado) de cerca de 7,6% do PIB (Produto Interno Bruto) com saúde. O gasto privado responde por 58,4% do montante, dos quais 64,1% são despesas diretas das famílias. Valores próximos a de países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), como Inglaterra e Espanha, contudo com participação das fontes públicas muito menor (41,6% do gasto total, conforme a OMS/2002).

O desafio é tornar a saúde prioridade de governo, meta perfeitamente possível a um país que gasta R\$ 150 bilhões ao ano com juros.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2000, o governo brasileiro destinava apenas 4,1% de seu orçamento para o setor. Dez anos depois, a taxa subiu para 5,9% – abaixo da média mundial (de 14,3%) e mesmo africana. Do total que se gasta no País com saúde, 56% vêm do bolso dos cidadãos, e não do Estado. Apenas 30 de 193 países vivem essa situação. A média mundial, nesse caso, é de 40%. Nos países ricos, a população arca com apenas um terço dos custos da saúde. Em uma década, o governo triplicou o custo por habitante. Em 2000, destinava em média US\$ 107 a cada brasileiro por ano. Em 2009, a taxa se elevava para US\$ 320, ainda assim inferior ao índice global de US\$ 549. Nos países europeus, os gastos médios dos governos com cada cidadão chegam a ser dez vezes superiores.

Outro dado preocupante: o País conta em média com 26 leitos para cada 10 mil pessoas, quatro a menos que a estimativa mundial. Os indicadores se referem ao período entre 2005 e 2011. Oitenta países têm um índice melhor que o do Brasil, que está empatado com Tonga e Suriname. Na Europa, a disponibilidade é três vezes maior.

Autoridades públicas relacionam a qualidade da atenção à saúde a parâmetros de satisfação dos usuários do SUS. O Ministério da Saúde criou o Índice de Desempenho do SUS (2011) para aferição, formado por 24 indicadores de saúde, 14 de acesso ao serviço (como proporção de mamografias e exames papanicolau feitos, além de internações de alta complexidade) e dez que medem a efetividade do atendimento (como proporção de partos normais, cobertura vacinal da tetravalente, cura de novos casos de tuberculose). De acordo com o Ministério da Saúde, a nota nacional foi de 5,47. Mais de 20% dos municípios obtiveram abaixo de cinco, o que é considerado metade do caminho para o SUS ideal.

O desafio é tornar a saúde prioridade de governo. Um país que se dá ao luxo de gastar R\$ 150 bilhões/ano com juros da dívida pública certamente pode, diminuindo o superávit primário, face à grande arrecadação de impostos gerada pelo desenvolvimento econômico, abrir caminho para que o Congresso Nacional e os governos respondam aos anseios da população brasileira, aumentando significativamente o orçamento da saúde e fazendo a sua regulamentação definitiva.

Recomendações aos governos e sociedade

- *Destinação de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde (Emenda Constitucional 29);*
- *políticas garantidoras de fixação dos profissionais da saúde, em especial dos médicos e em áreas de difícil provimento, com eficácia de gestão nos níveis federal, estaduais e municipais;*
- *implantação de planos de carreira e gestão de recursos humanos eficientes;*
- *aprovação de lei que regule o exercício da medicina;*
- *ações políticas e jurídicas contra a terceirização da assistência médica no SUS;*
- *Atenção Primária à Saúde, com ênfase na Estratégia Saúde da Família como porta de entrada para o sistema de saúde com infraestrutura digna, eficiente e ágil para seu pleno funcionamento.*



Com mobilidade urbana todos ganham

A precariedade na oferta de serviços e as altas tarifas do transporte público restringem as oportunidades de trabalho, além de dificultar o acesso à educação, saúde e lazer

A CNTU levanta essa bandeira, que visa contribuir a que, em 2013, tal tema seja tratado como prioridade no âmbito das políticas urbanas em favor do desenvolvimento sustentável do País. A situação drástica constatada nas cidades brasileiras resulta em desperdício de tempo, energia, dinheiro e saúde. Com mobilidade urbana, todos ganham. Sob essa ótica, a iniciativa propugna por mais investimentos públicos na área. Isso exige planejamento de longo prazo integrado. A campanha tem a finalidade ainda de esclarecer e conscientizar a sociedade sobre a questão.

A precariedade na oferta de serviços e as altas tarifas do transporte público restringem as oportunidades de trabalho, além de dificultar o acesso à educação, saúde e lazer. Diversos estudos apontam os impactos significativos dos custos de transporte no

orçamento das famílias de baixa renda (os mais pobres e os que residem mais longe dos centros urbanos são mais afetados).

Nos últimos anos, entretanto, somaram-se a esse quadro novos problemas. Todos os segmentos sociais enfrentam a perda de eficiência, com crescentes congestionamentos. O próprio dinamismo da economia brasileira é um dos fatores decisivos do quadro de expansão do transporte particular. As políticas de enfrentamento e resistência à crise internacional, baseadas no fortalecimento do mercado interno, determinam maior deslocamento de pessoas e mercadorias. Dentre essas, chamam atenção a ampliação daquelas que estimulam a produção e a compra de automóveis – incentivos fiscais e de financiamento que não são dados ao transporte público. Segundo o especialista Nazareno Stanislau Affonso, em texto publicado na *Carta Maior – Cidades em Transe*, em 2012, as benesses ao setor pelo poder público não são novidade – vêm desde a instalação dessa indústria no País, nos anos 1950. Mas

vêm crescendo. Conforme ele, desde o início da crise internacional, em 2008, sobretudo o governo federal, mas também os paulista e mineiro injetaram recursos da ordem de R\$ 14 bilhões para ajudar o setor. Affonso lembrou ainda que em maio de 2012, o Ministro da Fazenda anunciou nova renúncia fiscal a esse segmento, zerando o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

A despeito dessas medidas, destacou o especialista, aparentemente os governos continuam a ser pressionados para efetivar política de proteção desse mercado, com subsídio ao preço da gasolina, diretamente ou via renúncia fiscal da Cide/Combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) em mais de R\$ 3 bilhões anuais. “Além disso, nos últimos anos, o governo federal elevou o preço do diesel a um índice mais de cinco vezes superior ao utilizado para a majoração da gasolina, resultando em sobrelucro de R\$ 2 bilhões anuais para a Petrobras, pago, via tarifas dos ônibus, pelos usuários que dependem do transporte público.” Como consequência, tem-se aumento da frota de veículos individuais bem acima do crescimento demográfico (veja gráfico), com forte impacto sobre a sustentabilidade urbana.

Não se trata de abolir o uso do carro, mas de restringir, a exemplo de experiências internacionais bem-sucedidas. Para além do planejamento do fluxo do trânsito, é preciso desenvolver alternativas viáveis que integrem o transporte individual ao coletivo,

Metas da campanha

Até 2014

- Fazer com que a lei da mobilidade urbana efetivamente seja implantada em todas as cidades;
- fazer valer outras conquistas legais de grande importância, como o Estatuto da Cidade.

Até 2018

- Iniciar um consistente, democrático, cooperativo projeto de reforma urbana nas metrópoles e grandes cidades do País: uma nova cidade para o século XXI.

Até 2022

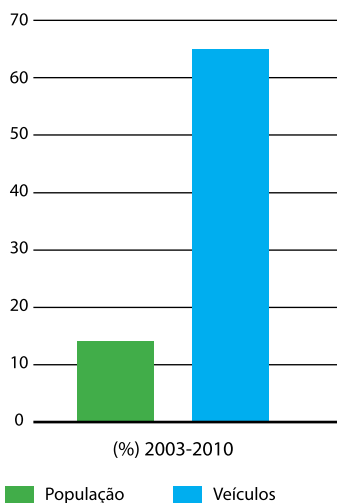
- Ter implantado transporte público em todas as cidades do País, nos padrões mais elevados do mundo: para todos, confortável, seguro, menos poluente, bilhete integrado.

seja através da inibição, superposição ou complementaridade. Transformar o usuário do automóvel em aliado é o grande desafio das políticas de mobilidade urbana.

Impactos do caos

Estudo realizado pela ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), baseado em 423 cidades, mostra que o custo total da mobilidade em 2010 foi de R\$ 167 bilhões, sendo R\$ 135 bilhões em transporte individual e R\$ 31 bilhões em coletivo. Nesses valores, estão embutidos os custos sociais (arcados pelo poder público), que somam R\$ 11,8 bilhões/ano, sendo 93% relacionados aos modos individuais, com a manutenção de vias. Já os pessoais – da ordem de R\$ 132 bilhões/ano, 80% dos quais decorrentes do uso de veículos particulares – não integram a conta geral. Os custos associados à poluição e acidentes de trânsito (externalidades) são de R\$ 17 bilhões/ano, dos quais R\$ 13,4 bilhões por transporte individual e R\$ 3,6 bilhões por coletivo. Nas metrópoles, o primeiro é responsável por 65% das emissões. Nas cidades onde há grandes séries históricas de medições de poluição atmosférica, como São Paulo e Rio de Janeiro, houve melhoria contínua até 2005/2006. A

Crescimento demográfico x crescimento da frota



Fonte: Apud: CNI – Cidades: mobilidade, habitação e escala – um chamado à ação, 2012.

partir desse momento, a tendência positiva se interrompe, com evidências de piora, notadamente para partículas finas e ozônio. A razão é o aumento da frota e a lentidão do trânsito, que faz com que os veículos emitam mais poluentes. Por ano, cerca de 1,3 milhão de óbitos em todo o globo são causados pela poluição

urbana, segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde). Só em São Paulo morrem 4 mil por ano. Idosos, crianças, gestantes, portadores de doenças respiratórias e cardíacas crônicas e, principalmente, os mais pobres – que têm níveis maiores de exposição – são os principais atingidos. De acordo com a OMS, os elevados níveis de poluição na cidade são responsáveis pela redução da expectativa de vida em cerca de 1,5 ano.

A criação do Ministério das Cidades em 2003 assinalou avanço na compreensão pelo governo federal do decisivo papel das cidades no desenvolvimento nacional. Uma das suas áreas de ação é transporte e mobilidade urbana. Além disso, a Lei 12.587, de 2012, constitui passo importante, ao instituir marco regulatório para



Recomendações aos governos e sociedade

- Colocar o desenvolvimento e a mobilidade urbana no centro do debate e das políticas de desenvolvimento sustentável do País;
- realizar o planejamento de longo prazo do desenvolvimento e mobilidade urbana;
- inserir e articular as políticas de mobilidade urbana com as de uso e ocupação do solo, combatendo a especulação imobiliária, favorecendo a compactação das cidades, a habitação popular e o saneamento integrado;
- valorizar e incentivar a participação social no planejamento do desenvolvimento e mobilidade urbana;
- promover o federalismo cooperativo entre as três instâncias de governo a esse planejamento;
- realizar pesados investimentos na mobilidade urbana, priorizando o transporte coletivo público de alta e média capacidade;
- combinar políticas de inibição, superposição e complementaridade do transporte individual com o público;
- fazer valer, divulgando e implementando, a Lei de Mobilidade Urbana;
- investir pesado e com eficiência em pesquisas de desenvolvimento tecnológico e inovacional para veículos, equipamentos e combustíveis menos poluentes;
- enfrentar a sedução do marketing automobilístico através de campanhas de educação e informação sobre as vantagens da mobilidade urbana baseada nos transportes público e não motorizado;
- estabelecer o ano de 2022, do Bicentenário da Independência do Brasil, como marco de conquista da completa inversão do atual sistema de mobilidade urbana para um baseado em transporte público.

o setor. No entanto, é preciso que seja aplicada. Essenciais também são as ações previstas no chamado PAC da Mobilidade Urbana Grandes Cidades, que disponibilizou R\$ 32,7 bilhões para projetos de implantação, melhoria e ampliação de sistemas de transporte público coletivo nas maiores cidades brasileiras, isto é, em 51 municípios com mais de 700 mil habitantes. Dentre eles, os que sediarão a Copa de 2014 receberam tratamento prioritário. Para 75 cidades de médio porte, com populações entre 250 e 700 mil habitantes, foram destinados R\$ 7 bilhões a investimentos em transporte público e construção de vias urbanas. Essas ações são positivas, mas não suficientes para mudar o quadro no País, além de enfrentarem problemas como demora no repasse de recursos e execução das obras. É preciso inverter a lógica atual do sistema.

Alimentação saudável, sem uso abusivo de agrotóxicos

Na contramão do que tem acontecido no mundo, o Brasil assumiu o posto de maior mercado global do insumo

PARA FAZER FRENTE ao uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura brasileira, a CNTU encampou a campanha “Por uma alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxicos”. Tais substâncias são comprovadamente prejudiciais à saúde, com risco de doenças e morte, seja dos trabalhadores rurais, dos moradores do campo ou dos cidadãos que consomem alimentos contaminados. Além disso, produzem impactos negativos sobre o solo, os recursos aquíferos e o conjunto da vida animal e vegetal.

Durante muito tempo, acreditou-se que o crescente uso de agrotóxicos era necessário para garantir a produtividade. Atualmente, estudos sérios desmontam essa afirmação e mostram que a agroecologia é uma realidade para se assegurar sustentabilidade. Infelizmente, o Brasil, grande produtor mundial de alimentos, segue na contramão da história. Enquanto diversos países banem ou aumentam o rigor na venda e uso dessas substâncias, em 2008, ultrapassou os Estados Unidos, assumindo o posto de maior mercado global de agrotóxicos, os quais são vendidos a preços baixos e com isenções fiscais. Esta nação consome 20% da produção mundial dessas substâncias – cujo mercado é monopólio de apenas seis empresas –, não obstante conte com apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas do globo. Enquanto nos EUA a utilização de agrotóxicos cresceu 93% na última década, no Brasil expandiu-se 190%. Consequentemente, em 2011, tal respondeu por 19% do faturamento mundial do setor, estimado em mais de US\$ 8 bilhões. Nesse mesmo ano, foram produzidas internamente 833 mil toneladas de agrotóxicos e importadas 246 mil toneladas. Em 2011, foram pulverizados

853 milhões de litros (principalmente de herbicidas, fungicidas e inseticidas) em 71 milhões de hectares de lavouras temporárias e permanentes. Ou seja, uma média de 12 litros por hectare e 4,5 litros por habitante.

As maiores concentrações coincidem com as regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz. As lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar respondem por 80% do consumo dessas substâncias. Mas é na produção de hortaliças que o quadro é mais grave para a saúde, estimando-se que essas culturas respondem por 20% da comercialização de ingrediente ativo de fungicida e se utilize entre oito a 16 vezes mais agrotóxicos por hectare do que na soja.

Através das análises de 2.488 coletas realizadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 26 estados do País, em 2010, constatou-se que 63% das amostras apresentaram contaminação por agrotóxicos, sendo 28% por ingredientes ativos não autorizados para aquele cultivo ou acima dos limites máximos de resíduos considerados aceitáveis. Outros 35% apresentaram contaminação, porém dentro dos limites, os quais, contudo, são questionáveis. A análise

considera 235 ingredientes, sendo que o mercado disponibiliza cerca de 400, inclusive o glifosato – que responde por 40% das vendas de agrotóxicos no País e não consta dos estudos. Mesmo assim, o resultado sinaliza a gravidade da situação, pois as frutas e verduras com mais alto grau de contaminação química são muitas vezes consumidas *in natura* e com tempo muito curto entre a aplicação do veneno, a colheita e a chegada à mesa do cidadão.

O nível de contaminação dos produtos processados pela indústria é um capítulo à parte, pois há poucos es-

Metas da campanha

Até 2014

- Banir do País todos os agrotóxicos já banidos em outros países por comprovado risco à saúde;
- proibir a pulverização aérea de agrotóxicos.

Até 2018

- Ter uma política nacional de uso e controle do agrotóxico, em cuja elaboração conte com a participação dos vários segmentos sociais, consumidores e produtores, interessados e envolvidos no tema.

Até 2022

- O Brasil ser líder mundial em boas práticas de uso e controle de agrotóxicos, bem como de agricultura e produção de alimentos saudáveis e seguros.

todos a respeito. Apesar disso, há consensos em torno dos efeitos danosos de diversas substâncias químicas utilizadas na lavoura. No comércio, igualmente, inúmeras irregularidades são cometidas, como ausência de registro da compra, indicação de dosagens mais elevadas do que as recomendadas, substituição de produtos controlados, indicação de outros incompatíveis com a cultura ou mesmo venda de itens proibidos.

A fiscalização é precária, assim como a assistência técnica aos pequenos agricultores que fornecem grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros e muitas vezes são pressionados por fornecedoras de sementes transgênicas, que lhes vendem pacotes, incluindo a obrigação do uso de agrotóxicos. A posição de liderança alcançada pelo Brasil está inserida em um contexto de reestruturação produtiva no plano mundial e em especial na América Latina, cabendo aos países da região o papel de fabricantes de *commodities* para o globo. O outro lado da moeda, contudo, é que o Brasil corre o risco de ter seus produtos agrícolas barrados nos cada vez mais exigentes mercados internacionais exatamente pelo uso abusivo de agrotóxicos.

Conscientizar e mobilizar

Comparar a produtividade do agronegócio com a da agricultura orgânica não é justo para orientar essa discussão, pois as políticas públicas, dentre elas o crédito rural e os subsídios, privilegiam de longe os grandes negócios no campo – o que precisaria ser revisto. Mesmo assim, importantes estudos vêm constatando que a diferença entre os

O nível de contaminação dos produtos processados pela indústria é um capítulo à parte, pois há poucos estudos a respeito. Apesar disso, há consensos em torno dos efeitos danosos de diversas substâncias químicas utilizadas na lavoura

dois modelos não é tão grande como apregoado pelos grandes produtores de *commodities*, que costumam alegar que a perda é de pelo menos 50% na agricultura orgânica. Se a contabilidade levasse em conta os riscos à saúde e ao meio ambiente, provavelmente o resultado seria muito diferente. Vale salientar que, entre 1999 e 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas), houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. Equivale, em média, a 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos. Diante desse quadro, a campanha “Por uma alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxicos” deve visar, em primeiro lugar, conscientizar a sociedade sobre o tema. É ainda necessário ter clareza quanto à correlação de forças econômicas, políticas e ideo-

lógicas no campo brasileiro. Apesar de toda essa complexidade, há conquistas possíveis em prazo relativamente curto, como banir o uso dos agrotóxicos de alta toxicidade, bem como proibir técnicas de vaporização aérea de tais substâncias. Ao que é premente exigir das autoridades governamentais e órgãos públicos posturas responsáveis e engajadas de proteção à saúde. Avançar é preciso, até que se atinja uma agricultura sustentável no País e sejam assegurados dois direitos básicos à população: segurança alimentar e nutricional e alimentação adequada.

Recomendações aos governos e sociedade

- *Banir os agrotóxicos comprovadamente de alta toxicidade, a exemplo de outros países;*
- *estimular e apoiar programas confiáveis e independentes que realizam análises sobre a presença de agrotóxicos nos alimentos e estudam seu impacto na saúde humana e nos ecossistemas, em favor da alimentação adequada, da segurança alimentar e do equilíbrio dos sistemas ecológicos;*
- *proibir os métodos de aplicação aérea de agrotóxicos que ampliam as áreas contaminadas através da pulverização sem controle;*
- *apoiar e estimular a agricultura orgânica e familiar, com fortes políticas públicas que beneficiem o crescimento de sua produtividade (crédito, subsídios e assistência técnica).*



Reabilitação bucal para inclusão social

É preciso garantir o prosseguimento, a eficácia e a agilidade da política nacional do setor, especialmente no que diz respeito à demanda por prótese pela população idosa

A CAMPANHA SOB ESSE TÍTULO é uma mobilização pelo direito de todos os brasileiros à saúde bucal e de acesso aos serviços odontológicos de qualidade. A prioridade é a reabilitação bucal dos idosos com 65 anos ou mais, faixa da população que é a principal vítima de histórica política que geralmente reduzia o atendimento de adultos à extração de dentes. Sinaliza-se, nos últimos anos, uma vontade de mudança no sistema brasileiro de saúde pública. Contribuir para garantir que essa vontade se transforme em ampliada, continuada e efetiva política pública é o sentido precípua dessa campanha integrante do projeto Brasil Inteligente.

Mesmo contando atualmente com uma política nacional de saúde bucal que tem propiciado substancial melhora no acesso ao atendimento odontológico, não está garantido seu prosseguimento, especialmente no que diz respeito à demanda por prótese pela população idosa, encontrando muitas resistências na sua efetiva implantação, em virtude dos aspectos ideológicos, políticos e financeiros.

É necessário, portanto, que se mobilizem em favor dela apoios institucionais. A CNTU entende ter papel importante nessa jornada de erradicar a chaga social representada pela ausência parcial ou total de dentes, que promove a exclusão social e atenta contra a dignidade humana.

As condições ruins da cavidade bucal influenciam negativamente a qualidade de vida das pessoas, tanto nos aspectos biológicos quanto nos psicossociais

(autoestima, autoexpressão, comunicação e estética facial). Assim, a oferta de prótese para a população é imprescindível. A prótese apresenta-se, ainda, como solução para quem tem muitos problemas odontológicos acumulados, com necessidade de intervenções em níveis de atenção básica e secundária e cujo tratamento na rede privada ficaria inacessível, dado o alto custo.

A saúde bucal no nosso país tem sido relegada ao esquecimento quando se discutem as condições de saúde dos idosos. A perda total de dentes ainda é aceita como algo natural com o avanço da idade, e não como reflexo da falta de políticas preventivas de saúde. Além de sua ausência, também grave é a inexistência de tratamento restau-

A perda total de dentes ainda é aceita como algo natural com o avanço da idade, e não como reflexo da falta de políticas preventivas de saúde

rador ao alcance da maioria da população. Apesar de o direito à saúde ser garantido pela Constituição Federal, somente a partir de 2003 se implantou uma política nacional de saúde bucal atendendo os princípios de universalidade, integralidade e equidade.

Objetivos da campanha

Geral

– Contribuir para que seja dada continuidade e fortalecida a política nacional de reabilitação bucal dos idosos, notadamente daqueles com 65 anos de idade ou mais, de modo a restabelecer condições adequadas de saúde bucal a essa população. Que essa ação se transforme em política de Estado.

Específicos

– Cumprir, até 2014, as metas traçadas pelo Ministério da Saúde no atendimento

da demanda de próteses dentárias da população com 65 anos ou mais;

- dar continuidade, nos anos seguintes, à ampliação da oferta de próteses dentárias pelo sistema nacional de saúde para atendimento da demanda da população nessa faixa etária;
- garantir a qualidade dos tratamentos públicos de reabilitação bucal da população com 65 anos ou mais.

Até então, apenas 3% dos atendimentos no sistema público eram voltados a tratamentos de média e alta complexidade. Para a população adulta, que geralmente tem necessidades complexas, a oferta exclusiva de atenção básica e secundária respondia pelo grande número de extrações dentárias. Levantamento epidemiológico realizado em 2010 revela que 7 milhões de pessoas na faixa entre 65 e 74 anos (cujo total estimado pelo Censo Demográfico de 2010 é de 8,6 milhões) necessitam de próteses dentárias, sendo que 3 milhões precisam de prótese total e 4 milhões, parcial.

De país de banguelas a sorridente

No Brasil, era comum a extração em massa a partir dos 30 anos como solução mais prática e econômica para os problemas de saúde bucal. Os mais pobres foram os mais afetados, por serem mais dependentes dos sistemas públicos. Os resultados dessa política estão expressos nos levantamentos epidemiológicos realizados pelo Ministério da Saúde (veja quadro abaixo).

Esse cenário começou a ser revisto a partir de 2003, via ações do Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de Saúde Bucal na execução da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente), visando promoção de saúde, prevenção e manejo de doenças de forma plena e com qualidade, que permitem mudanças no nível de saúde bucal da população. A FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas) mantém parceria com o Ministério da Saúde, pois trata-se de afirmar a importância de avançar nessa conquista histórica dos trabalhadores da área. Nesse sentido, a atenção básica em saúde bucal vem sendo reorganizada, ao expandir pelo território brasileiro as equipes compostas por cirurgiões-dentistas, auxiliares e técnicos do setor. A ampliação da oferta de próteses dentárias no SUS (Sistema Único de Saúde) em todo o Brasil passou a ser prioridade, especialmente para atendimento dos que têm mais de 64 anos de idade. A expansão dessa política prevê a formação de técnicos e auxiliares de prótese dentária nas regiões do País que não contam com esses profissionais e, notadamente, nos municípios onde o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é baixo.

Comparado a 2010, os dois anos que se seguiram apresentaram avanços expressivos tanto no número de municípios habilitados quanto na quantidade de próteses ofertadas. Foram implantados em 1.397 municípios, com incentivos financeiros do governo federal, os LRPDS (Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias), possibilitando incremento, de 2010 para 2012, de mais de 120% na oferta de próteses, passando de 183.152 para 406.857 unidades, como pode ser visto na tabela abaixo.

Ano	Nº. de municípios habilitados	Nº. de unidades de próteses confeccionadas
2010	674	183.152
2011	816	300.978
2012	1.397	406.857

Fonte: Ministério da Saúde/
Coordenação Nacional de Saúde Bucal

A meta pactuada no Plano Brasil Sem Miséria é de 1,3 milhão de próteses ofertadas entre 2011 e 2014, com previsão de que em 2013 sejam confeccionadas 600 mil unidades.

Demanda de prótese dentária segundo tipo, idade e região. Brasil, 2010 (%)

Faixa etária	Região	Total (demanda de pelo menos um tipo)	Prótese parcial - um maxilar	Prótese parcial - dois maxilares	Prótese total - um maxilar	Prótese parcial + total - um maxilar	Prótese total - dois maxilares
15 a 19 anos	Norte	29	21,7	7,3	0	0	0
	Nordeste	17	12,5	4,4	0	0	0
	Sudeste	11,9	8,9	3,1	0	0	0
	Sul	9,2	6,8	2,5	0	0	0
	Centro-Oeste	11,5	10,3	1,3	0	0	0
	Brasil		13,7	10,3	3,4	0	0
35 a 44 anos	Norte	83,3	47,5	34,0	0,4	1,1	0,3
	Nordeste	78,9	45,6	31,2	0,7	1,1	0,3
	Sudeste	66,8	39,5	26,1	0,7	0,2	0,3
	Sul	62,9	41,8	19,9	0,4	0,4	0,3
	Centro-Oeste	73,7	44,0	27,0	0,5	0,8	0,1
	Brasil		68,8	41,3	26,1	0,6	0,4
65 a 74 anos	Norte	97,2	36,3	15,4	23,4	4,6	17,6
	Nordeste	92,1	29,0	26,0	18,3	6,7	16,1
	Sudeste	92,7	33,0	20,8	17,9	4,2	16,9
	Sul	87,3	45,7	14,3	14,3	6,1	6,9
	Centro-Oeste	94,8	26,9	21,3	20,3	8,2	18,0
	Brasil		92,7	34,2	20,1	17,9	5,0

Elaboração própria, baseada na SB Brasil 2010 – Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Resultados principais, tabela 31.

Recomendações aos governos e sociedade

- Ampliar o número de municípios habilitados a exercerem a política nacional de atendimento à demanda de próteses dentárias;
- incrementar a capacidade técnica para produção de próteses dentárias através da implantação de mais LRPDS e formação de mais técnicos e auxiliares;
- ampliar a contratação de pessoal técnico para os programas de reabilitação bucal da população idosa;
- garantir melhor formação das equipes de reabilitação bucal;
- mobilizar as competências técnico-científicas em saúde bucal nas universidades para assessoria aos programas de reabilitação bucal da população idosa;
- implantar sistemas de avaliação quantitativa e qualitativa dos programas de reabilitação bucal dessa população. ●



Homenagem

Prêmio Personalidade Profissional, concedido pela CNTU a sete pessoas que tiveram atuação destacada em suas respectivas categorias, chegou à segunda edição em 2012. Além do conhecimento técnico, agraciados têm firme compromisso com interesse público e bem-estar da população.



À COMPETÊNCIA

CNTU premia profissionais de destaque

Uma homenagem à inteligência, à competência e ao compromisso com o interesse público

A 3ª JORNADA DA Campanha Brasil Inteligente, realizada em 5 de dezembro de 2012, terminou em grande estilo. Ao encerramento, foi entregue pela CNTU o Prêmio Personalidade Profissional 2012 a sete profissionais, sendo seis de destaque nas categorias abrangidas pela entidade. São eles: Paul Israel Singer (Economia), Fernanda Giannasi (Engenharia), Alice Mazzuco Portugal (Farmácia), Genival Veloso de França (Medicina), Sandra Maria Chemin S. da Silva (Nutrição) – na ocasião representada por seu cônjuge, Sidnei Seabra da Silva – e Vitor Gomes Pinto (Odontologia), além de Antônio Augusto de Queiroz (Excelência em gestão pública). O presidente da confederação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, lembrou que a escolha dos nomes se deu por unanimidade. “Um reconhecimento ao trabalho de quem luta em prol do cidadão brasileiro, que para nós é motivo de orgulho. Faz com que acreditemos que estamos no caminho correto para ter um Brasil melhor, com qualidade de vida.”



O diretor do Diap, Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho (ao centro), recebe o prêmio na categoria Excelência em gestão pública do presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, e da vice, Gilda Almeida.

Para Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos), o momento apresenta janela de oportunidades para a inteligência do País contribuir a salto no desenvolvimento. O que torna muito importante a homenagem a brasileiros “que se dedicam a construir uma grande nação”. À frente da Fenam (Federação Nacional dos Médicos), Geraldo Ferreira Filho lembrou das dificuldades por que passa a profissão que sua entidade representa, com precarização das condições de trabalho, mas também sua união para enfrentar os problemas. Assim, aproveitou para homenagear o premiado em Medicina de 2012, “uma figura digna, respeitada, honesta, nordestino de fibra”. Wellington Mello, presidente da FIO (Federação Interestadual de Odontologistas) parabenizou a todos os laureados, destacando o premiado em sua categoria, cujos livros teriam sido utilizados por todos



Paul Singer e Genival Veloso, agraciados nas categorias Economia e Medicina, respectivamente.

os estudantes da área. Também expressaram suas congratulações Zaida Maria Diniz e Cláudio da Costa Manso, respectivamente presidentes dos sindicatos

dos Nutricionistas de Pernambuco e dos Economistas de São Paulo. Esteve ainda presente à mesa o deputado estadual por São Paulo Marcos Martins (PT).

Personalidades 2012

Paul Israel Singer

Economia

Nascido em Viena, Áustria, veio com sua família para o Brasil na década de 1940. Economista, doutor em Sociologia, professor, autor de inúmeras publicações, mentor da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e do Núcleo de Economia Solidária, bem como da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Responsável por difundir o modelo de atividade econômica que hoje beneficia 3 milhões de pessoas em todo o País. Tem uma longa trajetória de atuação técnica, política e social, com importantes contribuições para o Brasil, desde sua atuação partidária, seu pensamento econômico, a jornada em defesa da economia solidária e a participação no desenvolvimento de políticas públicas. Recebeu em março de 2012 uma homenagem especial do mundo acadêmico e político. As faculdades de Educação e Economia da USP (Universidade de São Paulo), juntamente com seu Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária e com a Fundação Perseu Abramo, promoveram o seminário “Paul Singer 80 anos – trajetória militante”.



Fernanda Giannasi

Engenharia

Engenheira civil, natural de Ribeirão Preto. Especializada em Engenharia de segurança do trabalho. Tornou-se referência mundial da luta contra o amianto, integrando a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, denunciando a prática do *double-standard* (de racismo ambiental) pelas corporações transnacionais, participando de encontros e conferências mundiais. No dia 12 de outubro de 2012, ocupou a tribuna da conferência “Journée internationale des victimes de l’amiante” (Jornada Internacional das Vítimas do Amianto), no Senado francês, em Paris, para falar de uma luta a qual tem dedicado sua vida: o combate ao uso indiscriminado do amianto na construção civil e a defesa de suas vítimas. Dois meses antes, ela foi uma das palestrantes na audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal para oferecer subsídios ao relator, ministro Marco Aurélio, da ADI 3937, que discute a constitucionalidade ou não da lei paulista de banimento do amianto. Idealizadora da campanha “Amianto mata!”, fundadora e colaboradora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto e da Comissão Nacional dos Trabalhadores em Energia Nuclear, bem como colaboradora da Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes (juntamente com as vítimas da Rhodia, de Cubatão).



Alice Mazzuco Portugal

Farmácia

Nascida em Salvador. Após sua formação como farmacêutica bioquímica pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), foi aprovada por concurso para o Hospital Universitário Professor Edgard Santos, da mesma instituição. Militante sindical de destaque, foi diretora de diversas entidades e da Executiva Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Ativista contra toda forma de opressão, representa a luta dos professores, estudantes, profissionais da saúde, das mulheres e servidores públicos. Tem protagonizado iniciativas importantes no Congresso Nacional em relação à regularização de medicamentos no Brasil e à proibição de outros, o que tem chamado a atenção de diversos setores no País. Deputada federal pelo PCdoB, única mulher eleita pela Bahia, é presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica, sendo uma defensora do conceito e da construção política para reconhecimento da farmácia como estabelecimento de saúde, tendo defendido a categoria em toda a sua trajetória legislativa. Atualmente, trabalha para derrubar a proibição da comercialização de inibidores de apetite pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



Genival Veloso França

Medicina

Nascido na Paraíba, médico e bacharel em Direito, dedicou sua formação acadêmica a aprofundar-se nas duas áreas pelas quais tem sido convidado a contribuir nos encontros e fóruns. É autor de obras tanto de medicina legal quanto de jurisprudência médica, tendo ocupado a presidência Conselho Regional de Medicina em seu estado e a Secretaria do Conselho Federal de Medicina. Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências Médico-Sociais e da Academia Internacional de Medicina Legal e Medicina Social, é professor de graduação e pós-graduação em importantes universidades do Brasil, além de docente convidado do curso de Medicina legal do Instituto de Medicina Legal de Coimbra, em Portugal. Também é consultor do Ibemol (Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Medicina e Odontologia Legal). Entre seus livros estão “Noções de jurisprudência médica”, pela Editora Universitária, “Medicina legal”, pela Editora Guanabara Koogan S/A, e “Direito médico”, pelo Fundo Editorial Byk, 1995.



Memória

Profissionais homenageados na primeira edição do prêmio, em 2011

Economia: Dércio Gama Munhoz

Engenharia: Arnaldo Calil Pereira Jardim

Farmácia: Norberto Rech

Medicina: Ricardo Albuquerque Paiva

Nutrição: Valéria Paschoal

Odontologia: Gilberto Alfredo Pucca Júnior

Excelência em gestão pública: Gilson de Cássia Marques de Carvalho

Nutrição

Mestre em Ciências dos alimentos pela USP (Universidade de São Paulo), especialista em Gestão universitária pelo Centro Universitário São Camilo e graduada em Nutrição pela Faculdade de Saúde Pública da USP, vem contribuindo não apenas para gerações de profissionais como também para enriquecer as referências para o ensino no setor. A partir do curso de Nutrição do Centro Universitário São Camilo, que passou a coordenar em 1980, construiu mais de 30 anos de experiência na área acadêmica no Brasil, provocando enorme reação de estudantes e profissionais quando foi desligada do curso. Sua atuação vai da escola

às políticas públicas, a exemplo de sua participação no grupo que redigiu as “Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição”, levantando questões do cotidiano universitário para grandes desafios da educação. Em 2007, junto com Joana D’Arc Pereira Mura, publicou o “Tratado de nutrição, alimentação e dietoterapia”, pioneira na literatura nacional sobre a nutrição da população brasileira com ênfase também em dietas, hábitos alimentares e doenças típicas do País.



Vitor Gomes Pinto

Odontologia

É graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com graduação, especialização, mestrado e doutorado em Saúde pública. Exerceu funções públicas regionais e nacionais, na área da saúde, atuando como consultor em instituições internacionais, como Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2006 e 2007. Escritor, autor de vários trabalhos, lançou em 2012 a sexta edição do livro “Saúde bucal coletiva”. Agraciado em 2011 com o título de Honra ao Mérito Odontológico Nacional, concedido pelo Conselho Federal de Odontologia, tornou-se membro da Academia de Letras do Brasil-DF na cadeira nº 38 em agosto de 2012.



Antonio Augusto de Queiroz

Excelência em gestão pública

É jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Um dos autores da famosa publicação “Os cabeças do Congresso Nacional”, uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes no Brasil, considerado um dos mais importantes analistas do mundo parlamentar e sindical. Suas contribuições são acompanhadas por políticos, gestores públicos, jornalistas e dirigentes sindicais tanto no site do Diap quanto em centenas de palestras e diversas publicações que abordam as políticas nacional e sindical. Participa como colunista regular de importantes revistas e portais eletrônicos. É autor de livros e publicações como “Por dentro do governo – como funciona a máquina pública”, “Por dentro do processo decisório – como se fazem as leis”, “Quem foi quem na

Constituinte”, “Movimento sindical – passado, presente e futuro”, “Eleição municipal – Manual do candidato” e “Radiografia do novo Congresso”, dentre outros.

Ex-diretor do Centro de Acompanhamento da Constituinte da UnB (Universidade de Brasília) e professor convidado para os cursos de Assessoria parlamentar e Marketing político também da UnB.



Professor convidado para o curso de Pós-graduação de Assessoria e consultoria parlamentar, além de instrutor do Curso avançado de relações institucionais, promovido pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.



★ Mobilização

O Conselho Consultivo da CNTU chegou a 500 membros, consolidando um importante fórum de formulação e debates. Alguns de seus integrantes, das mais diversas áreas, falam sobre a confederação e seus projetos.

DE NOTÁVEIS

Conselho Consultivo da CNTU já tem 500 membros

Com o objetivo de chegar a mil integrantes, o fórum é formado por especialistas nas mais diversas áreas que se dispuseram a colaborar com a entidade no debate sobre as questões nacionais

Soraya Misleh

DURANTE A 3ª JORNADA da Campanha Brasil Inteligente, realizada em 5 de dezembro de 2012, em São Paulo, a CNTU deu posse a 100 novos membros em seu Conselho Consultivo. Com isso, chegou a 500 nomes, tendo como meta alcançar mil. Esse colegiado reúne, como lembrou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da confederação, pessoas de alta qualificação técnica, cultural e científica de diversas áreas de atuação, todas colocando voluntariamente sua inteligência a serviço de um país mais justo e soberano. Assim, contribuem para os debates e proposições de questões de interesse dos profissionais liberais universitários, dos trabalhadores e da sociedade em geral.

“É um dever que devemos perseguir, participando do crescimento e desenvolvimento nacional através de propostas no âmbito tecnológico e para a qualidade de vida da população.” Atualmente, o Conselho da CNTU é composto por 500 membros, com

a meta de dobrar esse número até o final de 2013. Destes, 1/4 são membros natos, ou seja, os próprios diretores da CNTU e os presidentes das federações e sindicatos a ela filiados. Os outros 3/4 são membros efetivos, ou seja, pessoas das mais diversas

origens, formações e profissões que aceitaram o convite da confederação para participar do Conselho Consultivo, integrando essa rede de animação e cooperação voluntária. Representando os conselheiros veteranos, o professor da UFF (Universidade



Posse de 100 novos conselheiros, ao final da jornada, em 2012.

Participantes da plenária enfatizaram importância das iniciativas da CNTU e colocaram-se à disposição para trabalhar conjuntamente na busca das soluções aos problemas que sociedade brasileira ainda enfrenta

Federal Fluminense) Marco Aurélio Cabral Pinto destacou: “Hoje, a grande discussão é como inovar no País. O movimento sindical agrega uma elite para pensar nisso. Temos conhecimento e tecnologia e juntos vamos ter melhor oportunidade de contribuir com soluções que atendam as múltiplas dimensões de cada problema.” Tomando posse no ensejo, Cristina Palmieri falou em nome dos novos. Ela manifestou a crença no Conselho Consultivo como um espaço para colaborar com a necessária transformação da sociedade. Nesse contexto, ressaltou a importância da educação como agente rumo à mudança almejada. Concordando que esse é um dos grandes nós a desenrolar, João Sergio Cordeiro, membro do Conselho de Administração do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), e também integrante do colegiado, destacou: “Temos grandes desafios e a responsabilidade de trazer ideias e apontar ações. Vamos todos arregaçar as mangas.”

A plenária

Clima otimista dominou a sessão ocorrida durante a jornada da campanha Brasil Inteligente. Logo ao início, a economista e pesquisadora Ceci Juruá congratulou a CNTU pela proposta de se planejar o País que se quer nos próximos dez anos, no horizonte do Brasil 2022 – ano que marcará o Bicentenário da Independência.

Entre os que se manifestaram, Gilberto Alfredo Pucca Júnior, coordenador nacional de saúde bucal do Ministério da Saúde, responsável pelo programa Brasil Sorridente. Agraciado em 2011 com o Prêmio Personalidade Profissional em Odontologia con-



Plateia saúda novos integrantes do Conselho Consultivo.

cedido pela CNTU, ele louvou a iniciativa da entidade e traçou panorama da área em que atua: “Somos pródigos em injustiça. Em 2003, quando o Brasil Sorridente foi lançado, a cada quatro brasileiros de 60 anos, três não tinham nenhum dente na boca, um processo de mutilação em massa. No século XXI, admitir isso é quase voltar à era medieval.” Segundo ele, após o lançamento do programa governamental, houve um salto, reconhecido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), com o combate a um dos principais problemas: a cárie. Citando como ousada a campanha “Zerar a demanda por próteses dentárias”, abraçada pela CNTU e incluída entre as oito lançadas pela entidade, ele enfatizou: “Vamos continuar a sedimentar o acesso à saúde bucal para as pessoas.” Já Sebastião Soares, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, salientou a importância de se incluir o desenvolvimento social e uso sustentável do Cerrado entre as campanhas a serem tocadas pela CNTU. Ainda entre as propostas, Paulo Feldmann, da Fedcomercio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) sugeriu que se discuta o fundamental apoio às pequenas empresas. Já Thereza Neumann Santos de Freitas, diretora da FNE (Fede-

ração Nacional dos Engenheiros), propôs que a confederação se engaje na luta pela engenharia pública. Gilda Almeida, vice-presidente da CNTU, parabenizou o Conselho Consultivo, destacando sua grande contribuição para se construir uma política de desenvolvimento nacional.

“Hoje, a grande discussão é como inovar no País. O movimento sindical agrega uma elite para pensar nisso. Temos conhecimento e tecnologia e juntos vamos ter melhor oportunidade de contribuir com soluções que atendam as múltiplas dimensões de cada problema”, afirmou o conselheiro Marco Aurélio Cabral Pinto

Depoimentos dos membros do

MANCHETES que gostaríamos de ver em 2022: “Brasil atinge a décima posição em índice de desenvolvimento humano”; “Todos os estudantes de primeiro e segundo graus cursam escolas em tempo



integral”; “Indústria brasileira é considerada pelo *Financial Times* como a mais inovativa no mundo”;

“PIB cresce consistentemente 6% ao ano nos últimos três anos”; “País é a terceira economia do mundo”; “Finalmente o primeiro Nobel brasileiro – e é na área de biotecnologia”; “Atingida a meta de exportação de 1 milhão de barris de petróleo por dia. Novas reservas no pré-sal”.

Cristiano Kok

Engenheiro mecânico e presidente da Engevix Engenharia S/A

A CNTU, ademais do grande mérito de unir profissionais de áreas estratégicas, lidera hoje, no País, vigorosas campanhas em prol de políticas inovadoras para o avanço de nossa realidade.

Campanhas na visão do Brasil Inteligente e, sobretudo, com metas definidas para horizonte

valioso: o Bicentenário da Independência.

No século XVII, Francis Bacon, retomando os antigos, lembrava que conhecimento é poder (*scientia potencia est*), ou seja, uma nação cresce com povo instruído, liberdade de pensamento, espírito crítico.

Que a CNTU cresça cada vez mais solidária, continue a agregar profissionais criativos, competentes, combativos para uma nação inclusiva, competitiva, sustentável.

Maria Rosa Abreu

Professora da UnB (Universidade de Brasília)

AS GUERRAS CAMBIAL E COMERCIAL em curso na economia mundial pós-crise só tornam mais explícitas algumas transformações estruturais. Além de ser um polo relevante nas cadeias produtivas, temos que avançar. Hoje, grande parte das grandes empresas transnacionais já opera no Brasil, com estrutura de vendas, produção e, às vezes, exportação e centros de desenvolvimento locais. Também avançamos na internacionalização das nossas próprias empresas em diferentes segmentos. Mas ainda carecemos de uma estratégia integrada de inserção internacional mais ativa, incluindo as negociações multilaterais, regionais e bilaterais. No entanto, isso está longe de significar que estamos fora do jogo, como sugerem algumas análises. Diante das transformações em curso, o papel que vamos desempenhar vai depender da nossa capacidade de definir e implementar estratégias para viabilizar uma inserção global de maior qualidade.



Antonio Corrêa de Lacerda

Professor-doutor do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO da população à escola pública trouxe benefício social e, ao mesmo tempo, o desafio da busca pela qualidade. A modernização e o investimento nos profissionais da educação, além da inclusão social, são importantes, porém o aprendizado e a qualificação dos alunos é que

fazem sentido na função social da escola. O aprendizado coerente é aquele em que o aluno mostra o que produziu, com o conhecimento obtido através das aulas, assim como a interação com as demais fontes de informação. (...) Uma dessas experiências são os projetos desenvolvidos com as mídias e as linguagens de comunicação com os alunos. A Unesco (*Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*) reconhece essa prática como *Media Education* ou Educomunicação. (...) Essa proposta contribui

para a promoção do protagonismo, da criatividade e da expressão comunicativa, favorecendo a apropriação do conhecimento pelo aluno. (...)

Carlos Lima

Professor, educador, conselheiro municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e presidente do Comitê Gestor da Lei 13.941/04

GOSTARIA DE DESTACAR um aspecto importante que os pesquisadores do Brasil enfrentam: a necessidade de termos mais facilitadores fiscais e de logística para a importação de tecnologia e equipamentos de uso em pesquisa. Outro aspecto é a necessidade de termos mais dinâmica na geração de patentes. Hoje, esse processo é muito burocrático e lento. É preciso ainda aumentar o incentivo às políticas nacionais de alimentação e nutrição na promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas associadas à alimentação inadequada.

Anderson Marliere Navarro

Professor do Curso de Nutrição e Metabolismo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Conselho Consultivo da CNTU

NUTRICIONISTAS VÊM consolidando sua presença perante a sociedade a cada dia, conquista que reflete o reconhecimento da importância de suas atividades. A presença do nutricionista na promoção da saúde é ressaltada no Marco de Referência de EAN (Educação Alimentar e Nutricional), publicado em 2012 e elaborado em conjunto pelos ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O projeto enfatiza as políticas públicas e o desenvolvimento de uma rede de mobilização às ações de EAN, pontuando atividades privativas dos nutricionistas. Essa validação pública das atividades privativas do nutricionista é mais uma vitória da categoria, a ser reconhecida e comemorada pelos profissionais.



Beatriz Tenuta Martins
Presidente do CRN-3 (Conselho Regional de Nutricionistas de São Paulo e Mato Grosso do Sul)

(...) A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SUS (Sistema Único de Saúde) em 1988 revelou-se uma das maiores conquistas “formais” da sociedade brasileira. A efetivação dessa conquista, entretanto, está longe de compor a realidade dos usuários e trabalhadores do setor. O cenário dos serviços é de crise crônica, cuja essência está associada ao subfinanciamento. (...) Defender a garantia de gasto público crescente para a saúde pública tendo por meta alcançar o equivalente a 6% do PIB é uma consigna que coaduna com perfeição com a proposta pensada pela CNTU de chamar a sociedade civil a pensar propostas para um país mais justo para daqui a dez anos, quando se comemorará o bicentenário de independência “formal” do Estado brasileiro. (...)



Cláudio Ferreira do Nascimento
Presidente do Sindiodonto (Sindicato dos Odontologistas do Estado do Ceará)

É COM MUITA SATISFAÇÃO que colaborei como conselheiro da CNTU, integrando a campanha em prol da implantação da internet pública no Brasil, e que tivemos a oportunidade de participar da reunião e discutir os tópicos pertinentes sobre o assunto no dia 6 de fevereiro de 2013, destacando os gargalos para a sua justa manifestação e concomitante com a sua viabilização e implementação, fundamental para o pleno desenvolvimento nacional. Nesse caráter participativo, consideramos relevante ainda a valorização que o Seesp tem distinguido aos componentes do grupo de trabalho de TI e telecomunicações, através do seu Conselho Tecnológico (...).



Carlos Shiniti Saito
Diretor do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo)

EMBORA MAIS lentos do que desejaríamos, são claros os progressos que vêm sendo alcançados pela sociedade brasileira

desde a plena restauração da democracia em nosso país. Estou certo de que a próxima década marcará a entrada definitiva do Brasil

em um novo patamar de desenvolvimento humano, econômico e social. E as categorias profissionais reunidas na CNTU serão protagonistas determinantes do sucesso que alcançaremos até 2022, ano em que se comemorará o Bicentenário da Independência do Brasil.



Carlos Monte
Coordenador técnico do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento

DESDE 1822, nossa população multiplicou-se por 40, passando de 5 milhões para 200 milhões, propiciando economia pujante classificada entre as dez maiores do mundo. Lutou pela sobrevivência e enfrentou recorrentemente a fome e a subnutrição. Com os avanços sociais da Revolução de 1930, qualificou-se e constituiu uma classe média à altura dos imperativos do progresso técnico e da industrialização. Das lutas contra o autoritarismo e a dependência externa emergiu, enfim, uma Constituição democrática favorável à justiça social e à soberania do Estado nacional, ingredientes essenciais à consumação do ato emancipatório de 1822. Nesse processo, tivemos vitórias e lideranças das quais podemos nos orgulhar. É hora de celebrar sua memória e reafirmar nossa aspiração ao desenvolvimento integral, hoje ameaçado por políticas neoliberais restritas à modernização dependente.



Ceci Juruá
Economista e pesquisadora da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)



EDUCAÇÃO, UMA TAREFA DE TODOS. O homem cria a sociedade em que vive pela maneira como educa as crianças. É tido e sabido que a sociedade brasileira, no geral, rumo para a incapacidade e desorganização, o que torna necessário, urgente e imprescindível que todos, principalmente as pessoas com conhecimentos, ajudem a educar e capacitar as novas gerações, despertando-lhes o interesse pela ciência e tecnologia, com ética e compromisso social, pois o único conhecimento que perdura é o que se transmite.



Claudionor Rodrigues de Assis

Engenheiro, escritor, idealizador do Experimentário, iniciativa que visa difundir ciência, tecnologia e inovação

MAIS QUE UM DEVER, é uma honra poder participar do projeto CNTU Brasil 2022.

Especificamente em relação à infraestrutura de transportes, penso



ser meta da CNTU propostas que resultem na ampliação da cobertura espacial das redes e serviços, para todos os modos, com sustentabilidade e acessibilidade a todos os segmentos da população.

Dario Rais Lopes

Engenheiro, assessor especial para Aeroportos do Grupo EcoRodovias

AS POLÍTICAS LIBERAIS prevaleceram no Brasil por mais de um quarto de século. Houve profunda antinomia entre a estratégia macroeconômica e de reforma do Estado e as possibilidades do desenvolvimento. A questão do crescimento foi marginalizada pela agenda dos sucessivos governos. A partir de 2007, abriram-se brechas para alterar essa relação perversa. A tarefa atual é aprofundar os avanços obtidos e desbravar caminhos inovadores para enfrentar os desafios pós-crise associados à falência do modelo global de acumulação e construir um novo padrão de desenvolvimento com justiça social e sustentação ambiental. O projeto CNTU Brasil 2022 poderá contribuir para esse esforço coletivo.



Eduardo Fagnani

Professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

INSTRUMENTALIZAR os profissionais é direito reservado por lei.

Alguns princípios éticos podem definir um conjunto de ações na vida



que independem se a sociedade tem ou não um pré-requisito de valores para aperfeiçoamento e atualização do exercício profissional para melhoria dos parâmetros de desenvolvimento social. Portanto, a CNTU, através de suas campanhas em prol da sustentabilidade humana, promove um conjunto de ações para garantir a interação social com base na educação e formação por um Brasil social e inteligente.

Cláudia Saleme

Gestora de sustentabilidade ambiental

UM BRASIL INTELIGENTE deve buscar a melhoria da qualidade de vida de sua população e transformar-se numa nação desenvolvida e forte. As organizações sindicais que integram a CNTU têm papel importante nessa luta. Temos a obrigação e responsabilidade de contribuir para avançarmos nesse plano de desenvolvimento, e assim, perpetuarmos os benefícios para um Brasil inteligente, formado por um povo digno e ético. As propostas de ação do Brasil Inteligente com certeza trarão resultados positivos e perenes para os trabalhadores e para o conjunto da população. (...)

Ana Selma Rodrigues Pinheiro

Presidente do Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas do Amazonas



AS METRÓPOLES e grandes cidades têm posição estratégica no desenvolvimento econômico do País, e a mobilidade e a acessibilidade são predicados indispensáveis ao seu desempenho funcional. (...) Para o crescimento da economia e melhoria do padrão de vida da população que vive nas metrópoles e grandes cidades brasileiras, é indispensável a implantação de uma rede de transporte coletivo, integrada ao individual. Para isso, torna-se imprescindível obter fontes permanentes de recursos, o comprometimento de todos os níveis de governo e facilitar e acelerar a implantação dos sistemas estruturadores de transporte, sejam eles corredores de BRT ou metroferroviários. (...)



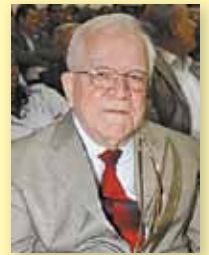
Emiliano Stanislau Affonso Neto
Diretor do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo)

HIDROLOGIA DESFAVORÁVEL exige técnica cara e poluente. Perda dos reservatórios e fontes alternativas complementares pedem leilões regionais de energia de base separados das eólicas, solar e biomassa. Modicidade tarifária no bolso do consumidor, não somente na geração. Os quilowatts se desgarraram do PIB. Se a Empresa de Pesquisa Energética trabalha com 5% de risco de déficit e o Operador Nacional do Sistema, com zero, precisa-se de entendimento. Política de preços mostra que critérios de segurança energética, modicidade tarifária, universalização, diversificação da matriz e eficiência energética precisam ser revistos no Plano Decenal de Energia 2022. Participação democrática e transparência só com a participação dos estados e da sociedade organizada.



Geoberto Espírito Santo
Presidente da Algás (Gás de Alagoas S.A.) e vice-presidente de Planejamento Energético do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia

O SURGIMENTO DA CNTU há menos de sete anos constituiu um fato relevante para o País, reconhecido mesmo por aqueles cujas categorias não fazem parte da mesma base sindical. Isso porque é inegável que a maior pluralidade de representação nos diferentes níveis da estrutura sindical – evitados os riscos de uma fragmentação debilitadora – tende a permitir, pela maior proximidade entre representantes e representados, uma ação protetora mais efetiva de parte das entidades e a presença atuante nos movimentos voltados para o fortalecimento político, econômico e social do conjunto desta nação.



Dércio Garcia Munhoz
Economista, agraciado Personalidade Profissional na área em 2011

ESTAMOS EMPENHADOS em viabilizar a implantação do Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários. Estudos indicam que os conhecimentos práticos e teóricos são os que mais sofrem com a obsolescência. A desvirtuata em resolver problemas e a facilidade para o aprendizado dificilmente abandonam o profissional. Temos aí um bom indicador para começar a trabalhar e criar condições de dar vida ao projeto. Um grande desafio para se comemorar com o Bicentenário da Independência.

Francisco de Assis Souza Dantas
Engenheiro civil, mestre e doutor em Engenharia

PENSAR ESTRATEGICAMENTE o Brasil que queremos ter daqui a dez anos, envolvendo os trabalhadores que constroem o País no dia a dia, é uma tarefa fundamental e um importante desafio que a CNTU está colocando para si. Em quase sete anos de existência, nossa confederação demonstra vitalidade para produzir ideias a partir de diálogos com setores amplos e que têm como foco temas essenciais para reduzir as desigualdades, ampliar o desenvolvimento, fortalecendo a democracia e a soberania do Brasil. Esse é o objetivo do projeto CNTU Brasil 2022, que vamos construir coletivamente.



Gilda Almeida
Vice-presidente da CNTU



NUMA VISÃO de presente e futuro, tenho refletido sobre um modo de ver antigo da humanidade e principalmente presente em nosso Brasil. Acho que muito temos falado e pouco agido. Não temos o hábito de nos ver dentro da história como responsáveis por tudo o que acontece conosco e ao nosso redor. Acabamos por adotar uma atitude de atribuir responsabilidade e culpa sempre aos outros. Nunca temos nada a ver com as coisas ruins que acontecem. Terceirizamos três fases do processo de participação, melhora e crescimento. Assumimos, por erro, que responsabilidade, culpa e solução sempre são dos outros. Precisamos mudar esse pensamento por ações concretas. Temos que participar, sempre, como protagonistas da solução.



Gilson Carvalho
Médico pediatra e de saúde pública, agraciado
Personalidade Profissional em Excelência
em gestão pública em 2011

DESDE O SÉCULO XIX, o ano 22 evoca o ideal da Independência do Brasil. É certo que 1822 nos trouxe a independência política, projetando a nascente identidade nacional. No século XX, 1922 nos deu a Semana de Arte Moderna, que ousou propor a independência cultural, apoiada nas artes. Agora no século XXI, 2022 sinaliza um novo patamar de independência: o protagonismo social, respaldado pelo conhecimento científico e tecnológico, produzido em universidades autônomas para uma sociedade solidária.



Helio Waldman
Reitor da Universidade Federal do ABC

ATÉ QUE PONTO podemos afirmar que há uma absoluta independência dos profissionais liberais das empresas públicas nas relações com interesses privados, no seu ambiente de trabalho, para evitar que se caracterizem como duvidosas no dia a dia? As respostas que a sociedade precisa receber devem ter a credibilidade, a transparência, a linguagem acessível e a obrigação do profissional responsável pelas informações: número de inscrição do profissional liberal junto ao conselho de classe, além de e-mail e endereço corporativo.



Henrique Di Santoro Jr.
Diretor do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo)

QUERO PARABENIZAR o excelente trabalho que o engenheiro Murilo Pinheiro vem fazendo à frente da CNTU.

Sou do setor elétrico, há 25 anos na Cesp (Companhia Energética de São Paulo), e nesse período pude notar o quanto se faz necessária e importante a participação de um sindicato forte, como é o Seesp, também presidido por ele.

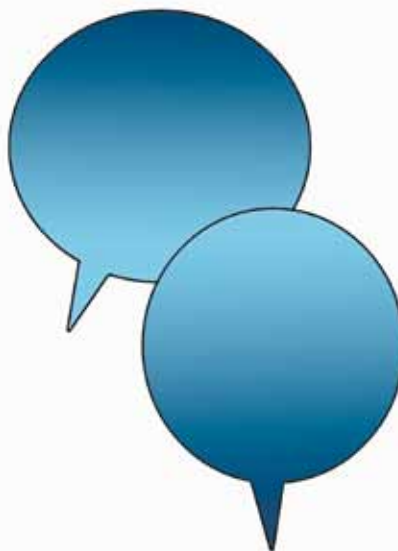


Itamar Rodrigues
Diretor do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo)

COM TODAS as contradições, vivemos um momento singular da nossa história. A Nação pulsa em busca de seu inevitável destino de prosperidade e de inserção social de todos os brasileiros. É neste período feliz do nosso desenvolvimento que a nossa CNTU lança um programa ousado, mas exequível, para comemorar em 2022 os 200 anos da emancipação política. Mais que intenções, metas objetivas e práticas irão nos guiar: próteses dentárias; internet pública acessível a todos; fiscalização do uso abusivo dos agrotóxicos (que são comprovadamente nocivos a nossa saúde); controle efetivo da automedicação (que só soluciona a saúde do faturamento da indústria farmacêutica); e implantação de um plano de mobilidade libertando a todos das irreversíveis horas perdidas em seu deslocamento, seja indo para o trabalho ou para usufruir o merecido direito ao lazer. (...)



João Paulo Dutra
Vice-presidente do Seesp
(Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo)



OS PROFISSIONAIS LIBERAIS têm um compromisso com o País, um dever social de contribuir através dos seus conhecimentos para que possamos construir um Brasil mais justo, equilibrado, com oportunidades para todos os brasileiros. Nesse sentido, a CNTU está sintonizada e buscando ativamente estimular o debate e indicar alternativas. Trata-se de uma organização sindical com visão ampla da realidade brasileira, e moderna no sentido de não apenas se dedicar às questões que envolvem a relação do trabalho, das quais trata com competência, mas também dedicar-se a pensar um Brasil melhor, mais inteligente.



José Luiz Bortoli Azambuja
Presidente do Senge-RS (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul)

A INDEPENDÊNCIA brasileira é tema importante na medida em que se encontra incompleta. Desde a tentativa frustrada de afirmação de projeto próprio, autônomo e soberano para o Brasil no último quartel do século XVIII, tem-se assistido a transições entre os dominadores no estrangeiro. Se a “independência” marcou a passagem do bastão de dominador de Portugal para a Inglaterra, a proclamação da República



Marco Aurélio Cabral Pinto
Professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) e consultor do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento

identifica a substituição da Inglaterra pelos EUA como Estado-líder dos interesses estrangeiros no País. A soberania do Brasil só poderá ser conquistada mediante o avanço simultâneo e coordenado do processo de industrialização e de desenvolvimento tecnológico autônomo. Através da industrialização, o País terá condições de produzir postos de trabalho qualificados, dos quais dependerá para entrada no seletor clube das sociedades centradas no conhecimento. (...)

BIOÉTICA EM PAUTA: os avanços tecnológicos e interesses econômicos parecem ser irrefreáveis e estes têm ação direta na nossa existência. As decisões frente a tal desenvolvimento requerem reflexão. Não basta, apenas, o discurso sobre sustentabilidade ambiental e social, são necessárias ações que vão ao encontro da qualidade de vida almejada, entendendo a bioética como o norte para o respeito pela dignidade, pelos direitos humanos e pela fundamental liberdade.

Letícia Nuzzo
Diretora do Curso de Nutrição da UnG (Universidade de Guarulhos)

REFLETIR SOBRE O PAPEL da engenharia no horizonte de 2022 é muito interessante, pois lá completaremos 200 anos de nossa independência. Este marco nos fará refletir sobre nossa trajetória como nação e o papel da engenharia como a principal profissão deste século.

Os engenheiros serão os artífices do desenvolvimento e estarão ligados à arte e à cultura, pois só assim se consegue inovar. Fazer a engenharia com arte é difícil, mas é assim que deve ser, como disse Steve Wozniak, o emblemático criador do microcomputador.



José Roberto Cardoso
Diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo)



QUANDO A CNTU se mobiliza de Norte a Sul e coloca na roda a discussão dos problemas cruciais do País, enche-nos o coração de esperanças e se renova o nosso gás para irmos à luta. A reflexão aprofundada dessas questões qualifica o movimento sindical, que após um breve período de descenso, volta a participar dos rumos da política nacional, questionando, propondo alternativas e defendendo a dignidade do trabalhador brasileiro. Vida longa ao Brasil Inteligente e à CNTU.



Luciano Eloi Santos
Vice-presidente da FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas) e presidente do Cromg (Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais)

AS ENTIDADES SINDICAIS, além de sua luta trabalhista, jogam um papel importante nas lutas sociais, praticando a democracia participativa, visando superar os obstáculos de nosso país, aproximando-se da gestão pública e buscando o controle social.

Temos contribuído nas discussões de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento urbano, da construção dos marcos regulatórios ao desafio de sua implementação, passando pela necessária qualificação/capacitação dos gestores públicos e sociedade civil, visando qualidade de vida e desenvolvimento do Brasil.



Laerte Conceição Mathias de Oliveira
Vice-presidente do Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) e membro do Conselho Nacional das Cidades

TEMOS MUITO a comemorar e desafios a enfrentar para a celebração do Brasil 2022. Nossa nação tem um território amplo, com muita diversidade e ainda muitos precisam ser incluídos como cidadãos. Nossa gente de muitas faces é bonita, alegre, colorida, anônima, trabalhadora e constrói todos os dias silenciosamente um pouco do nosso futuro. Os profissionais universitários são parte desse arco-íris humano e também somam com esse desejo coletivo por um futuro melhor. Dentro desse quebra-cabeça, a CNTU tem um importante papel na promoção do debate entre as categorias universitárias e na provocação para essa construção coletiva e pactuada entre nós.



Maria Alice Santos Bueno

Psicóloga especialista em Psicologia Social, integrante do quadro de profissionais efetivos da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo

É A OPORTUNIDADE de expressar nossa identidade com a nação, de valorizar e resgatar seus fatos históricos, renovar seus compromissos com os destinos da Pátria. Entretanto, devemos pensar estrategicamente seu futuro, e tais reflexões ajudam a recordar o passado e servirão de orientação para as novas gerações buscarem uma pátria unida, íntegra e justa. Será um grande desafio atingir as metas do plano Brasil 2022, mas deve-se buscar atingi-las principalmente com responsabilidade ambiental e social.



Rosemarly Candil

Presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul

O BRASIL DEU um avanço notável com a Lei de Acesso à Informação, de 2011, regulamentada em 2012. A transparência de órgãos e entidades que usam recursos públicos é premissa para uma democracia forte. O poder público precisa ser público. Destaco ainda a necessidade de um debate franco sobre o imposto sindical, o que, aliás, no estrito cumprimento da lei referida, instituições sindicais também deveriam estar incluídas.

Victor Gentilli

Jornalista, mestre e doutor em Comunicação pela USP (Universidade de São Paulo), professor da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo)

A REFLEXÃO EM PERSPECTIVA proposta pela CNTU é questão chave para pensarmos o desenvolvimento da sociedade e do Estado brasileiro em seu Bicentenário da Independência. Em 1822, a Independência do Brasil não resolveu o problema de uma sociedade altamente excludente, escravocrata e economicamente atrasada. Em 1922, no primeiro centenário, vivíamos sob a égide da República Velha, em uma sociedade já de mão de obra livre, mas profundamente segregada, agrária, onde o grande latifúndio era o centro econômico e político do País. De lá para cá, muita coisa mudou, mas os desafios seguem semelhantes: a luta por um país e uma sociedade sem exclusão social, com educação de qualidade e direitos iguais plenamente reconhecidos e praticados.

Pedro Ruas

Vereador pelo PSOL na cidade de Porto Alegre/RS



A ECONOMIA brasileira não vai crescer de modo sustentado com os pacotes quebra-galho dos últimos anos. Ações estruturais é que vão determinar a expansão de longo prazo do PIB nacional. A estratégia deve ser a viabilização de investimentos em infraestrutura através de concessões e parcerias com o setor privado. Outro ponto crucial é a implementação de uma reforma tributária que melhore a capacidade de competição da produção nacional. Simplificação e automaticidade na cobrança dos tributos devem ser as diretrizes desse processo.



Marcos Cintra

Vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas e diretor da CNTU

FALA-SE MUITO que a renda das famílias é concentrada no Brasil. É verdade. Mas a maior distorção na disparidade de renda está no mundo das empresas. Cerca de 60 mil empresas representam 80% do PIB brasileiro, enquanto 6 milhões – as pequenas e micro – representam apenas 20%. No ranking de concentração da renda das famílias, estamos entre os 20 piores países do globo.

No de concentração de renda das empresas, ficamos em primeiro lugar entre os piores. Nenhum país é tão cruel com suas pequenas empresas como o Brasil. Faltam políticas públicas de apoio.



Paulo R. Feldmann

Presidente do Conselho da Pequena Empresa da Fecomercio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo)

NOS ÚLTIMOS ANOS tem sido notável o avanço conquistado pelo Brasil em diversos aspectos. (...) Um exemplo inegável, a despeito de qualquer análise mais aprofundada, é a retirada, em nosso País, de mais de 20 milhões de famílias da situação de pobreza extrema. (...) Sabemos todos do elevado potencial e vocação do Brasil para tornar-se um das nações mais desenvolvidas do mundo. E isso não é ufanismo. Também sabemos de cor que a chave para o futuro que se deseja, no qual haja acesso a uma vida digna para todos, com trabalho e renda decentes, alto nível de educação e saúde, convivência em um ambiente saudável, sustentável e com paz social para todos, depende muito da nossa capacidade de compreensão e de organização para, enquanto atores sociais, sermos capazes de interferir positivamente na direção que os processos político-sociais podem e devem tomar. (...)



Rilke Novato Públio

Primeiro vice-presidente da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos)

UM BRASIL DESENVOLVIDO e justo passa pelo reconhecimento da crise e das soluções para nossas cidades. Definir o que são cidades, para além de sede de município, é orientar o País para conquistas de direitos básicos da cidadania. Ordenar nosso território, criando e adensando nexos na rede urbana, ainda tão desequilibrada, é das tarefas mais fundamentais, que permitirá produzir uma nova integração, voltada para o desenvolvimento e para a minimização das desigualdades regionais. Esse desafio será completo quando superados déficits básicos, de moradia, acesso à água, coleta e tratamento de resíduos. Tarefas complexas do século XXI, para solucionar problemas do século XIX.



Renato Balbim

Coordenador de produtos da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

SE COMPARARMOS a realidade do Brasil de hoje com a de 100 anos atrás, em termos de justiça social, condições de trabalho, acesso à saúde e educação etc., temos motivos para dizer que a vida da classe trabalhadora mudou para melhor.



Porém, ainda não conseguimos atingir os patamares de desenvolvimento econômico e social, bem como distribuição de renda, observados em países

desenvolvidos. O projeto CNTU Brasil 2022 contribuirá para que possamos avançar para uma sociedade mais democrática e com justiça social.

Paulo Teixeira

Presidente do Sinfar-SP (Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo)

UMA ALIMENTAÇÃO saudável desde a infância previne as doenças crônicas não transmissíveis e ajuda no desenvolvimento físico e mental. É nos primeiros anos de vida que os hábitos alimentares são formados e esses vão ser levados ao longo da vida. Ter a disciplina de educação nutricional nas escolas desde a fase pré-escolar até o nível médio é de fundamental importância e, por esse motivo, deveria ser obrigatória na grade curricular. Dessa forma, as crianças teriam menores riscos de doenças e melhor qualidade de vida. Além disso, aulas ministradas por nutricionistas capacitadas também ampliariam o campo de trabalho para tais profissionais.

Roseli Lomele Rossi

Nutricionista especialista em Nutrição clínica funcional, Fitoterapia e Ortomolecular

(...) O BRASIL, em termos mercadológicos, é um país aberto a certificações verdes (...). Em período de cinco anos, o Brasil, que não praticava certificação em edifícios, hoje é o quarto país que mais os certifica no mundo, além de seus selos nacionais (...). Esse painel de resultado é muito bom, mas apresenta uma base dispersa (...). O alerta inicial e a observação das ações do mercado levam a cobrar das construtoras ao menos uma aplicação de certificação para reconhecer quem está na liderança das transformações, lado A da lacuna da sustentabilidade. O lado B da sustentabilidade das construções possui muitas variáveis e exige o reconhecimento de impactos e responsabilidades, e é preciso que se desvincule sustentabilidade de certificação (...).



Sasquia Hizuru Obata

Professora da Fatec Tatuapé – Victor Civita, da Fundação Armando Álvares Penteado e da Universidade Cruzeiro do Sul, coordena o curso lato sensu em Construções sustentáveis e, como diretora de sustentabilidade da Rethink Space, desenvolve e coordena projetos em sustentabilidade das construções



Membros do Conselho Consultivo

Conselheiros natos

Diretores da CNTU

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente (engenheiros)

Gilda Almeida de Souza
Vice-presidente (farmacêuticos)

José E. Guimarães de Oliveira
Diretor Administrativo (médicos)

Wellington Moreira Mello
Diretor de Finanças (odontologistas)

Maria Maruza Carlesso
Diretora adjunta de Finanças
(farmacêuticos)

Cláudio da Costa Manso
Diretor de Relações Sindicais
(economistas)

Allen Habert
Diretor de Articulação Nacional
(engenheiros)

Suplentes:

Marcos Cintra C. de Albuquerque
1º (economistas)

José Carrijo Brom
2º (odontologistas)

Clóvis Abraham Cavalcanti
3º (médicos)

Fernando Palmezan Neto
4º (engenheiros)

Waltovanio C. de Vasconcelos
5º (farmacêuticos)

Cláudia Beatriz C. de Andrade
6ª (médicos)

José Carlos Ferreira Rauem
7º (engenheiros)

Conselho Fiscal:

Titulares

Wilson R. V. Boas Antunes “Betinho”
(economistas)

Carlos Alberto Grandini Izzo
(médicos)

José Ailton Ferreira Pacheco
(engenheiros)

Suplentes

José Campos Sobrinho
(odontologistas)

Maria Rita de Assis Brasil
(médicos)

Edson Kiyoshi Shimabukuro
(engenheiros)

Presidentes das federações filiadas à CNTU

Geraldo Ferreira Filho
Fenam (Federação Nacional dos Médicos)

Murilo Celso de Campos Pinheiro
FNE (Federação Nacional dos Engenheiros)

Ronald Ferreira dos Santos
Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos)

Wellington Moreira Mello
FIO (Federação Interestadual de Odontologistas)

Presidente do Sindicato dos Economistas

José Roberto de A. Cunha Júnior
São Paulo

Presidentes dos Sindicatos dos Engenheiros

Antônio Florentino de S. Filho
Piauí

Berilo Macedo da Silva
Maranhão

Brasil Americo Louly Campos
Distrito Federal

Disneys Pinto da Silva
Alagoas

Edson Kiyoshi Shimabukuro
Mato Grosso do Sul

Eugênia M. Santos Von Paumgarten
Pará

Francisco Wolney Costa da Silva
Roraima

Gerson Tertuliano
Goiás



João Alberto Rodrigues Aragão
Tocantins

José Carlos Ferreira Rauem
Santa Catarina

José Luiz Azambuja
Rio Grande do Sul

Lincoln Silva Américo
Amapá

Luiz Benedito de Lima Neto
Mato Grosso

Murilo Celso de Campos Pinheiro
São Paulo

Railton da Costa Salustio
Rio Grande do Norte

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias
Acre

Thereza Neumann S. de Freitas
Ceará

Wissler Botelho Barroso
Amazonas

Presidentes dos Sindicatos dos Farmacêuticos

Cecilia Leite Mota Oliveira
Amazonas

Debora Raymundo Melecchi
Rio Grande do Sul

Fernanda Mazzini
Santa Catarina

Gedais Medeiros Pedro
Espírito Santo

Josias Pina
Mato Grosso

Lia Melo de Almeida
Paraná

Magno Luiz Teixeira Silveira
Bahia

Maria de Fátima Cardoso Aragão
Sergipe

Maria José da Silva Pinto Tenório
Pernambuco

Paulo José Teixeira
São Paulo

Paulo Roque Medeiros da Costa
Ceará

Rilke Novato Públio
Minas Gerais (Coordenador-geral)

Sergio Luis Gomes da Silva
Paraíba

Ulisses Nogueira de Aguiar
Piauí

Presidentes dos Sindicatos dos Médicos

Adolfo Silva Paraíso
Maranhão

Alvaro Norberto Valentin da Silva
Santos

Antônio Sérgio Ismael
Sorocaba e Região Sul
do Estado de São Paulo

Ari Wajsfeld
Santo André e Região - Grande ABC

Benonio Terra Villauba
Santa Maria

Casemiro dos Reis Junior
Campinas

Cid Célio J. Carvalhaes
São Paulo

Clóvis Abrahim Cavalcanti
Niterói e São Gonçalo

Cristiano G. da Matta Machado
Minas Gerais

Cyro Veiga Soncini
Santa Catarina

Diretoria Colegiada
Pará

Elza Luiz de Queiroz
Mato Grosso

Ernani Galvão Ignácio
Novo Hamburgo

Fernando Antônio N. e Nascimento
Amapá



Francisco André Corrêa de Araújo
Centro-Norte Fluminense

Francisco Jorge Silva Magalhães
Bahia

Geraldo Ferreira Filho
Rio Grande do Norte

Gilson Salomão Junior
Juiz de Fora

Guilherme Veloso
Norte de Minas

Horácio A. de M. Brum
Rio Grande

Hubert Eloy Richard Pontes
São José do Rio Preto

Janice Painkow
Tocantins

João Augusto Alves de Oliveira
Sergipe

João Gerson Mendes
Petrópolis

José Maria Arruda Pontes
Ceará

Membros do Conselho Consultivo • Natos

José Ribamar Costa
Acre

Leonardo Mariano Reis
Goiás

Lúcia Maria de S. Aguiar dos Santos
Piauí

Luiz Augusto Borba
Criciúma / Sul Catarinense

Marco Antônio Leite
Mato Grosso do Sul

Marco Aurélio V. Fagundes
Maringá

Marcos Gutemberg F. da Costa
Distrito Federal

Mario Antônio Ferrari
Paraná

Mário Jorge Lemos de Castro Lobo
Pernambuco

Mário Rubens de Macedo Vianna
Amazonas

Marlonei Silveira dos Santos
Caxias do Sul

Otto Fernando Baptista
Espírito Santo

Paulo de Argollo Mendes
Rio Grande do Sul

Pedro Paulo Abranches Junior
Governador Valadares

Plínio Luiz Nunes Dias
Taubaté

Reinaldo Tavares Dantas
Campos

Roberto Hirochi
Presidente Prudente

Tarcísio Campos de S. de Andrade
Paraíba

Wellington Moura Galvão
Alagoas

Willian Paschoalim de Mello
Rondônia

Wilmar Afonso Rodrigues
Anápolis

Wilson Franco Rodrigues
Roraima

Presidentes dos Sindicatos dos Nutricionistas

Darlene Roberta Ramos da Silva
Pará

Ernane Silveira Rosas
São Paulo

Rafael Rocha de Azeredo
Alagoas

Rosemarly Fernandes Candil
Mato Grosso do Sul

Zaida Maria de A. Diniz
Pernambuco

Presidentes dos Sindicatos dos Odontologistas

Alysson Bestene Lins
Acre

Ana Selma Rodrigues Pinheiro
Cirurgiões-dentistas - Amazonas

Aroldo Pinheiro de Moura Neto
Distrito Federal

Claudio Ferreira do Nascimento
Ceará

Daiz da Silva Nunes
Amapá

Eduardo Carlos Gomide
Minas Gerais

Ivan Tavares de Farias Júnior
Rio Grande do Norte

José Roberto Pereira Ximenes
Mato Grosso do Sul

Marcus Luiz Macedo Santana
Cirurgiões-dentistas - Sergipe

Marcus Vinicius de Oliveira Costa
Rondônia

Niciane Okomura
Mato Grosso

Onofre Augusto Aguiar Miranda
Espírito Santo

Shirley Ferreira Silva
Goiás



Conselheiros efetivos

Adélia Marçal dos Santos

Adilson de Oliveira

Afonso Comba de Araujo Filho

Ailton Brasiliense

Albaneide Peixinho

Albertina Duarte

Alexander Marcellus Carregosa

Alexandra Aparecida Merguizo

Alexandre Angel Carasso

Alice Mazzuco Portugal

Altamiro Borges

Álvaro Martins

Amanda Poldi

Amarildo Uchôa Pinheiro

Amaury Hernandes

Ana Jeanette Lopes de Haro

Anderson Carlos dos Santos

Anderson Marliere Navarro

André Sierra Filho

Andrea Boanova

Andrea Esquivel

Andres Kieling

Annibal Lacerda Margon

Antônio Augusto de Queiroz

Antonio Correa de Lacerda

Antonio Guimarães

Antonio Hélio Guerra Vieira

Antonio Octaviano

Antonio Roberto Martins

Antonio Sampaio Amaral Filho

Aragon Dasso Júnior

Armando Ollaik

Arnaldo Calil Pereira Jardim

Artur Araújo

Aspásia Camargo

Azuaité Martins de França

Beatriz Tenuta

Bernd dos Santos Mayer

Breno Botelho F. Amaral Gurgel

Carlos Alberto Guimarães Garcez

Carlos Alberto Mendes de Lima

Carlos Augusto Ramos Kirchner

Carlos Eduardo Calmanovici

Carlos Meira Ribeiro

Carlos Monte

Carlos Roberto Comassetto

Carlos Shiniti Saito

Carlos Todeschini

Carol Junkes da Silva

Ceci Juruá

Célia Machado Gervásio Chaves

Célia Marcondes

Célio Bermann

Celso Atienza

Celso Renato de Souza

Celso Rodrigues

Celso Santos Carvalho

César Augusto Franarin

Christian Müller

Claudia Saleme

Cláudio Alberto Habert

Claudio Henrique Bezerra Azevedo

Claudionor Rodrigues

Clóvis Pinto

Cristiane Peverari Costa

Cristiano Kok

Cristina Cleto Barboza Garcia

Cristovam Buarque

da Silva Pitás

Daniel Amor

Danilo Fernandes Costa

Danilo Sili Borges

Dante Alário Junior

Dario Rais Lopes

Davi Rumel

David Nassi

Décio Garcia Munhoz

Dimas Ramalho

Dimas Rodrigues

Dirceu Barbano

Edgar Horny

Edilson Reis

Edlamar Pereira Batista

Edmar Andrade

Eduardo Fagnani

Edwin Fialho Despinoy

Elaine Martins Bento Mosqueira

Elci Pimenta Freire

Elcires Pimenta Freire

Eliana Bezerra de Menezes Netto

Eliana Datto Alvarenga



Membros do Conselho Consultivo • Efetivos

Eliana Moraes

Eliana Zaroni Lindenberg Silva

Eliane Araújo Simões

Elie Ghanem

Eliseu Gabriel

Emanuel Jesus Daubian Costa

Emiliano Stanislau Affonso

Emir Mourad

Êneo Alves da Silva

Ernesto A. Urquieta-González

Esdras Magalhães dos Santos Filho

Fabiane Becari Ferraz

Fábio Torkaski

Fabrizio Rosso

Fátima Cristina Faria Palmieri

Felisbela Pino

Fernanda Giannasi

Fernando Gomes da Silva

Fernando Vieira de Figueiredo

Flávia Kolchraider

Flávio José Albergaria

de Oliveira Brízida

Flávio Presser

Francisco Almeida

Francisco Alvarenga Campos

Francisco Carlos Paletta

Francisco Claudio de Souza Melo

Francisco Dantas

Francisco Ferreira Whitaker

Frederico Bussinger

Fuad Gattaz

Genival Veloso de França

Geoberto Espírito Santo

Gerhard Ett

Gervani Bueno

Gilberto Longhi

Gilberto Maringoni

Gilberto Pucca

Gillian Alonso Arruda

Gilson de Cássia M. de Carvalho

Guilherme Ary Plonski

Gustavo Moreira de Oliveira

Hamilton Faria

Hélio Dias

Hélio Waldman

Hélvio Nicolau Moisés

Henrique Di Santoro Junior

Henrique Monteiro Alves

Hermano de M. Ferreira Tavares

Hilton Barlach

Hugo Eduardo Giudice Paz

Iara Belfort Rolim

Ieda Gomes

Inês Hendo

Itamar Rodrigues

Ivan Carlos Alves de Mello

Izilda Georgia C. Rossi

Jacó Lampert

Jamil Murad

Jeanice de Azevedo Aguiar

Joana Luisa Fernandes de Souza

João Alberto Larangeira

João Batista Tibiriça

João Carlos Gonçalves (Juruna)

João Carlos Gonçalves Bibbo

João Carlos Reis Peres

João Carrera Bahia

João Franzin

João Guilherme Vargas Netto

João Luiz Braguini

João Pasqualini

João Paulo Dutra

João Roberto Cardoso Murisset

João Sérgio Cordeiro

João Sicsú

Jonas Donizette Ferreira

Jorge Abrahão de Castro

Jorge Monti

José Aurélio Claro Lopes

José Caires Meira

José Carlos do Carmo

José Chozem Kochi



<i>José da Rocha Carvalheiro</i>	<i>Luiz Antonio Moreira Salata</i>	<i>Maria Isabel C. Martins Boniolo</i>
<i>José de Ribamar Barbosa Mendes</i>	<i>Luiz Antonio Pellegrini Bandini</i>	<i>Maria Lucia Tafuri</i>
<i>José dos Santos Meneses</i>	<i>Luiz Carlos Furtado</i>	<i>Maria Luíza Locatelli Garcia Belloque</i>
<i>José dos Santos Pereira</i>	<i>Luiz César Michielin Kiel</i>	<i>Maria Maeno</i>
<i>José Ferreira Abdal Neto</i>	<i>Luiz Evandro dos Santos Senna</i>	<i>Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro</i>
<i>José Geraldo Querido</i>	<i>Luiz Fernando de Mattos Pimenta</i>	<i>Maria Rosa Abreu de Magalhães</i>
<i>José Jaime Sznelwar</i>	<i>Luiz Fernando Napoleone</i>	<i>Maria Teresa Peres de Souza</i>
<i>José Luiz Lins dos Santos</i>	<i>Luiz Guedes</i>	<i>Marilene Mariottoni</i>
<i>José Luiz Pardal</i>	<i>Luiz Pedretti</i>	<i>Marina Sant'anna</i>
<i>José Luiz Ricca</i>	<i>Luiz Roberto Liza Curi</i>	<i>Mário Edison Picchi Gallego</i>
<i>José Maria Filho</i>	<i>Luiz Roberto Pagani</i>	<i>Mário Vianna</i>
<i>José Maria Morandini Paoliello</i>	<i>Madalena Vallinoti</i>	<i>Mariza Xavier</i>
<i>José Marques Póvoa</i>	<i>Manoela Nóbrega Lorenzi</i>	<i>Marli Brazioli</i>
<i>José Paneta</i>	<i>Manolo Enriquez Garcia</i>	<i>Marta Suplicy</i>
<i>José Roberto Cardoso</i>	<i>Manuel Carlos de Moraes Guerra</i>	<i>Martha Paschoa</i>
<i>José Roberto Graziano</i>	<i>Manuel Rocha Carvalheiro</i>	<i>Mauro Muniz Peralta</i>
<i>José Sidnei Colombo Martini</i>	<i>Marcel Rabinovich</i>	<i>Maxwell Wagner Colombini Martins</i>
<i>Judson Cabral</i>	<i>Marcelo Knörich Zuffo</i>	<i>Miguel Guzzardi Filho</i>
<i>Júlia Roland</i>	<i>Marcia Almeida Santos de Melo</i>	<i>Milcira Teixeira</i>
<i>Juliano Munhoz Beltani</i>	<i>Márcia Elizabeth Lopes Rodrigues</i>	<i>Mitzi Trabbold</i>
<i>Julio Cesar Rodrigues Pereira</i>	<i>Márcia Fidelix</i>	<i>Moacyr Esteves Perche</i>
<i>Ladislau Dowbor</i>	<i>Marco Antonio Ladislau Petkovic</i>	<i>Modesto Ferreira dos Santos Filho</i>
<i>Laerte Conceição Mathias de Oliveira</i>	<i>Marco Aurélio Cabral Pinto</i>	<i>Mohamed Ezz El Din M. Habib</i>
<i>Laerte Machado</i>	<i>Marco Luciano Camoreiras G. Marques</i>	<i>Moisés Sanches</i>
<i>Laurindo Junqueira</i>	<i>Marcos Antônio de Almeida Ribeiro</i>	<i>Mônica Krauter</i>
<i>Lauro Vicente Oliveira Aventurato</i>	<i>Marcos Dantas</i>	<i>Monika Manfrini</i>
<i>Leda Maria de França Bezerra</i>	<i>Marcos Wanderley Ferreira</i>	<i>Nabil Bonduki</i>
<i>Letizia Nuzzo</i>	<i>Marcy Machado</i>	<i>Nazareno Stanislaw Affonso</i>
<i>Lucia Abel Awad</i>	<i>Margarida Cecília Rocha</i>	<i>Nazem Nascimento</i>
<i>Lúcia Freitas Amorim</i>	<i>Maria Alice Santos Bueno</i>	<i>Nelson Martins da Costa</i>
<i>Luciana Wiederin Maschietto</i>	<i>Maria Célia Ribeiro Sapucahy</i>	<i>Newton Guenaga Filho</i>
<i>Luciano Eloi Santos</i>	<i>Maria Christina Seabra Dutra</i>	<i>Newton José Leme Duarte</i>
<i>Lucyanna Kalluf</i>	<i>Maria de Lourdes S. Souza</i>	<i>Nilce Barbosa Racine</i>
<i>Luis Carlos B. Molion</i>	<i>Maria Eugênia Cury</i>	<i>Nivaldo José Cruz</i>
<i>Luis Guilherme Tadeu Belfort Rolim</i>	<i>Maria Inês Nassif</i>	<i>Nivaldo Santana</i>

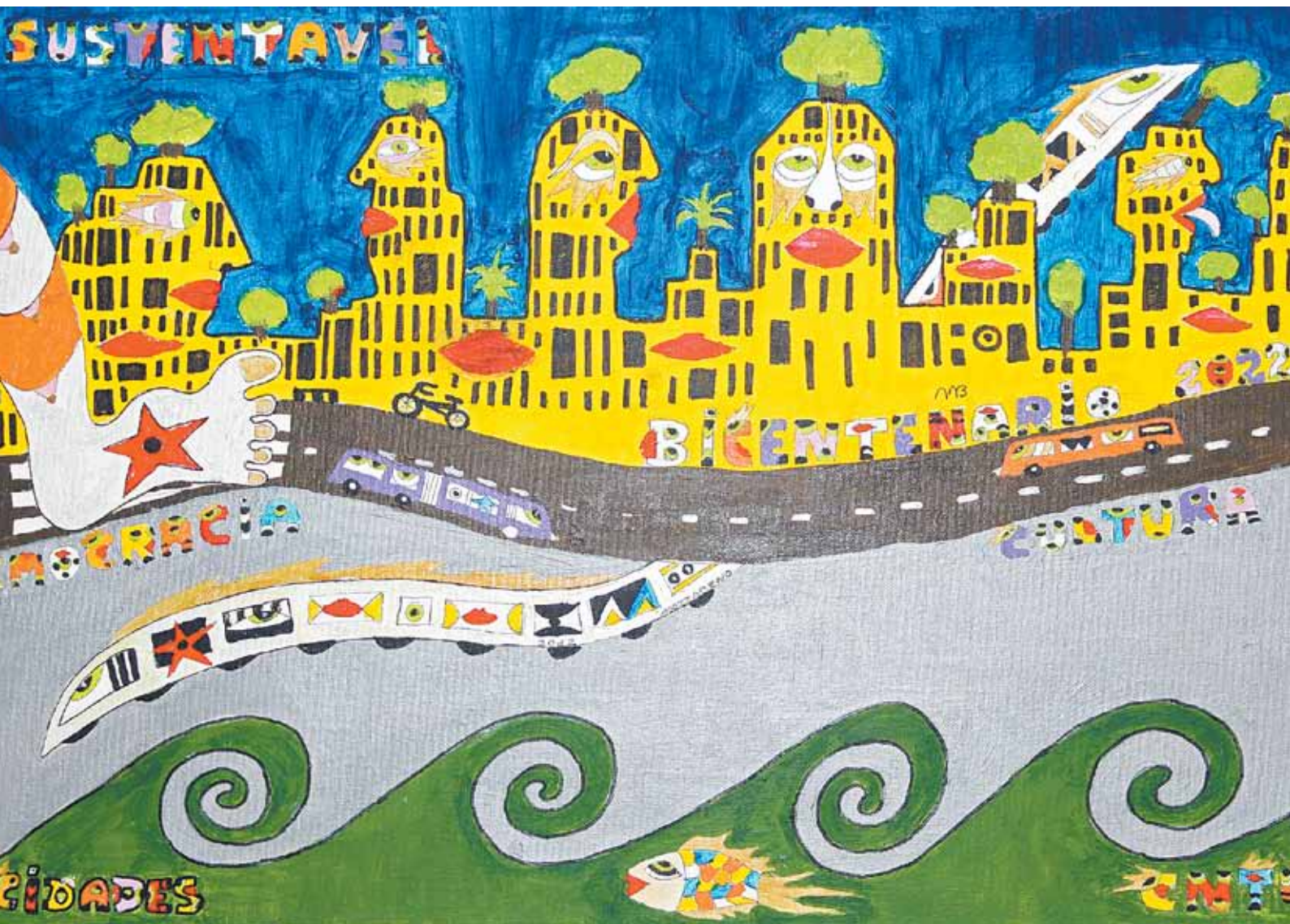
Norberto Rech
Odair Bucci
Odilon Guedes
Olga Maria S. Amâncio
Olivio Manuel Souza Ávila
Oswaldo Passadore Júnior
Oswaldo Massambani
Paul Israel Singer
Paulo Bernadelli
Paulo Henrique de Campos Fogaça
Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
Paulo Roberto Feldmann
Paulo Sérgio Saran
Paulo Tromboni de S. Nascimento
Pedro Bisch Neto
Pedro Luiz da Silveira Osório
Pedro Petrere
Pedro Ruas
Peter L. Alouche
Rafael Canterji
Raul Carrion
Renata Azevedo
Renata Cassar
Renata Thomaz Vignali
Renato Nunes Balbim
Renato Oliveira
Ricardo de Albuquerque Paiva
Ricardo José Coelho Lessa
Ricardo Patah
Rinaldo Orlandi
Roberto Benedito Requena Juvele
Roberto Silva Santos
Rodrigo Almeida de Souza
Rogério Belda
Ronaldo Mattar
Rosana Maria Nogueira



Rosane Nascimento
Roseli de Deus Lopes
Roseli Lopes de Macedo Leal
Roseli Rossi
Rosemeire Nogueira
Rubens Araújo de Oliveira
Rubens Lansac Patrão Filho
Ruy Altafim
Samir Salman
Samuel Pinheiro Guimarães
Sandra Maria Chemin Seabra da Silva
Sara Kanter Pinto de Souza
Sasquia H. Obata
Sebastião Fontes Santiago
Sebastião Soares da Silva

Sergio Bocalini
Sérgio Fonseca
Sérgio Frota
Sérgio Gomes da Silva
Sérgio Mascarenhas
Sérgio Mendonça
Servílio de Oliveira
Shozo Motoyama
Silvana Guarnieri
Silvia Maria da Silva
Silvio Sandro Alves Rodrigues
Solange de Oliveira Saavedra
Tânia Rodrigues dos Santos
Tatiana Campos
Tereza Watanabe
Thomas Olsinger
Thomaz Zanotto
Ubirajara Tannuri Felix
Ubiratan de Paula Santos
Ulisses Riedel de Resende
Valeria Paschoal
Vanessa Grazziotin
Vânia Luzia Cabrera
Vera Lúcia Rodrigues
Victor Gentilli
Vitor Gomes Pinto
Wagner da Costa Ribeiro
Waldir Quadros
Walter I. Suemitsu
Walter Antonio Becari
Wanderlino Teixeira de Carvalho
Washington A. Santos (Maradona)
Wellington Popolin
Willian Lazatetti
Zilmara David de Alencar





Arte e sustentabilidade

Durante a realização da 3ª Jornada da Campanha Brasil Inteligente, o urbanista e artista plástico Nazareno Stanislaw Affonso, membro do Conselho Consultivo da CNTU, criou uma obra em pintura, simbolizando o marco zero artístico do projeto Brasil 2022. O quadro, cuja apresentação fechou a programação de 5 de dezembro de 2012, foi doado à confederação.



CNTU debate condição feminina na comemoração do 8 de março

Encontro promovido pela confederação foca desigualdade ainda existente no mercado de trabalho e lança Coletivo de Mulheres da CNTU, com o tripé “Profissão, saúde e participação política”

NUM ENCONTRO realizado em 8 de março de 2013, em São Paulo, a CNTU colocou em discussão a condição da mulher na sociedade atual. O “café com debate”, que reuniu cerca de 50 lideranças do movimento sindical e feminista, teve como mote “Mulher – profissão, saúde e participação política”. Tais temas devem ser objeto de ação e reflexão do “Coletivo de Mulheres da CNTU”, cuja criação foi anunciada na ocasião.

“É uma honra e uma satisfação dar início a essa iniciativa neste dia, que deve ser de respeito e luta pela igualdade”, afirmou o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, ao abrir a atividade. “Este é um grande passo para a nossa confederação, que, embora tenha poucos anos de vida, tem tido grande iniciativas”, completou a vice-presidente da entidade, Gilda Almeida de Souza.

A desembargadora Ivani Contini Bramante, do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região de

São Paulo, destacou a existência de uma tendência positiva na inserção feminina na sociedade, embora nem tudo sejam flores. “Vem avançando em todas as áreas e já representava, em 2010, 41,6% da presença no mercado de trabalho”, citou. Por outro lado, reconheceu, ainda “tem menor participação em cargos de chefia e há diferenças salariais”.

A engenheira Silvana Guarnieri, vice-prefeita do município paulista de Diadema, também ressaltou a necessidade de superar a desigualdade nesse campo. “Na região, as mulheres ganham 42% menos que os homens. No caso das negras, essa diferença soma mais 20%. É preciso acabar com essa disparidade”, defendeu, fazendo um chamado à conscientização. “É importante para que todos os anos tragam mais vitórias para as mulheres, que têm grande vontade de mudança.”

Vice-prefeita da capital paulista e também engenheira, Nádia Cam-

peão comemorou a força do 8 de março, celebrado das mais variadas formas. “A cada ano, esse debate vai permeando a sociedade toda e, da diversidade, estamos conseguindo um ativo importante.” Ela lembrou que a data é um momento fundamental para a reflexão sobre a luta das mulheres, que alcançou avanços, mas ainda tem barreiras a derrubar. Entre essas, citou, a diferença de remuneração, a ainda baixa participação em cargos de comando e na política, apesar de o País já ter eleito a sua primeira presidenta, a dupla jornada e a inaceitável violência de gênero, que segue frequente e muitas vezes impune. “Sou muito otimista com relação à luta das mulheres, que hoje podem quase tudo. Esse sentido de pertencimento a essa metade do gênero humano é cada vez mais forte”, refletiu. Para Campeão, é preciso ficar claro que “a emancipação social pressupõe a igualdade plena e o fim de toda forma de discriminação”.

E seus 98 sindicatos filiados abaixo relacionados

• Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo

• Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins

• Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo

• Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Tocantins • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos de Sergipe • Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Piauí • Sindicato dos Médicos do Acre • Sindicato dos Médicos do Paraná • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Santos • Sindicato dos Médicos de Campinas • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos da Bahia • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos de Goiás • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos do Amapá • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos de Criciúma • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos do Maranhão • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos do Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região • Sindicato dos Médicos de Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos do Pará • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos do Centro-Norte Fluminense • Sindicato dos Médicos do Rio Grande • Sindicato dos Médicos de Rondônia • Sindicato dos Médicos de Roraima • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Região Sul do Estado

• Sindicato dos Nutricionistas de Alagoas • Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Nutricionistas do Pará • Sindicato dos Nutricionistas de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo

• Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Odontologistas do Amapá • Sindicato dos Odontologistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe



BrasilInteligente

Brasil Inteligente é um projeto da CNTU que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, mobilizar as capacidades e energias de todos em criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social. Busca debater e implementar a boa racionalidade na vida social, ou seja, aquela que tem enfoque no bem-estar coletivo. Acredita, antes de mais nada, no papel primordial da educação, da saúde e da cultura para a existência de indivíduos e coletividades livres. Valoriza o trabalho humano e a formação de competências para o trabalho. Luta pelo direito à educação continuada. Promove permanentemente o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional. Estimula a criação e a inventividade como poderosas aliadas da inteligência. Reivindica e propõe ações de desenvolvimento sustentável e transformação social. Realiza campanhas de formação e informação da opinião pública e de reivindicação e proposição de soluções decisivas para a melhoria da qualidade de vida e de defesa dos direitos humanos. Com a articulação da CNTU, das federações, dos sindicatos filiados e de seus parceiros, realiza oito campanhas estratégicas em 2013, dentro de um planejamento de conquistas visando o ano de 2022, em que se celebra o Bicentenário da Independência. São todas bandeiras e programas carregados de amplos interesses, contemplando importantes e justas demandas dos profissionais de nível universitário. Todas elas ultrapassando o interesse corporativo, indo ao encontro dos mais nobres interesses coletivos e sociais da população brasileira. É a permanente construção democrática, com a mobilização das suas inteligências coletivas.